



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

WANDER RODRIGUES SOBRINHO

**O PAPEL DO POLICIAL COMO PARCEIRO DA ESCOLA NA
PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS: análise de intervenções junto a
adolescentes envolvidos com uso e tráfico de drogas**

Brasília 2014

WANDER RODRIGUES SOBRINHO

**O PAPEL DO POLICIAL COMO PARCEIRO DA ESCOLA NA
PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS: análise de intervenções junto a
adolescentes envolvidos com uso e tráfico de drogas**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Brasília 2014

WANDER RODRIGUES SOBRINHO

**O PAPEL DO POLICIAL COMO PARCEIRO DA ESCOLA NA
PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS: análise de intervenções junto a
adolescentes envolvidos com uso e tráfico de drogas**

Trabalho apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Clínica e
Cultura do Instituto de Psicologia da
Universidade de Brasília sob orientação
da Prof^a Dr^a Maria Fátima Olivier
Sudbrack.

Área de concentração:
Data da Defesa: 27 de Fevereiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria Fátima Olivier Sudbrack ó Presidente
PCL / IP/ Universidade de Brasília

Prof. Dr. Rogerio de Andrade Córdova ó Membro
FE / Universidade de Brasília

Profa. Dra. Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira ó Membro
Universidade Católica de Brasília

Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição ó Suplente
PCL / IP / Universidade de Brasília

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Antônio José e Maria das Neves (Nevinha), que sempre me acompanharam e me motivaram para continuar nos momentos mais difíceis; aos meus irmãos (Anderson, Rute, Nemuel e Damares), que estiveram sempre juntos nas horas mais difíceis, compreendendo as dificuldades e procurando confortar nos momentos de angústia e desespero; e em especial ao meu filho Helam que me incentivou a retomar os estudos e iniciar o mestrado dando continuidade ao meu sonho de adentrar e me desenvolver na vida e carreira acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças para iniciar e agora estar concluindo este processo e fase da minha vida. Agradeço a Deus também, pois em alguns momentos não tinha mais forças para continuar e inexplicavelmente Ele surgia e me resgatava do fundo do poço e me mostrava que ainda havia ar para respirar na superfície. Agradeço especialmente a meu filho (Helam) por ter tido paciência ao lidar com minha ausência e suportar os momentos em que o cansaço e estresse não me permitiam estar junto dele e também ouvi-lo nas suas angústias de adolescente. Agradeço à minha orientadora (Prof.^a Fátima Sudbrack) que me incentivou e decidiu me receber no projeto do PRODEQUI para juntos enfrentarmos a árdua tarefa de realizar este trabalho. Agradeço o apoio e dedicação da equipe do PRODEQUI desde o pessoal de apoio, suporte e secretaria ao pessoal envolvido na elaboração e desenvolvimento dos projetos realizados na instituição. Agradeço o apoio, presteza e gentileza da secretaria de Pós-Graduação da Universidade de Brasília que sempre me atenderam muito bem desde o processo seletivo até o momento de defesa e entrega do trabalho final. Agradeço aos meus amigos, os que estiveram comigo na realização de algumas disciplinas e aqueles que me acompanham na vida pessoal e sabem das dificuldades que enfrentei para chegar até aqui e sempre me apoiaram dando força e incentivo quando eu achava que não tinha mais condições de continuar. Agradeço ao Gustavo Batista (SENASP), que conheci na fase final deste trabalho, mas que foi de suma importância para chegar neste momento.

Obrigado a todos e que Deus ilumine a vida pessoal e a carreira de cada um.

Comida

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?...

A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...

A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?...

A gente não quer só comer
A gente quer comer
E quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer
Pra aliviar a dor...

A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade...

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?...

A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...

A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...

A gente não quer só comer
A gente quer comer
E quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer
Pra aliviar a dor...

A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade...

Diversão e arte
Para qualquer parte
Diversão, balé
Como a vida quer
Desejo, necessidade, vontade
Necessidade, desejo, eh!
Necessidade, vontade, eh!
Necessidade...

Grupo: Titãs
Compositor: Arnaldo Antunes/Sérgio Brito/Marcelo Fromer
Fonte: <http://www.vagalume.com.br/titas/comida.html#ixzz2VH5XzrQb>

RESUMO

Este trabalho versa sobre os relatos de policiais, aqui nomeados de Educadores Policiais, que tiveram contato com crianças e adolescentes envolvidos com o uso ou tráfico de drogas na escola ou em suas imediações. Foram objeto deste estudo os policiais que participaram da 4ª edição do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Durante o referido curso foi disponibilizado em ambiente virtual um questionário composto por 28 questões. Foram objeto desta análise as questões de número 20, 25, 27 e 28 que eram as que solicitavam que os cursistas relatassem os fatos com eles ocorridos ou observados sobre crianças e adolescentes envolvidos com o uso ou tráfico de drogas no contexto escolar. Para melhor compreensão do tema utilizou-se conceitos de redes sociais, abordou-se alguns aspectos da Política Nacional sobre Drogas e Política Nacional de Segurança Pública com vista a vislumbrar as intervenções dos Educadores Policiais como parceiros da escola em um trabalho preventivo ao uso e tráfico de drogas praticado por crianças e adolescentes. Para análise dos resultados da pesquisa utilizou-se a teoria fenomenológica (descrição, resumo e interpretação) dos relatos, encontrando-se três categorias a serem analisadas. Categoria I ó Policial que não se envolve nos conflitos deixando por conta da família, escola, conselho tutelar e juizado da infância e adolescência; Categoria II ó Policial que obedece e aplica a lei, mas com conflitos; e Categoria III ó Policial Cuidador. A primeira categoria se refere aos policiais que se veem como simples observadores da lei e da ordem e que não devem se envolver nos conflitos, deixando por conta da família, escola, conselho tutelar e outros a responsabilidade. Na segunda categoria estão os policiais que observam as leis, mas que no momento de fazer o que elas determinam ficam em conflito por entenderem que apenas os encaminhamentos previstos não resolverão o problema. E na terceira e última categoria encontramos os policiais que observam as leis, mas que quando da sua aplicação procuram dar sentido a elas, ou seja, abrem espaço para o diálogo e tentam entender o contexto no qual o jovem está inserido, tentando encontrar saídas mais saudáveis seja por meio de parceria com a família, escola, apoio da rede e da comunidade ou de forma isolada.

Palavras-chave: Policial, Prevenção, Drogas, Crianças e Adolescentes.

ABSTRACT

This work deals with reports of policemen here named Educator Policemen, who had contact with children and adolescents involved with the use or dealing drugs at school or in their neighborhood. The object of this study are the cops who participated in the 4^a edition of the Course on Prevention of Drug Use for Educators from Public Schools. During that course there was available in a virtual environment a questionnaire consisting of 28 questions. The object of this analysis were questions 20, 25, 27 and 28 who requested that the attendants related the facts with them occurring or observed on children and adolescents involved in the use or drug dealing of drugs in the school context. To better understand the theme used concepts of social networks were used, and we discussed some aspects of the National Drug Policy and the National Policy for Public Security in order to understand the activities of Policemen Educators and school partners in preventive work of to use and drug dealing committed by children and adolescents. To analyze the results of the research we used the phenomenological theory (overview, summary and interpretation) of the reports and we analyzed three categories. Category I - Policewomen who is not involved in the conflict letting it to the family, school, tutoring assistance and court childhood and adolescence; Category II - Policemen who obey and enforce the Law, but with conflicts, and Category III - Caregiver Policemen. The first category refers to the policemen who are seen as mere observers of the Law and order and should not get involved in conflicts, letting it due to family, school, tutoring assistance and other liability. The officers who observe the laws, but when you do it determines are in conflict because they believe that only referrals provided does not solve the problem are in the second category. In addition, in the third and last category we find the police officers who observe the laws, but when doing it, look for making sense of them, in other words, they are opened for dialogue and try to understand the context in which the youth is inserted. Trying to find healthier solutions through partnership with family, schools, support and community network or even by themselves.

Keywords: Policemen, Prevention, Drugs, Children and Adolescents.

GRÁFICOS

Gráfico 1 ó Idade dos policiais alunos do curso/edição 2011.....	72
Gráfico 2 ó Posto/Graduação dos policiais do curso/2011.....	73
Gráfico 3 ó Nível de Escolaridade dos policiais alunos do curso/2011.....	74
Gráfico 4 ó Função Exercida pelos alunos do curso na corporação.....	75

ANEXOS

ANEXO 1 ó Questões retiradas do Questionário das Situações-Problema disponibilizado em ambiente virtual	143
ANEXO 2 ó Sistematização das Questões Analisadas de dois dos sujeitos da pesquisa realizada pelo pesquisador.....	147
ANEXO 3 ó TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	150

LISTA DE SIGLAS

CAJE	Centro de Atendimento Juvenil Especializado
CEBRID	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas
CI	Ideias Centrais/Ancoragens
Conad	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CAPsAD	Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
IP	Instituto de Psicologia Clínica
MEC	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCL	Departamento de Psicologia Clínica
PNAD	Política Nacional sobre Drogas
PPG-PsiCC	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura
Prodequi	Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas
PRD	Política de Redução de Danos
Proerd	Programa Educacional de Resistência às Drogas e a violência
Pronasci	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
PSE	Programa Saúde na Escola
SEB	Secretária de Educação Básica
SEED	Secretaria de Ensino à Distância
Senad	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SP	Situações-problema
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SSP/DF	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
UnB	Universidade de Brasília
EaD	Ensino à Distância
THC	Tetrahidrocanabinol

SUMARIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 ó Fundamentação teórica.....	17
1.1 Mudanças de paradigma e evolução legal referente a crianças e adolescentes.....	17
1.1.1 Situação de risco e de proteção.....	20
1.1.2 Adolescência: conceito e comportamento de risco	22
1.1.3 Do marginal ao desviante: o papel da prevenção.....	25
1.1.4 Consumismo, tráfico e uso de drogas por crianças e adolescentes.....	27
1.1.5 Inclusão marginal: uma forma (in)direta de exclusão.....	28
2. Família e escola como contextos socializadores de risco e proteção.....	31
2.1 Família como fator de risco e proteção na prevenção: contexto familiar õ(des)favorávelö	34
3. A escola como fator de risco e proteção.....	35
4. Da desconstrução do proibicionismo à compreensão do uso de drogas	36
5. Rede social e seu papel na prevenção	47
6. Políticas públicas sobre drogas: educação, saúde, assistência social, segurança pública ...	50
6.1. Programa Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas	55
6.1.1. Plano Crack, É Possível Vencer!.....	56
6.2. Política de Redução de Danos: histórico e proposta de prevenção.....	59

7. Política Nacional de Segurança Pública: avanços e desafios	61
7.1. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).....	63
8. Síntese da base teórica para análise dos dados: visão sistêmica e de rede.....	66
Capítulo 2 ó Metodologia.....	68
2.1 Definição do Método	68
2.1.1 Participantes da Pesquisa.....	71
2.1.2 Procedimento da Coleta de informações	75
2.1.3 A pesquisa via internet e seus aspectos éticos	76
2.1.4 Instrumento Utilizado.....	78
2.1.5 Procedimentos de análise das informações	79
Capítulo 3 ó Resultados da Pesquisa	81
Considerações Finais.....	127
Referências Bibliográficas	137
ANEXO 1 ó Questionário das Situações-Problema disponibilizado em ambiente virtual ...	143
ANEXO 2 ó Sistematização das Questões Analisadas de dois dos sujeitos da pesquisa pelo pesquisador	147
ANEXO 3 ó Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	150

INTRODUÇÃO

Há um preço a pagar pelo privilégio de viver em comunidade e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada autonomia, direito à auto-afirmação e à identidade. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. De qualquer modo, nenhuma receita foi inventada até hoje para esse ajuste. O problema é que a receita a partir da qual as comunidades realmente existentes foram feitas torna a contradição entre segurança e liberdade mais visível e mais difícil de consertar. (Bauman, 2003. p. 10)

O uso de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas) é um fenômeno social complexo e comum nas diversas culturas sendo apresentado com o intuito de interação, confraternização, sensação de pertencimento ao grupo e para alívio do sofrimento psíquico.

Independentemente de o uso de drogas ser para fins religiosos, terapêuticos ou como alimento, o consumo de drogas sempre existiu desde as primeiras civilizações. Até hoje muitos ainda sonham com um mundo sem drogas, entretanto, pode-se considerar esta possibilidade uma utopia. Talvez a maior dificuldade que temos é saber como lidar com o fenômeno para que ele afete o menos possível o convívio social. Alguns setores da sociedade defendem a proibição total das drogas, mas ao longo da história ó como no caso dos Estados Unidos com a implantação da Lei Seca ó esta estratégia tem provado que a tentativa de proibir o uso e venda de drogas possibilita o surgimento de um mercado paralelo (tráfico) que produz ainda mais riqueza e poder para os que traficam.

Certamente, e como será abordado em todo o trabalho, lidar com o tema drogas envolve muitas complexidades e requer a colaboração de diversos setores e articulações com os serviços sociais, escola, família, segurança pública e saúde. Devemos entender que o termo Combate às drogas remonta aos termos militares e como tal visa à repressão. Sendo assim, não tem como ideais o crescimento e desenvolvimento saudável do ser humano, igualdade social, oferta de oportunidades, nem ações de combate à pobreza e ao racismo.

Portanto, os estudos e as ações de prevenção quando tratam deste tema devem basear-se em aspectos éticos bem definidos, principalmente para que a prevenção não tenha o enfoque repressivo e de terror, mas que tenha um modelo educativo voltado para a saúde física e mental (Bucher, 2007).

Atualmente as políticas de prevenção ao uso de drogas são planejadas pelo Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SENAD) e implementadas em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério da Justiça (MJ). A partir desta parceria, foi possível a realização da quarta edição do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, ocorrido em 2010/2011 e executado conjuntamente com o Programa de Atenção e Estudo às Dependências Químicas ó PRODEQUI, Laboratório do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura/PPG PsiCC do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília ó UnB. Neste contexto de trabalho é que foi possível realizar esta pesquisa.

O Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas 2010/2011 teve como objetivo capacitar professores e comunidade escolar para que possam identificar o uso de drogas em seus alunos crianças e adolescentes e realizar encaminhamentos adequados e condizentes com a demanda em diferentes contextos.

Objetivando também alcançar o maior número de professores possível, este curso foi oferecido na modalidade de ensino a distância com certificação de extensão universitária e prioritariamente nas regiões consideradas Territórios de Paz em razão de altos índices de violência e vulnerabilidade social.

A partir de uma demanda governamental, nesta edição 2010/2011, o curso foi expandido para profissionais da Segurança Pública, em especial os policiais que trabalhavam com o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), denominados nesse trabalho como Educador Policial. A especificidade desta edição na qual incluiu os profissionais de segurança pública era uma ação que visava realizar estudo piloto, constituindo uma intervenção/pesquisa que subsidiaria a capacitação profissional continuada da Segurança Pública com foco principal na prevenção.

Neste contexto, o projeto maior que envolve o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas 2010/2011, visou utilizar o ambiente virtual para aprimorar, propor e construir coletivamente novos espaços para atuação preventiva no ambiente escolar. Isto se deve ao fato de entendermos que a escola faz parte da rede de prevenção, conforme preconiza a Política Nacional sobre drogas ó PNAD. A partir do objetivo mais amplo foram elaboradas várias pesquisas e dentre elas esta, com foco no papel do educador policial, especificamente quando se refere a crianças e adolescentes que de alguma forma estejam envolvidos com o uso ou tráfico de drogas.

Neste trabalho em especial será analisado e discutido o papel do Educador Policial como representante do Estado no contexto de rede de enfrentamento do uso e tráfico de drogas, e ainda, mais especificamente, o seu lugar na prevenção no ambiente escolar e quais suas intervenções nesta situação.

Tendo por base a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, parágrafo I, alíneas I, II e IV, que dentre outras funções, define o papel do policial como o de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas (...); exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária da União, apurar infrações penais (...); incluindo-se também no parágrafo 5º, a função de atuar como polícia ostensiva e na preservação da ordem pública. Diante das funções especificadas, discutiremos o papel destes representantes do Estado em uma visão de rede social. A análise será baseada no relato destes atores e em suas intervenções junto a crianças e adolescentes envolvidos com o uso e o tráfico de drogas. Com esta análise identificaremos que papel estes policiais desempenham na rede de prevenção e quais articulações fazem com vistas ao atendimento em rede social.

Fazendo um recorte das situações-problema encontradas, pode-se citar algumas para ilustrar tamanha responsabilidade quando estes profissionais têm acesso às crianças e adolescentes no contexto escolar. Este contato diferenciado permite que sejam vistos como referenciais, logo, demandados para atuar na função constitucional de policial repressor e também na de policial educador.

Abaixo seguem alguns exemplos de situações-problema retiradas dos relatos de policiais educadores que participaram do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas 2010/2011.

Situação-problema envolvendo a família *versus* adolescente/criança

Tive que repor uma aula em um dia de segunda, foi quando tive o primeiro contato com "R" (emprega-se aqui apenas a inicial do nome para preservar a identidade da adolescente), o tema da aula era "maconha" e os seus efeitos na saúde, "R" se demonstrou interessada no assunto quando por vezes eu falava dos efeitos psicológicos do THC (Tetrahydrocannabinol) ela confirmava com a cabeça, às vezes com sorrisos, foi quando já no final da aula ela resolveu falar e desabafou diante dos outros alunos, disse que a família toda (irmãs cunhados e padrasto eram traficantes) e que pediam para que ela entregasse as drogas para os clientes mas afirmou que não era usuária. (17)

Situação-problema envolvendo adolescente/criança *versus* adolescente/criança

õA faxineira de uma escola em que eu atuo como instrutor do Proerd presenciou um aluno de 13 anos no banheiro fazendo o uso de inalantes (loló). Posteriormente foi constatado na mochila deste aluno vários frascos da referida substância, tendo o aluno relatado que vendia o produto ilícito para outros alunos da escola. Foi acionado uma viatura policial para registrar o fato em boletim de ocorrência, bem como o pai e a mãe do menor infrator. O menor foi encaminhado ao conselho tutelar; posteriormente entregue aos cuidados dos pais e encaminhado para acompanhamento psicológico em um posto de saúde próximo da sua residência. Após este episódio constatei que os inalantes são uma droga muito presente na vida escolar de vários alunos, tenho intensificado nas minhas aulas os efeitos a saúde quanto ao uso dos inalantesõ. (23)

Situação-problema envolvendo adolescente/criança *versus* traficante

õObservei jovens traficantes buscando se aproximar de alunos para influenciá-los. Não vendem drogas, só querem fazer dos alunos amigos para, após, oferecer. Com o direito de ir e vir não há amparo legal para retirá-los do local (...)

(...) Um adolescente estava no portão da Escola, quando da abordagem por estar em atitude suspeita, foi encontrado dentro do guarda-chuva que estava com ele um saco plástico contendo 74 (setenta e quatro) pedras de crackõ. (48)

Estes são alguns exemplos de situações-problema em que policiais são demandados na sua função constitucional, mas a partir de um contato mais aproximado com o adolescente/criança acabam tendo de exercer o papel de Educador Policial.

O uso de drogas é uma questão que envolve complexidade em inúmeras áreas de uma sociedade, seja ela em sentido individual ou coletivo. A condenação do uso de substâncias psicoativas vai depender do contexto sociocultural em análise. Portanto, é necessário compreender os códigos contextuais e a forma como a rede de significados se embrenha na sociedade em geral, bem como entender o tempo histórico do qual se

fala, pois a atribuição de valores em qualquer sociedade depende de configurações geográficas e históricas (Velho, 1998).

É na busca de atender a esta demanda de conhecimento sobre as drogas e da diversidade cultural brasileira sobre o assunto, que se justifica a realização do presente trabalho de pesquisa com foco na prevenção. Para tanto, devemos entender que a rede social e comunitária é um suporte para minimizar as dificuldades encontradas e uma alternativa que faz com que a sociedade se implique com suas questões procurando soluções possíveis para lidar com as situações enfrentadas no dia a dia.

Um segundo ponto importante é que o papel de várias entidades governamentais e não governamentais podem ser pensadas como suporte e articulação na rede social.

Tendo em vista que os objetivos deste trabalho têm como base as respostas dadas pelos policiais educadores que participaram do curso, dispôs-se então, a analisar o que se segue:

1. Qual é a postura do educador policial face ao adolescente? Ele aplica a lei? Ele procura ouvir o adolescente? Ele assume a corresponsabilidade ou coloca a culpa em outros?
2. Em quais atitudes tomadas colocam-se como parceiros? Percebem seus limites e papéis?
3. A quem atribuem a responsabilidade da intervenção?
4. O que destacam como principal responsabilidade e papel do educador policial no contexto escolar quando lidam com crianças e adolescentes envolvidos com o uso e tráfico de drogas?
5. Quais atores citam como parceiros?
6. Diante das situações que lhe são demandadas quais conflitos vivenciam nesta relação para atender a escola e cuidar das crianças e adolescentes ao mesmo tempo?
7. Quais dimensões da sua subjetividade são mobilizadas? Como resolvem estes conflitos e sofrimentos suscitados? Que mecanismos usam?

Todas as questões suscitadas são de extrema importância para o ator no cuidado da criança e adolescente no contexto escolar X drogas. É necessário analisar suas formações de vínculo, parcerias conquistadas e confiança adquirida. Estes fatores são primordiais e constantemente requeridos. Por isto a necessidade de análise das questões acima de forma crítica procurando verificar e estabelecer não somente os papéis dados legalmente, mas aqueles que o contexto exige e permite que sejam realizados.

Objetivo Geral

Esta Pesquisa tem como objetivo geral a análise e discussão do papel do Educador Policial nas intervenções com crianças e adolescentes como representante do Estado no contexto de rede de enfrentamento do uso e tráfico de drogas.

Objetivos Específicos

A análise dos objetivos refere-se às narrativas dos Educadores Policiais priorizando o recorte temático relativo ao envolvimento de adolescentes com o uso e o tráfico de drogas. Neste sentido, foi proposto:

1. Identificar as ações realizadas pelos Educadores Policiais nas narrativas das situações-problema que contemplam a temática em estudo;
2. Avaliar criticamente a postura adotada pelos Educadores Policiais quanto ao seu papel diante da situação-problema e até que ponto reconhecem seus limites;
3. Compreender os principais desafios dos Educadores Policiais em lidar com adolescentes envolvidos com o uso e o tráfico de drogas, do ponto de vista subjetivo e objetivo/prático;
4. Avaliar o reconhecimento e a utilização por parte dos policiais educadores da rede de apoio no trato com crianças e adolescentes envolvidas no contexto das drogas;
5. Analisar se os policiais educadores se reconhecem como inseridos na rede de apoio às crianças e adolescentes.

Objetivos Correlatos

1. Subsidiar o avanço da prática de modo a desenvolver prevenção universal, indicada e seletiva em contexto escolar, por meio da análise de narrativas de Educadores Policiais;
2. Subsidiar a melhoria da capacitação dos Educadores Policiais de acordo com a atual Política Nacional sobre Drogas (PNAD).

Relevância social da pesquisa: dados e estudos

Quando falamos do uso de drogas o estudo epidemiológico nos possibilita avaliar situações considerando os usuários e dependentes de substâncias psicotrópicas relacionando-as a outros fatores sociais como acidentes, mortes, intervenções médicas e atuações policiais no combate ao tráfico.

A mudança de paradigma referente ao tema drogas também se reflete nos estudos epidemiológicos, pois estes investigam os fatores associados ao risco ou proteção que incluem características biológicas, psicológicas ou sociais que podem ser classificadas como fatores de risco ou de proteção associadas ao uso indevido de substâncias psicotrópicas.

Devido à falta de dados epidemiológicos consistentes, o início dos anos 80 foi um período em que se alardeou o uso de drogas ilícitas na população brasileira, principalmente entre os estudantes. Todavia, a partir de 1987 começam as pesquisas epidemiológicas podendo ser comparados os dados reais com o senso comum até então em vigência. Diversos estudos foram desenvolvidos pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID) do Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo. Estes estudos possibilitaram ampliar a visão, desmistificando a ideia de que o maior uso era de drogas ilícitas e mostrando a necessidade de políticas públicas voltadas também ao uso das drogas lícitas, principalmente o álcool e o tabaco. A repetição desses estudos em 1990 e o início de outros estudos permitiram abordar o tema de forma mais realista.

Em 2001 foi realizado o I Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil no qual foram entrevistados moradores das 107 maiores cidades do país que possuíam mais de 200 mil habitantes (Carlini, Galduróz, Noto & Nappo, 2002). Como principais resultados podemos citar que 68,7% dos entrevistados já fizeram uso de álcool pelo menos uma vez na vida e a partir do levantamento, a estimativa de dependentes foi de 11,2%; e que 41,1% dos entrevistados já fizeram uso de tabaco pelo menos uma vez na vida e a estimativa de dependentes foi de 9,0%.

Estes dados são muito significativos do ponto de vista da saúde pública principalmente no que se refere à sobrecarga do sistema de saúde e às diversas formas de atenção necessárias a partir da instalação da doença, favorecendo o crescimento dos gastos com tratamento médico e internação hospitalar, aumento dos índices de acidentes de trabalho, de trânsito, de violência urbana e de mortes prematuras, além da queda de produtividade dos trabalhadores (Carlini, Galduróz, Noto & Nappo, 2002).

Além do álcool e tabaco este levantamento também apresentou resultados importantes sobre o consumo de outras drogas psicotrópicas pela população geral e é importante mostrar como resultado que de todos os entrevistados, pelo menos uma vez na vida, 6,9% já fizeram uso de maconha; 2,3% de cocaína; 0,7% de crack; 5,8% de solventes; e a Região Norte apresentou o maior índice do Brasil no uso de merla (subproduto da cocaína), com 1,0% dos entrevistados.

O levantamento de 2003 foi o mais abrangente, pois envolveu 27 capitais brasileiras e tem como substâncias com maior incidência de uso o tabaco (29,5%), solventes (16,3%) e maconha (11,2%). Estes dados são surpreendentes quando considerados ao senso comum em que se acreditava que a maconha seria a substância que apresentasse maior risco entre adolescentes, mas o solvente superou todas as expectativas, sobressaindo-se com um índice muito elevado de uso dentro da faixa etária estudada.

Neste levantamento foi possível constatar quão frágeis são as fiscalizações que impedem a venda de drogas para crianças e adolescentes. Comprar em padarias ou bares é a forma como elas mais adquirem a bebida alcoólica, seguido de doação de alguém. Isto se deve ao fato de haver convivência por grande parte da população com relação aos nossos jovens que são tratados como mini adultos.

A partir das primeiras pesquisas houve maiores investimentos na área culminando em outros levantamentos como os ocorridos nos anos de 2004 e 2010 em que foram realizados os levantamentos V e VI, respectivamente, entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras.

No primeiro levantamento (2004) os resultados que chamaram atenção foram que 65% dos estudantes afirmaram ter consumido bebidas alcoólicas pelo menos uma vez na vida, o que significa dizer que mais da metade dos estudantes ouvidos já haviam experimentado algum tipo de bebida; e o pior é que 12% dos estudantes faziam uso habitual de bebidas com uma frequência de seis ou mais vezes no mês que antecedeu a pesquisa, demonstrando o alto risco de desenvolvimento de dependência química. Este resultado permite dizer que mais de 10% desta população de jovens pode ser incluída na categoria de usuário abusivo (Galduróz, Noto, Fonseca & Carlini, 2002), sendo que este fator está intimamente ligado ao comportamento de dependência de substâncias psicoativas. Também foi constatado que 22,6% dos estudantes já haviam experimentado outras drogas psicotrópicas, excluídos o álcool e tabaco. Mas, por sua vez, como resultado do VI Levantamento (2010) esse percentual se elevou para 24,6%.

Com estes levantamentos foi possível constatar a gravidade do problema relacionado às drogas no Brasil. Se considerarmos que são alunos do ensino fundamental e médio, teremos a idade aproximada entre 13 e 18 anos. Estes jovens estão em pleno desenvolvimento físico, psíquico e social. O resultado do uso prematuro de substâncias psicotrópicas por crianças e adolescentes é preocupante, pois as consequências se mostram no aumento da criminalidade, evasão e baixo rendimento escolar, violência, envolvimento com o tráfico de drogas, desestruturação familiar, acidentes de trânsito, pouca mão de obra especializada (por vezes devido ao baixo grau de escolaridade), sobrecarga do sistema que oferece medidas socioeducativas e prisional, perdas sociais para este público em especial.

As pesquisas são muito importantes para dar sentido às preocupações sociais quando o tema é droga ilícita, mas é importante pensar sobre as drogas lícitas que fazem parte da mesa do brasileiro, como o álcool, tabaco, energético e outras normalmente vendidas em drogarias. Tamanha a importância do achado que os levantamentos domiciliares apontam que cerca de 12% da população adulta apresenta

critérios claros de dependência de álcool. E ainda, entre adolescentes o consumo é alto, como demonstrou o V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras (2004).

A apresentação destes dados pretende chamar a atenção dos profissionais de saúde para o tema das drogas e principalmente alertar para a busca de estratégias preventivas. É perceptível em todas as pesquisas realizadas por intermédio da Secretaria Nacional Sobre Drogas (SENAD) que com o avanço da idade das pessoas a tendência é de queda para uso e experimentação de drogas. Isto revela que o consumo de drogas lícitas ou ilícitas apresenta grande incidência entre crianças e adolescentes e população mais jovem de modo geral. Portanto, é necessário que sejam tomadas providências para adoção de medidas preventivas que atendam a este público específico.

A especificidade do grupo de crianças e adolescentes se deve ao fato de que durante esta fase eles necessitam explorar, contestar e traçar suas estratégias de enfrentamento do ambiente social.

Porém, apesar da normalidade de experimentação, há alguns que devido a vários fatores sociais acabam por se colocar em situação de risco. Para entender este público em especial é necessária a compreensão sistêmica com a finalidade de analisar a relação do sujeito com o meio. É primordial considerar que além do biológico há o fator sócio-familiar, onde a família surge como papel estruturante para quem inicia os primeiros passos rumo à independência, mas que também deve contar com uma rede de apoio mais ampla oferecida pela comunidade na qual está inserido (Sudbrack & Pereira, 2003).

Estudar o tema dependência química foi algo que despertou a atenção do pesquisador desde o início da carreira acadêmica (graduação), quando foi pesquisada a obra *Reflexões sobre o Alcoolismo e a Neurose Obsessiva*, como tema do trabalho de conclusão de curso, realizado no Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. A dependência química foi também objeto de estudo do pesquisador no âmbito da Extensão Universitária, realizado na Clínica Renascer (especializada em Dependência Química), em parceria com o UniCEUB, o curso tinha como tema *As Toximanias*.

Com o término da graduação, a aprendizagem adquirida, serviu como base nos atendimentos clínicos no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Este interesse se aprofundou com o atendimento clínico a indivíduos e seus familiares que procuram serviço profissional especializado por não conseguirem suspender o uso abusivo de substâncias, apesar de estarem cientes das perdas sociais, laborais, financeiras e familiares que o uso de drogas lhes causava.

Durante os atendimentos e diante do sofrimento psicológico e físico destes sujeitos, percebia-se a dificuldade de adesão a uma forma de tratamento eficaz e que pudesse trazer melhor qualidade de vida. A complexidade que envolvia a dependência química deixava muitos profissionais frustrados, pois é intrincado o entendimento do tema por envolver diversas áreas do conhecimento necessitando de um trabalho conjunto para obtenção de resultados favoráveis.

A partir dos estudos da psicanálise, o interesse do pesquisador voltou-se para a uma compreensão mais específica sobre crianças e adolescentes, por chamar atenção a maneira como esses dependentes químicos lidavam com suas questões que de uma forma ou de outra acabam tendo atitudes infantilizadas. Neste momento, o curso de especialização na área: Clínica Interdisciplinar dos Transtornos Psicopatológicos da Infância e Adolescência é realizado na Universidade Católica de Brasília é UCB passou a atender ainda mais aos propósitos dos estudos sobre o assunto. O trabalho final teve como título "O analista e o trabalho com crianças: a questão da demanda". Foi um curso muito gratificante e que possibilitou um campo maior ainda de visão sobre o sujeito. A partir daí, a atuação foi de forma ainda mais diferenciada unindo todos os conhecimentos adquiridos.

O trabalho desempenhado em uma instituição militar, a rigidez da formação do policial, que tem como missão a defesa do cidadão e do patrimônio e a manutenção da ordem, não inclui nesta formação, o exercício da atuação do militar no trato específico de como lidar com crianças e adolescentes em situação de risco. Muitos dos policiais acabam aprendendo na prática ou buscam cursos de aperfeiçoamento. Entretanto, os que não conseguem lidar com a complexidade do tema podem adoecer ou desconsideram a individualidade do sujeito, tratando todos da mesma forma.

Analisar o papel dos Educadores Policiais foi interessante e instigante, pois as instituições policiais têm sua atuação prevista na Constituição Federal e em diversas outras leis federais, estaduais e municipais. No entanto, seu papel nestas esferas de governo apresenta-se como de coator. É um papel *a priori* repressivo. Porém, a prevenção requer outra forma de visualização do problema. Requer uma estratégia de empoderamento do sujeito para dar-lhe condições de escolha (Zemel, 2010).

Para melhor compreensão do trabalho e da análise que se procederá mais adiante, é necessário situar o leitor e chamar a sua atenção para alguns conceitos importantes quando tratamos do uso de drogas envolvendo crianças e adolescentes no ambiente escolar, familiar e social. Estes conceitos também contêm algumas informações que podem dar pistas e subsidiar medidas preventivas visando atitudes proativas quando se aborda um tema de tamanha complexidade. Para elucidação do presente trabalho pretendeu-se trazer alguns conceitos importantes como os de adolescentes levando em consideração as mudanças de paradigmas ocorridas durante séculos; o que é considerado como situação de risco e de proteção; o que são redes sociais dos adolescentes e o que se considera como situação-problema.

Para efeito de análise no presente trabalho, será utilizado o conceito de situação-problema tendo como base alguns autores que consideram o tema como sendo fatos do cotidiano ou forma e recurso do processo ensino-aprendizagem.

De modo geral a situação-problema pode ser um acontecimento adverso da vida do indivíduo e podem envolver complexidade impondo a tomada de decisão. Neste caso, o sujeito é mobilizado a atuar e por vezes a modificar hábitos. Estas situações podem resultar de interações entre pessoas de forma contextual, assumindo valor particular para as partes envolvidas com fins de superação dos obstáculos advindos dos conflitos interpessoais (Macedo, 2000).

Ainda de acordo com Macedo (2000), em nossa vivência diária está presente a situação-problema, seja nos espaços urbanos ou mesmo dentro ou fora da sala de aula. Para o autor òviver sempre foi uma situação-problemaö (p. 113) desde o processo em que se encaminha a civilização, mas também, por outro lado nos impulsiona para realização pessoal e desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas.

Parafrazeando o que diz Perrenoud (2000 como citado por Macedo, 2007), podemos considerar que a situação-problema é recorte de um determinado domínio para o qual são mobilizados recursos e tomada de decisões. As situações-problema nos auxiliam no enfrentamento de conflito, na interação interpessoal e realização de tarefas.

Quando se propõe uma situação-problema, esta abrange diversas áreas de conhecimento, mas sempre como um recorte da realidade. Por isto, para os pesquisadores da área de ensino o entendimento da situação-problema e seus conceitos possibilitará a interdisciplinaridade cabendo ao professor/orientador conduzir o processo de aprendizagem.

O método da situação-problema é tratado por muitos autores como Meirieu (1998) como sendo uma prática que possibilita desafiar o educando na busca de respostas, e esta leva a uma aprendizagem nova, pois participar na elaboração de seu conhecimento é um dos pontos fundamentais para uma aprendizagem de melhor qualidade. Todavia, a situação-problema é um ponto de partida, mas que não abre mão de utilizar conhecimentos anteriormente adquiridos. Perrenoud (2002, p. 109) diz que a situação-problema pode levar o aluno a investir seus conhecimentos anteriores disponíveis, bem como suas representações, levando-o ao questionamento e a elaboração de novas ideias.

Neste sentido, cada situação-problema ao mesmo tempo em que desequilibra, perturba e problematiza também oportuniza para que as partes envolvidas procurem soluções possíveis para cada contexto buscando acordo entre elas. Entretanto, pode ser considerada de outra forma, pois a situação-problema pode ser utilizada como uma ferramenta para auxiliar na aprendizagem direcionando o aprendiz à construção de soluções possíveis.

O presente trabalho se subdivide em três capítulos, onde o Capítulo 1 traz o embasamento teórico no qual se pretendeu situar o leitor nos conceitos que fomentaram as discussões e análises dos dados da pesquisa. Neste capítulo, foi trazido à tona conceitos relevantes e importantes sobre a prevenção, o papel da escola e da família como socializadoras da criança e adolescente, os conceitos de rede social, uma breve introdução aos conceitos de psicanálise, abordando-se as políticas públicas vigentes,

sempre focando na prevenção e no papel do educador policial neste contexto e suas intervenções junto a crianças e adolescentes envolvidos com o uso e tráfico de drogas.

O capítulo 2 apresenta a metodologia utilizada para análise e coleta de dados que tem base na pesquisa qualitativa e o instrumento utilizado foi o questionário das situações-problema, disponibilizado aos educadores policiais no modo *on line* na internet utilizando a Plataforma Moodle durante o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas 2010/2011 que foi oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) em parceria com o Programa de Estudo e Atenção às Dependências Químicas (PRODEQUI) vinculado à Universidade de Brasília (UnB). Os dados foram submetidos aos recursos da Análise de Conteúdo e Método Misto, que permitiram construir categorias e subcategorias temáticas e como o referido curso foi à distância, foi mediado pela metodologia da Educação à Distância (EAD).

No Capítulo 3 foram abordados os resultados da pesquisa no qual relatou-se como os mesmos foram encontrados e como se procederam as análises até a apresentação das categorias e subcategorias. Estas categorias destacam o papel do educador policial e suas intervenções junto às crianças e adolescentes envolvidos com o uso ou tráfico de drogas. Esta análise não objetivou o cunho de crítica às atitudes tomadas, entretanto, o tema foi apresentado na discussão. Para tentar entender em que lugar o policial se coloca na intervenção levou-se em conta três paradigmas pensados a partir das mudanças ocorridas no Brasil, levando em conta as políticas públicas que tratam do uso de drogas relacionado a crianças e adolescentes, escola, redes sociais, segurança pública e comunidade.

Ainda neste capítulo, procurou-se relacionar a teoria de base com os relatos de intervenções feitas pelos educadores policiais, trazendo para discussão as possibilidades e avanços no que diz respeito à prevenção como foco principal. Nesse sentido, as intervenções dos educadores policiais foram analisadas levando-se em conta que estes fazem parte da rede de apoio comunitário e que as políticas públicas preveem seu papel no processo preventivo e de controle do uso e tráfico de entorpecentes no ambiente escolar.

Para fins de análise de resultados da pesquisa foi considerado como primeiro paradigma os policiais que acreditam que a pobreza gera bandidos; que os jovens que são usuários de drogas não têm mais solução a não ser o encarceramento e em alguns casos o tratamento; que as famílias que não dão conta dos cuidados com os filhos devem ser destituídas do pátrio poder. Estes policiais entendem que seu papel se resume simplesmente ao cumprimento da lei e condução do jovem às autoridades competentes. Assim, estas crianças e adolescentes devem ser educadas e punidas pelo Estado a fim de que aprendam por meio da dor e sofrimento as normas sociais. Ainda existem alguns policiais que pensam desta forma e estão incumbidos de lidar com crianças e adolescentes em situação de risco no seu dia a dia. Estes policiais são considerados como sendo os que estão neste primeiro paradigma.

Neste paradigma, e pela característica destes policiais, são sujeitos que procuram não se envolver afetiva e emocionalmente com os jovens. Usam o mecanismo de defesa do isolamento para dar conta das demandas.

No segundo paradigma foram considerados os policiais que defendem a garantia de direitos e proteção, dando à criança e adolescente condição de cidadão com direitos e deveres, mas com foco nas medidas socioeducativas com a finalidade de reintegração do jovem ao convívio social, responsabilizando o Estado pela integridade física e mental quanto ao cumprimento de restrições de liberdade, bem como envolvimento da família em redes sociais de apoio e proteção.

São policiais que já saíram do paradigma anterior, mas que cometem õdeslizesö e em situações mais complicadas retomam as ideias de que devem tratar as crianças como pequenos adultos. São policiais que cumprem as leis, mas diferentemente dos anteriores, eles a questionam apesar de não fazerem muito além disto. Se importam com o jovem, mas colocam a culpa em outro: escola, família, comunidade e Estado.

No terceiro e último paradigma, encontram-se os policiais que garantem os direitos dos adolescentes, fazendo cumprir as leis que são previstas, mas cobrando seus deveres diante da sociedade. Os policiais que de forma subjetiva ouvem e dão atenção aos jovens. Estes policiais são os que apresentam maior sensibilidade e empatia com os alunos.

Foram selecionados para este terceiro paradigma não somente os que aplicam a lei simplesmente, mas os que procuram entender o contexto do jovem e fazer parte dele; dar sentido à aplicação da lei e apresentá-la como demonstração de cuidado e amor e não apenas como punição.

Neste caso, pode-se entender estes policiais exercendo a função paterna trazida por Freud em que nela a Lei é colocada para o sujeito, mas por um duplo sentido de amor e ódio e é introjetada e respeitada como proteção, cuidado e possibilidade de enfrentamento de condições adversas com confiança e segurança.

O último capítulo foi destinado a algumas considerações finais tentando trazer sugestões para abordagem do tema drogas ampliando as possibilidades de visão sobre o papel do educador policial no contexto escolar quando é demandado para intervir com crianças e adolescentes envolvidos com o uso e tráfico de drogas nas escolas e seus arredores.

Espera-se que todos os investimentos disponibilizados nesta pesquisa possam ajudar outros pesquisadores e compartilhar tanto com eles quanto com profissionais de saúde, educação, assistentes sociais, segurança pública e demais interessados no tema, os conhecimentos aqui adquiridos e as dificuldades encontradas, pois o tema prevenção às drogas é uma seara em construção e portanto, aberto a novos conhecimentos, questionamentos e considerações.

Capítulo 1 ó Fundamentação teórica

1.1 Mudanças de paradigma e evolução legal referente a crianças e adolescentes

O embrião e marco legal para começarem as mudanças com relação às crianças e adolescentes surgem em 12 de outubro de 1927, com o Decreto 17.943-A que consolida as leis referentes aos menores e institui o Código de Menores. Seus principais destaques são os de alterar e substituir concepções obsoletas passando a assumir a assistência ao menor de idade sob a perspectiva educacional. Abandonou-se a ideia de repressão e punição para dar lugar à educação. Desse modo chegou-se à conclusão de que questões relativas à infância e adolescência devem ser abordadas de forma diferenciada.

O Código de Menores até então vigente foi revogado pela Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979 por já ser alvo de reclamações e críticas por parte dos aplicadores do direito, para a instituição do Novo Código de Menores. A partir daí com a instituição deste, surge a possibilidade de cuidado especial com a criança e o adolescente em situação de risco. Para este Código de Menores havia a necessidade de integração sócio-familiar para haver uma atenção mais ampla e que abrangesse não só o adolescente, mas também o contexto em que vivia, a saber: a sociedade e a família.

Nota-se que as mudanças de paradigmas com relação às drogas são muito lenta. Foram necessários mais de 50 anos para que houvesse alguma mudança significativa. Algumas vezes quando estas mudanças chegam à sociedade já necessitam de outras, ou seja, algumas leis quando entram em vigor já estão obsoletas.

Mesmo com todas as tentativas anteriores, até 1980 a relação entre crianças/adolescentes e situação de risco ainda baseava-se no senso comum de que a pobreza representava uma linha direta para que estes se tornassem óbandidosö. Neste sentido, a solução plausível até aquele momento era a institucionalização tendo como consequência o ódesempoderamentoö e desqualificação das famílias consideradas como incompetentes para o cuidado dos filhos. Sendo assim, até então as políticas públicas eram destinadas ao combate à marginalidade (Conceição & Oliveira, 2012). Nesta pesquisa, os policiais que se apresentaram neste pensamento são os que foram classificados como fazendo parte do primeiro paradigma, como foi explanado na introdução.

Algumas manifestações e pressões internacionais ocorreram buscando um olhar diferenciado para esta população em especial. Estas influências culminaram na Constituição de 1988 que traz em seu texto expressamente a necessidade de prática de políticas públicas e sociais, por meio de ações especiais e específicas, que possam garantir o direito à infância e adolescência.

O Artigo 227, capítulo VII da CF de 1988, deixa clara a intenção do constituinte na citação abaixo:

Capítulo VII *ó* Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Contudo, estas ações ainda eram incipientes e havia necessidade de outras mais precisas e que pudessem dar corpo ao que a Constituição de 1988 previa, ou seja, necessitava-se de uma lei que viesse regulamentar essa proteção e garantia que no texto constitucional continuava de forma ampla.

Nos anos 80 alguns movimentos criticavam as posturas vigentes de assistencialismo e repressão como forma de lidar com crianças e adolescentes em contexto de risco. Essa discussão culminou na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei 8.069/90). Este estatuto trouxe inovações principalmente no que diz respeito à explicação e clarificação dos direitos e garantias das crianças e adolescentes considerando-os como sujeitos em desenvolvimento e que, por sua condição, deveriam ter um cuidado e tratamento especial que envolvesse família, sociedade e Estado.

Entende-se que a mudança vem ocorrendo paulatinamente e o paradigma de que a sociedade necessitava ser protegida dos menores infratores passa para um discurso que garanta a proteção da criança e do adolescente. Neste caso, os jovens passam agora à condição de pessoas de direito e não apenas objeto de medidas judiciais. O foco agora são medidas sócio-educativas com enfoque no trabalho pedagógico e não punitivo, responsabilizando o Estado pela integridade física e mental e ainda pelo desenvolvimento e criação de redes de apoio que envolvam a família e a comunidade

como co-participadora do processo. Os policiais que estiverem iniciando o pensamento de que a criança e adolescente além da aplicação da Lei como previsto, condução à delegacia ou conselho tutelar necessitem de outras atitudes do Estado, escola, família ou segurança pública serão os que foram considerados como fazendo parte do segundo paradigma, como já mencionado na introdução desta pesquisa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi um marco no Brasil por conseguir trazer para o campo jurídico e legal a obrigatoriedade para o Estado, família e sociedade de cuidados especiais voltados para este público em especial. Ele explicita e regulamenta os direitos e garantias da criança e adolescente, acima de tudo, considerando-os como seres humanos em uma fase especial do desenvolvimento e, portanto, necessitando de proteção integral por meio de uma responsabilidade compartilhada.

O ECA foi aclamado no Brasil e no exterior como um grande avanço histórico no que se refere à proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes e traz consigo alguns princípios filosóficos a serem observados, como: a criança e o adolescente são cidadãos e sujeitos de direito; deve haver um envolvimento social na garantia desses direitos; deve haver descentralização e cooperação entre diversos órgãos para garantia dos direitos; deve haver formalização de políticas públicas para o atendimento à criança e adolescente; devem ser criados mecanismos de controle e de fiscalização para garantia dos direitos; prevê a substituição do modelo de sanção para o de proteção; e algumas alterações na nomenclatura de termos, que apesar de parecerem simples, demonstram uma grande mudança de paradigma: Criança e adolescente X Menor; Sujeito em conflito com a Lei X Delinquente; Ato Infracional X Delito; Medida socioeducativa X pena ou punição (Conceição & Oliveira, 2012).

Quando falamos em adolescente, um tema que imediatamente surge é como lidar com eles em relação as drogas e o assédio do tráfico. Novamente foram necessárias mudanças que conseguissem amenizar as discrepâncias existentes. Neste caso, com o advento da Lei nº 11.343/2006 houve mais um avanço significativo com relação ao tema. Dentre as diversas mudanças podemos destacar a diferenciação entre o usuário de drogas e o traficante.

Nas leis anteriores a diferenciação não ficava tão clara como agora, e o tratamento dado pelos órgãos estatais remetia à repressão do usuário sem priorizar o tratamento. Esta lei prevê que usuário é o indivíduo que porta a substância para uso próprio enquanto o traficante produz e/ou comercializa a droga. Nada mais justo que se fazer presente na lei esta diferenciação que produz uma mudança de paradigma extremamente importante do ponto de vista das políticas públicas que se voltam para a saúde em lugar da repressão simplesmente (Conceição, Tomasello & Pereira, 2003).

Todas estas mudanças de paradigmas não querem dizer que as crianças e adolescentes serão tratados como completamente irresponsáveis por seus atos. Neste caso, quando das atitudes são cabíveis medidas mais drásticas, como a privação da liberdade, estas devem ter garantida a proteção à vida e à integridade física e mental, contenções sem violência, boas condições de acomodações e instalações. É exigido dos profissionais que atuam nestes ambientes sócio-educativos capacitação para lidar com este público específico. Todas as medidas sócio-educativas têm a proposta de resgate da cidadania e convivência social (Conceição, Tomasello & Pereira, 2003).

1.1.1 Situação de risco e de proteção

Ao falar em crianças e adolescentes e baseado nas mudanças de paradigmas já citadas faz-se necessário agora, situar o leitor no que foi considerado e em quais autores se baseou para pensar situação de risco. Aqui, aproveita-se para citar a pesquisa bibliográfica realizada por Schenker e Minayo (2005), na qual fizeram um levantamento sobre as publicações que envolviam o tema Situação de risco e proteção para o uso de drogas na adolescência. A partir dos achados, as autoras consideram risco quando o sujeito se expõe e desta exposição advém uma situação possível. Neste caso, a consequência é esperada, mas aceita pelo sujeito como compensadora na busca da realização de um desejo ou aquisição de um bem. Isto envolve perda, ferimento físico, material ou mesmo psicológico. Para um dos autores por elas pesquisado ó McCrimmond & Werhrung (1986 como citado por Schenker & Minayo, 2005) ó a definição de risco envolve três condições como: possibilidade de perda, possibilidade de ganho e por último quando há possibilidade de aumento ou diminuição do tamanho da perda ou do ganho que se quer obter.

Para filósofos como Heidegger (1980, p. 708 como citado por Schenker & Minayo, 2005), o risco é inerente à vida, ao movimento, e à possibilidade de escolha. Viver é correr risco e por isso a incerteza é um componente essencial da existência e igualmente do conceito de risco.

Quando falamos da saúde pública podemos dizer que risco é quando se sabe que uma determinada população está exposta a alguma doença ou calamidade. Portanto, pensar em risco não significa certeza, mas designa condições ou variáveis vinculadas a algumas possibilidades. Podem ocorrer fatos negativos se a situação de risco se mantiver. Certamente que os riscos aos quais estamos expostos levam em consideração também as características individuais, o meio social, as condições estruturais e as socioculturais. Estes fatores isolados nem sempre representam risco em potencial, mas quando combinados à situação intrapsíquica, social e biológica (des)favoráveis, a situação perigosa pode se concretizar (Schenker & Minayo, 2005).

Geralmente, quando falamos de adolescentes temos que considerar que eles buscam conhecer novas experiências e muitas vezes não medem o nível de risco que estão correndo. A sua busca inicial é pelo prazer, contato com outros adolescentes ou grupos, fazer-se presente, ter autonomia e independência, diferenciar-se do contexto familiar, e não estão pensando em dor e sofrimento que aquele comportamento poderá lhe trazer no futuro. Portanto, o outro lado da moeda é que podem tornar-se dependentes, não conseguem realizar suas tarefas rotineiras, retardar seu desenvolvimento, e não conseguir cumprir seus papéis sociais da vida adulta (Schenker & Minayo, 2005).

Ainda de acordo com Schenker e Minayo (2005) proteção envolve cuidado desde a maternagem. Contudo, entendemos que não podemos parar por aí. O Estado também tem responsabilidades para com alguns cidadãos considerados em condições diferenciadas, como é o caso do adolescente. Proteger significa oferecer condições para o crescimento e desenvolvimento, fornecer amparo para possibilitar o fortalecimento da formação do sujeito.

Idealizando essa proteção a ser dispensada aos jovens é que surge o termo Proteção Integral. O termo vem a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele significa um empoderamento, e considera a criança e o Adolescente como sujeitos

de direitos em situação especial (em formação e desenvolvimento). Dentro dessa ideia, a proteção passa a ser obrigação de todos: família, escola, Estado, sociedade e segurança pública. A condição para promoção de uma Proteção Integral diz respeito a utilizar das experiências de vários setores e segmentos da sociedade visando promoção de um crescimento saudável minimizando os riscos a que estão expostas muitas crianças e adolescentes e diminuir o ritmo e consequência dos problemas sociais que os afetam.

De acordo com a pesquisa de Schenker e Minayo (2005), a ênfase atual das pesquisas visam entender a resiliência e sua formação, abandonando aos poucos as abordagens que se centravam apenas nos fatores de risco. Certamente, estes não devem ser desconsiderados. Contudo, muitos estudos enfatizam os elementos positivos dos indivíduos. Esta é uma visão mais otimista para o tema drogas, pois visa promover o bem-estar do adolescente com base numa aposta em seu potencial de superação das dificuldades e de transformação das adversidades e experiências traumáticas em pontos positivos para seu crescimento saudável, crendo, sobretudo, nas suas habilidades pessoais e sociais. Neste caso, situações traumáticas foram encontradas como facilitadoras da formação de resiliência e estão relacionadas a fatores individuais, como temperamento, autoestima, autoimagem positiva e capacidade de criar outras estratégias ativas para lidar com os problemas; fatores familiares, como o suporte, segurança, bom relacionamento e harmonia familiar; e fatores ambientais, como o suporte de pessoas consideradas pelo adolescente como significativas e as experiências escolares positivas.

1.1.2 Adolescência: conceito e comportamento de risco

“A um só tempo, o jovem aparece como retrato projetivo da sociedade. Condensando angústias, medos, assim como esperanças em relação às tendências sociais percebidas no presente, e aos rumos que essa propensão imprime na conformação social futura, a sociabilidade do jovem está totalmente relacionada à contemporânea.” (Feffermann, 2006, p.13)

O tema adolescência desperta interesse e provoca incômodo no território das pesquisas por ser abrangente, intrigante e instigante. A Criança e o adolescente passam a ser considerados em fases do desenvolvimento humano, e como tal necessitando de apoio e compreensão dos diversos agentes da sociedade. Isto foi possível após a Revolução Industrial com a evolução do conhecimento humano e estudos sobre o desenvolvimento biopsicossocial (Scivoletto, 2011).

A Organização Mundial da Saúde considera como adolescente o sujeito com idade entre 12 e 19 anos que traz como marco inicial o surgimento de características sexuais secundárias e marco final a independência financeira, em especial. O Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente ó ECA (1990) diz que: õConsidera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idadeö. Contudo, é importante deixar claro que o processo de adolescência está vinculado à formação identitária, autoafirmação, desenvolvimento biopsicossocial, dentre outros. O processo normal da adolescência é deixar a dependência infantil e adentrar na autonomia do adulto. É nesta transição que ele necessita buscar suas referências de identidade interagindo criticamente (Pereira, 2009).

O desenvolvimento psicológico, acompanhado das mudanças corporais, volta o olhar do indivíduo para si, pois surgem demandas até então desconhecidas. Neste contexto, estão presentes demandas por papéis sociais que geram expectativas para o sujeito e em qualquer cultura estão presentes as transformações que são próprias do desenvolvimento físico e psicológico do indivíduo nesta faixa etária. Em nossa sociedade, por exemplo, tornar-se adulto significa ter independência financeira, ter a capacidade de encarar seu destino e responsabilizar-se por suas decisões. Por isto é considerada uma fase muito difícil por ter de encarar ao mesmo tempo questões õsociais, políticas, filosóficas, econômicas e profissionaisö (Scivoletto, 2011).

O adolescente também apresenta outra característica além dos questionamentos. Estamos falando da experimentação normal da fase, vinculado à onipotência do adolescente, timidez e baixa autoestima. Temos aí a fórmula para torná-lo extremamente fragilizado, o que pode levá-lo a soluções inadequadas na tentativa de se impor e resolver seus problemas, como por exemplo, o envolvimento com as drogas e criminalidade (Saito, 2008).

Claro que não se pretende dizer aqui que todas as atitudes e contextos nos quais o adolescente se envolve represente risco. Há a possibilidade de que seu ambiente biopsicossocial lhe apresente fatores de proteção. Portanto, fatores de risco e proteção podem estar presentes no indivíduo, na família, na sociedade, na escola, no grupo de

amigos, na saúde, na mídia, nas políticas governamentais, entre outros (Saito, 2008; Scivoletto, 2011).

Contudo, as más condições de vida em que muitas crianças e adolescentes vivem, submetidos e subjugados pela violência podem não ser definidoras para adesão ao crime, mas propicia que setores ilegais e criminosos cresçam e aliciem jovens. Quanto maior a omissão do Estado, maior a presença da violência como forma de controle da comunidade pelos criminosos, o que podemos chamar de lei do mais forte. Diante da fragilidade de laços sociais, os adolescentes acabam por ingressar na criminalidade, e neste caso, estão propícios a conhecerem os lados vantajosos ou não dessa profissão de risco tornando-se alvos vulneráveis tanto para policiais e traficantes quanto para a sociedade. Para Feffermann (2006, p. 14),

Os jovens pertencentes às classes subalternas vivem em dupla situação de risco, pois, vivendo uma socialização incompleta (Adorno, 1993), têm poucas oportunidades de integração no mercado de trabalho, o que se reforça com a baixa escolaridade; assim, são alvos fáceis para as drogas e o álcool e, quando surpreendidos ao cometerem infrações, a reprimenda pode custar-lhes a vida.

Neste contexto, a influência da mídia corrobora para o estabelecimento de um rito de passagem para a vida adulta que significa o consumo de drogas como o álcool e tabaco. Estes produtos estão disponíveis em praticamente todos os estabelecimentos comerciais com controle da venda precário e muitas vezes são consumidas por crianças e adolescentes na presença da família. O abuso de álcool e outras drogas podem desencadear diversas situações de vulnerabilidade, expondo o adolescente ao risco de acidentes, suicídios, violência, gravidez não planejada e transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros (Cavalcante, Alves & Barroso, 2008).

Em 1988 ocorreu a Segunda Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em Adelaide, Austrália. Nesta conferência foi dada extrema importância ao tema uso de tabaco e álcool. Estes foram apontados como protagonistas de grandes riscos à saúde de jovens e adultos requerendo atenção imediata.

Na Declaração de Adelaide¹ são frisados os malefícios causados pelo uso do álcool, tabaco e outras drogas que trazem distúrbios sociais e problemas físicos e

¹ Declaração de Adelaide. Segunda Conferência Internacional sobre promoção da saúde; 5-9 de abril 1988; Adelaide; Au. In: Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. Declaração de Alma-Ata; Carta de Ottawa; Declaração de Adelaide; Declaração de Sundsvall;

mentais para os usuários e para quem convive com eles. O uso de substâncias psicoativas está relacionado à baixa produtividade no trabalho e escola, acidentes de trânsito e prática de atos infracionais tendo como maiores receptores dos danos a própria família dos usuários.

De acordo com a Carta de Adelaide, o uso de drogas é um grande causador de doenças incapacitantes e mortes. Neste caso, é extremamente importante considerar este fato quando tratamos da vulnerabilidade vivida por crianças e adolescentes, pois esta pode ser potencializada pelo uso indevido de substâncias psicoativas. Contudo, a sociedade adota ações e atitudes paradoxais onde em uma mão condena o uso e abuso de drogas pelos jovens, mas em outra mão permite a propaganda altamente motivadora do uso por este público em especial (Cavalcante, Alves & Barroso, 2008).

1.1.3 Do marginal ao desviante: o papel da prevenção

Quando falamos em adolescentes em conflito com a lei pensamos em duas situações: Primeiro, a experiência de transgressão ou comportamento marginal; segundo, a negociação de novas relações com normas e poderes e as situações que caracterizam um desvio de conduta (Sudbrack, 2003).

Os estudos de Winnicott (2000) propõem uma característica intrapsíquica para o desviante. Esse autor considera que o desvio é uma reação à falta ou à perda de pessoas especiais de sua vida afetiva. A impossibilidade de representá-las é satisfeita por meio da excitação. Pelo sentimento de desamparo, utilizam a ruptura e a derrapagem social com a finalidade de suprir a carência primária e a falta fundamental tendo como pano de fundo o fantasma da dívida e submissão. Assim agem por desafio, reivindicação, transgressão por entenderem que a sociedade tem uma dívida com eles e isto lhes autoriza a serem sujeitos da exceção: fora da lei e da norma.

Alguns adolescentes envolvidos no tráfico de drogas se sentem desamparados, carentes de cuidados primários e recusam-se à participação social buscando gratificação

por meio da exploração do outro. Neste caso, se refugiam nas gangues que lhes permitem afirmar o narcisismo orientado à reivindicação e destruição (Sudbrack, 2003).

O processo de redistribuição de poderes pelo qual passa o adolescente permite e cobra uma negociação com normas, regras e lei, que devem ser mediadas por terceiros significantes. Isto é classificado por Sudbrack (2003) como autonomização. Quando eles ultrapassam os limites, atingindo as infrações e violações lhes é demandado o interdito. Esta interdição é importante quando no seu processo de individuação e identificação não puderam descobrir o aspecto de proteção da lei. Certamente isto desperta o aspecto repressivo da mesma. Entretanto, quando as articulações entre desejos e interdições não são reguladas eles desconhecem e desconsideram que o interdito exista, substituindo-o pela lei do mais forte que é a lei da horda, que no caso em estudo significa a lei das gangues ou do grupo de traficantes ao qual pertençam. Isto gera o caráter letal de suas ações contra si mesmo e os outros (Sudbrack, 2003).

Podemos pensar neste contexto em dois sujeitos: o que está à margem e o que se desvia. O papel da prevenção tem o intuito de reverter ou impedir o percurso em que os marginais passem ao desvio. Nesta trajetória é de suma importância considerar questões relativas à personalidade, mas sem desconsiderar as relações familiares, sociais e contextuais (Sudbrack, 2003).

Pautadas pela lógica da violência e do combate, crianças e adolescentes cada vez mais cedo cedem aos apelos do mundo do tráfico com seus valores e influências. Quando refletimos sobre a influência sofrida pelos adolescentes levamos em consideração outro agente importante nesta discussão que é a reprodução cultural da violência e do extermínio que está presente não apenas no mundo do tráfico, mas também no do crime e da polícia. Neste caso os adolescentes são expostos ao tráfico como um dos participantes de suas redes sociais possibilitando novos modelos de sociabilidade juvenil, em que se enfraquecem os laços sociais e o respeito aos outros e suas diferenças (Sudbrack, 2003).

1.1.4 Consumismo, tráfico e uso de drogas por crianças e adolescentes

A oferta do mercado, longe de dar acesso aos desejos, é ouvida como uma ordem irrefutável, um dever a consumir que torna as mercadorias objetos persecutórios, como se eles tivessem o poder de escolher seus usuários, de possuí-los, ocorrendo a inversão - um objeto para um sujeito. (Conte, Oliveira, Henn & Wolff, 2007. p. 98)

O consumismo desenfreado gerado pelas propagandas onde o pertencer a uma sociedade se mede pelo que se pode adquirir deixa alguns jovens, que não se veem incluídos nesta classe de consumo, como aquém do que a sociedade espera. Neste contexto, podemos perceber uma ã(...) concepção de felicidade ligada ao consumo que tem sido sustentada pelos princípios motores da nossa sociedade e que tem levado ao esfacelamento de um pacto civilizatório consensuadoö (Conte, Oliveira, Henn & Wolff, 2007. p. 104).

Ao se sentirem preteridos em seus direitos alguns jovens reagem de forma imediata e eles também se dispõem a não aceitar os padrões sociais pregados e defendidos. O incentivo provocado pelo marketing cria novas e estimula velhas necessidades que podem ser até õfalsas necessidades, necessidades imaginárias, fetichistas, insufladas pelos recursos da publicidadeö (Carneiro, 2006. p. 125).

Fazer parte do õmundo do crimeö é, em parte, uma das vertentes de identidade e de reconhecimento social do jovem, pois a partir do momento que se compara com os demais, o contexto de desigualdade se torna aparente e mais uma vez a sensação de exclusão os impele ao atalho social. Neste caso, õo tráfico de drogas é um protótipo da sociedade de consumo, mas em adição a outros, expressa toda a violência nela embutida e produz ainda mais violênciaö (Feffermann, 2006, p. 78). Há com isto uma inversão de valores onde o externo suplanta o interno, ou seja, o que vale é aquilo que dá visibilidade instantânea e causa espetáculo social (Conte, Oliveira, Henn & Wolff, 2007). Neste caso, tem-se como fator que favorece a entrada da criança e adolescente na criminalidade a falta de perspectiva e alternativa de ascensão social, os referenciais familiares e coletivos em uma sociedade de consumo e o fascínio que o õmundo do crimeö exerce sobre elas.

Vale salientar que a necessidade humana é ilimitada e nunca será suprida e outro caminho para o consumo que dá prazer imediato é a fixação nas drogas (Chassaing, 2004). No caso do adolescente envolvido com uso e tráfico de drogas, as drogas

representam duas faces: a de suprir o desejo de consumo e a de ser um mediador social para alcançá-lo, mantendo-se como forma de relação social possível.

1.1.5 Inclusão marginal: uma forma (in)direta de exclusão

Em uma sociedade voltada para o consumo, onde as cobranças por realizações e independência são constantes, a sensação de não ter atingido estes objetivos pode trazer insegurança e a sensação de não pertencimento. Neste contexto, as drogas servem para o jovem como uma possibilidade de pertencimento, a solução para sua baixa autoestima, tendo a função de medicamento (Scivoletto, 2011). No entanto, este jovem vai atender a um estereótipo social não aceitável e será vítima de diferentes formas de preconceito. Primeiramente a sociedade globalizada cria para si padrões que devem ser seguidos a qualquer custo, mas quando os adolescentes desvirtuam-se destas regras tornam-se alvos de críticas e são automaticamente culpabilizados, sendo objeto de raiva e medo. Neste caso, a indústria cultural, a um só tempo, contribui na formação desse preconceito e cria mecanismos para eliminar não o preconceito, mas o sujeito estereotipado (Feffermann, 2006, p. 128).

Percebe-se neste contexto que a globalização produz efeitos paradoxais, pois as relações objetivas entram em contradição quando dizem que todos possuem as mesmas oportunidades de ascensão social e de consumo. A ilusão vista isto é percebido como falácia, mas a ideia é defendida com todas as forças do sistema capitalista. Com este discurso, ocorre, então, a exclusão (ou inclusão marginal) de uma massa cada vez mais significativa, de dimensão marcante nos intercâmbios simbólicos tal como estes se apresentam e são valorizados nas sociedades capitalistas. Isto significa que o consumo possui dimensão simbólica com elevada significação social e a promessa de que todos têm direito a possuir as mesmas coisas que os outros têm. Contudo, quando isto não ocorre causa estranheza e frustração, dando a sensação de desvalorização e incompetência diante de todas as possibilidades de possuir.

A massa excluída ainda acredita que haja uma sociedade democrática, com menos discriminações, com mais igualdade e justiça. Isto ocorrendo lhes possibilitaria integração à vida social, com deveres e direitos pressupostos da cidadania. A

internalização pode se dar pela massificação das informações fornecidas pelos meios de comunicação que falseiam a realidade e direcionam a vontade política da população, manipulando a massa (Graciani, 2013).

Portanto, compreendemos que é constrangedor para o jovem ouvir que é capaz, mas não perceber os resultados; ouvir que está incluído na sociedade, mas que sua inclusão é à margem do sistema posto.

Quando falamos da sociedade atual e de algumas ações estatais nos perguntamos que tipo de inclusão os jovens têm? Alguns pensadores chegam a falar de exclusão social comparando-a com o que chamam de *„Inclusão Marginal“* (Feffermann, 2006; Graciani, 2013).

Ainda dissertando sobre a ideia de inclusão marginal, além de serem estigmatizados, muitos jovens correm o risco de serem eliminados por gangues rivais ou pela própria polícia em confrontos armados. Neste caso, a exclusão social colabora e corrobora para a inclusão marginal. Por diversos motivos, o Estado ao longo de décadas não tem conseguido manter as condições mínimas de dignidade para sua população que se mantém à margem dos serviços de saúde, educação e segurança. Portanto, é impossível entender a questão da drogadição fora deste contexto e sem ser influenciada por ele.

De acordo com Graciani (2013), as políticas públicas no Brasil não atingem os que ela chama de excluídos, seja no plano social, cultural ou mesmo econômico. A principal manifestação desta exclusão se personifica na dificuldade que alguns têm em conseguir ter acesso a condições mínimas de dignidade humana, excluídos da habitação, saúde, educação e do lazer.

Neste contexto o tráfico de drogas é uma atividade das mais lucrativas do mundo e o abuso de crianças e adolescente é comum nesta atividade, favorecendo a exploração, destacando ainda outra exploração que não a financeira, mas aquela em que se aproveita de um sujeito que ainda está em desenvolvimento, frágil e desorganizado e que por isto é mais vulnerável à manipulação e influenciado pelas falsas promessas de aquisição de bens e regalias que não conseguem ver em suas casas e em sua comunidade com a população trabalhadora. Esta incongruência de valores fascina e confunde o adolescente,

pois muitos deles mantêm financeiramente sua família a partir da renda proporcionada pelo tráfico.

Não se está aqui falando apenas dos excluídos pela pobreza e miséria, pois, caso contrário, se entraria no mesmo discurso de que o problema é o pobre e revoltado do sistema. Fala-se aqui também de necessidades simbólicas e psicológicas que independem da classe social e estas incluem carência afetiva, carência de referência, necessidade de manutenção de status familiar para aquisição e sustentação de atenção muitas vezes já foi perdida. Isto fica mais claro quando se cita um texto de Maakaroun como se pode ver abaixo:

Assim, sem tempo e sem espaço, os adolescentes de hoje continuam nômades do imaginário, excluídos do direito de serem iniciados na realidade. Com limites etários indefinidos, sem adultos de referência, os sobreviventes da infância andam às soltas, construindo uma cultura própria. Nos parques, nos shoppings, com as drogas, os enfeites e a aparência típica, eles constroem uma sociedade marginal. Vistos como ameaças sociais, são enfrentados pela força policial. Resistindo às pressões escolares, são punidos com avaliações tendenciosas e reprovações. Ao final, para alguns, resta o vestibular, que penaliza, humilha e adia a realização intelectual e pessoal do sujeito. Eis a violência sutil, fantasiada de boas intenções. Tudo indica que o presente não os comporta e que o futuro não conta com eles. (Maakaroun, 2002, p. 36)

Pensar que o tráfico de drogas é exclusividade dos morros e favelas é um engano. Diversas operações policiais têm desmantelado quadrilhas de jovens de classe média vendendo vários tipos de drogas comercializadas em casas noturnas frequentadas por jovens de alto poder aquisitivo.

Muitos têm suas explicações e acabam por colocar culpa na crise da família, na impunidade, ganho fácil e consumo garantido, principalmente porque estes jovens têm acesso direto a ambientes e pessoas com maior poder aquisitivo que não se dispõem a sair do conforto e segurança de suas casas para irem até a boca para aquisição do produto.

A sensação de impunidade que é alardeado pelo Brasil dizendo que ricos não vão para a cadeia faz com que muitos jovens de classe média/alta apostem nisso, e, até mesmo o traficante aliciador usa isto como incentivo para estes jovens. É mais um poder que eles têm e que lhes fascina, principalmente quando são menores, pois há duplo incentivo, a menor idade e o alto poder aquisitivo (Feffermann, 2006).

Entretanto, nestes casos, o que está no não dito é que os lares se tornaram pensões anônimas e vazias onde os encontros são apenas por acaso e a relação familiar

está completamente desgastada. Muitos pais dessa geração transgressora foram omissos na educação dos filhos e justificativas não lhes faltam: falta de tempo, ter de trabalhar dia noite para dar melhores condições para a família, colocar os filhos em uma boa instituição de ensino para ter melhores chances de educá-lo por não ter tempo para este fim, etc.

Porém, vale ressaltar, como já foi dito em outros momentos, que o delito não é apenas o reflexo da falência da autoridade familiar. É um grito e pedido de socorro com dor e revolta. O pedido é por pais que lhes ensinem os preceitos morais e de valores que começam pelo afeto, confiança e cumplicidade, e que muitas vezes é substituído por trocas materiais para camuflar a omissão do papel da paternidade (W. E. U. Marques, 2003).

Entende-se que o saldo de tudo isto é uma geração desorientada e vazia de perspectivas e valores onde não existe culpa, pois tudo é permitido e a certeza da impunidade fortalece o crescimento do número de atos infracionais e criminosos. A liberdade parece falsa e desvirtuada e em nome dela não se consegue dizer o contrário.

É possível entender que é uma situação complicada pela qual passam estes jovens, pois manter o nível de vida que pretendem ou no qual foram criados é muito difícil pelos meios normais. Os brinquedinhos que seus pais lhes davam são irrisórios diante da demanda e da necessidade de ostentação da vida adulta. Ter de se apresentar em festas com carros de luxo e em ambientes muito refinados que geram um custo elevadíssimo, principalmente para um jovem que ainda está terminando o ensino médio, ainda não concluiu o ensino superior ou é recém-formado encarando o mercado de trabalho. Tudo isto junto torna-se um caldeirão fervilhante e oportunidade para os aliciadores do tráfico. Uma mão lava a outra, ou seja, o jovem necessita de acesso aos bens que deseja e tem a ilusória sensação que só conseguirá com a adesão ao mundo do crime e o traficante necessita de sua influência no meio social, o casamento perfeito.

2. Família e escola como contextos socializadores de risco e proteção

As dificuldades encontradas para conceituar o que seja família se dão em parte pela diferença que existe entre os diversos agrupamentos humanos, e, sobretudo, por

não ser possível haver uma estrutura padrão, fixa e invariável. Do mais, quando comparadas umas às outras percebe-se que os princípios morais e psicológicos são muito diferentes, contraditórios e por vezes inconciliáveis. A família absorve as mudanças históricas, sócio-políticas, econômicas e religiosas de sua época.

Um dos grandes estimuladores para essa noção de família deve-se à necessidade de cuidados especiais nos primeiros anos de vida do ser humano o que passa pela existência de uma casa e da relação pais-filhos. Nesse sentido, a família tem uma função de sobrevivência biológica o que concomitantemente proporciona o desenvolvimento psíquico e o aprendizado social.

Para Zimmerman & Osório (1997, p. 50) uma definição mais clara de família pode ser a seguinte:

(...) õuma unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais ó aliança (casal), filiação (pais/filhos) e conseqüentemente (irmãos) ó e que a partir dos objetivos genéticos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais desenvolveu através dos tempos funções diversas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais.õ.

A origem da família remete a questões como parentesco, incesto e exogamia e o casamento. Para Zimmerman & Osório (1997), a família era inicialmente apenas consanguínea existindo o modelo de promiscuidade absoluta dentro do grupo, até a interdição do incesto que se tornou tabu e forçou os grupos a formarem uniões extra-grupais.

A família monogâmica que é predominante no ocidente está ligada ao desenvolvimento da ideia de propriedade, portanto a fidelidade conjugal é pré-requisito para o reconhecimento dos filhos e transmissão da herança.

Com esses levantamentos pode-se dizer que a família não é algo que ocorre naturalmente, é uma conquista sócio-cultural. Foi construída ao longo dos séculos e passou por muitas mudanças influenciadas por dificuldades de manutenção de alguns modelos familiares tradicionais na cultura cristã, que têm provocado mudanças nas legislações no intuito de legitimar o que ocorre de fato nas estruturas conjugais e familiares.

No interior da família o indivíduo conquistou o direito de ter uma vida privada autônoma. Mas, algumas tarefas básicas da família estão sendo ameaçadas, como por exemplo, o bem-estar físico e emocional dos seus membros. Isso, em parte, é devido à necessidade de sobrevivência e aquisição de bens que obrigam pais a se ausentarem por longo período de suas casas e do convívio familiar. A partir daí surgem outras dificuldades e desafios que nem os indivíduos nem a sociedade estão preparados para enfrentar.

As mudanças ocorridas ao longo do tempo tanto na família quanto na sociedade se entrelaçam e uma influencia a outra e os cenários modernos e pós-modernos veem mudar muitas concepções sobre o convívio familiar e o papel de cada sujeito dentro desse grupo específico, o que se reflete na vida social como um todo. Exemplo disso são as formas fragmentadas de família e a abertura de espaços para novas formas de uniões conjugais que antes não podiam ser pensadas. O casal que tinha como objetivo principal a criação de filhos tem uma nova configuração e é visto como uma organização viva que tem uma identidade própria, onde as regras são constituídas antes mesmo do casamento.

A fragilidade e vulnerabilidade da relação humana se presentifica na violência, desafeção, declínio na solidariedade das relações, valorização da aparência, consumismo etc, que podemos considerar um mal-estar na sociedade atual. Portanto, é necessária uma avaliação dos conceitos tradicionais de família para poderem-se construir novos conceitos embasados em valores fundamentais da dignidade humana e aprender a conviver com as diferenças.

A partir dessa explanação podemos colocar a família como lugar de pertencimento e de refúgio onde os adolescentes buscam ajuda para lidar com suas dificuldades corriqueiras de cunho emocional. Contudo, algumas famílias não conseguem ajudá-los por dificuldades da própria família como grupo primário e de apoio. Acontece que estes contextos de apoio quase inexistente as deixam cada vez mais vulneráveis às suas intensas frustrações. Baixa autoestima e desesperança em uma vida melhor dificultam o apoio por parte da rede social, da proteção, segurança e afeto. Certamente, cria-se uma õbola de neveõ onde tanto os adolescentes quanto suas famílias

ficam expostos às inúmeras situações de risco como a possibilidade de uso e tráfico de drogas ou mesmo o cometimento de atos infracionais (Pereira, 2009).

2.1 Família como fator de risco e proteção na prevenção: contexto familiar

o(des)favorávelo

(...) à família como oescola do crimeo. A aprendizagem ocorre pelos pais e tios como oprofessoreso que transmitem formas de enfrentamento da realidade, em que, pela naturalização do crime, as crianças crescem fascinadas por armas e drogas. (Conte, at. al, 2007, p. 99)

Um dos papéis mais importantes da família é o de inserção do indivíduo em uma cultura, instruindo-o nas suas primeiras relações sociais. A partir destes primeiros contatos o sujeito inicia sua vida chegando à adolescência. Como já dito anteriormente, a adolescência é uma fase cheia de omistérioso e omitoso, mas que de uma forma ou de outra apresenta suas especificidades.

Quando falamos de adolescentes não podemos também deixar de citar a família e seus papéis sociais. Para Schenker & Minayo (2005), um fator de proteção que serve para o restante da vida do sujeito e em especial adolescência são as relações familiares saudáveis. Muitas pesquisas apontam que alguns problemas que foram o mal resolvidoso na infância podem ainda ser enfrentados na adolescência, mas agora de forma ampliada.

Na sociedade atual, somente a família atuando na educação de uma criança e adolescente não é o suficiente para que não haja nenhum problema mais sério, principalmente o envolvimento com drogas ou com o tráfico. Contudo, relações familiares positivas podem ser consideradas pontos fortes e de base preventiva para que isto não ocorra, principalmente quando combinados com uma rede de apoio social como: escola, pares, segurança pública, comunidade e ações estatais preventivas.

Pensando na família como fator de risco e proteção podemos trazer como base de discussão a pesquisa literária realizada por Schenker & Minayo (2005) na qual encontraram (Schor, 1996), que aponta como dado que o uso de álcool pelos pais, por exemplo, por si só não prediz o mesmo padrão de comportamento dos filhos. Contudo, o autor ressalta que a droga ominaõ as relações familiares e as interações pais/filhos. O alcoolismo cria influência destrutiva e a substância funciona como mediador da

transmissão intergeracional deste comportamento. Neste caso, fica bem claro que a questão não é a droga simplesmente, mas a relação que o indivíduo desenvolve com ela.

O ambiente familiar considerado saudável é propiciador de ajustamento e auxilia no desenvolvimento de potencialidades em crianças e adolescentes. Ambiente familiar que inspira confiança, expressa amor e cuidado atua como fator protetor, mesmo no caso da adicção dos pais ou pares. Devemos então pensar que vínculos familiares, apoio para autonomia, condução do adolescente e monitoramento no processo de desenvolvimento e crescimento social e estabelecimento de normas claras são primordiais para que adolescentes percebam outras possibilidades mais saudáveis de enfrentar seus medos e aflições que adentrar ao mundo das drogas (Schenker & Minayo, 2005).

As citações acima servem para exemplificar os significados intrínsecos e extrínsecos da situação de risco, mas a exposição a algumas situações favorecem aos fatores de risco e diminuem a força dos fatores de proteção. Jovens adolescentes constantemente expostos a situações de degradação social e familiar, sem perspectivas de futuro, convivendo com violência e influenciados em comunidades dominadas pelo tráfico de drogas começam a partilhar dessas situações como corriqueiras e naturais. Esta junção de fatores forma um risco muito elevado para estes jovens (Conte, et al, 2007).

3. A escola como fator de risco e proteção

Ao conceituar fatores de risco e proteção em tópicos anteriores tentou-se demonstrar que os fatores de risco jamais podem ser entendidos como de forma isolada, independente ou fragmentada. Um fator de risco tende a se ramificar por diversas outras dificuldades pelas quais o adolescente passa. Todavia, entende-se que a exposição ao perigo pode potencializar os riscos inerentes ao período de vida em questão. Situações de risco podem florescer fatores individuais, trazer à tona uma educação infantil insatisfatória, potencializar fracassos escolares, aumentar as relações sociais problemáticas entre os pares ou comunidade (Schenker & Minayo, 2005).

Resaltando a necessidade metodológica de levar em conta a complexidade das formas de adesão ao uso abusivo de drogas na adolescência é relevante pensar que há uma estrutura e uma organização dos diferentes fatores, formando uma *síndrome do comportamento de risco*, o que remete às premissas do paradigma sistêmico: os comportamentos de risco co-variam e estão inter-relacionados. Nessa perspectiva, os esforços preventivos devem visar a modificar as circunstâncias que sustentam tais síndromes: o *estilo de vida* que sintetiza um padrão organizado de comportamentos inter-relacionados, dentro de uma ecologia social (JESSOR, 1991) e em relações complexas com distúrbios clínicos. (Schenker & Minayo, 2005. p. 711)

Neste contexto, é inegável o papel da escola como agente de transformação do indivíduo, principalmente quando este ambiente propicia ao sujeito repensar valores e adquirir condições, opções e estratégias para lidar com as adversidades cotidianas. Contudo, por ser um lugar onde os jovens buscam reconhecimento e atenção, muitas vezes se torna ambiente propício para o uso e abuso de drogas. O assédio de traficantes nos arredores das instituições de ensino são exemplos claros de que este ambiente pode ser de crescimento saudável, mas também, pode se tornar lugar para arrebanhar pessoas e aliciar jovens tanto para o tráfico quanto para o uso de substâncias psicoativas.

Sabendo da importância do papel da escola na prevenção do uso e tráfico de drogas por crianças e adolescentes, temos sempre de pensá-la atuando em rede e buscando sempre parcerias para que o trabalho se torne efetivo. O trabalho na perspectiva sistêmica de redes sociais é uma proposta metodológica defendida e levada em prática por muitos pesquisadores e profissionais da área (Sudbrack & Pereira, 2012).

Considerando um projeto para prevenção no contexto escolar esta fica no centro e à sua volta estão os principais parceiros para complementarem seu trabalho e ajudar a implementar as ações preventivas. Com estas ações pretende-se beneficiar não somente os alunos, mas os profissionais que atuam na escola, bem como os servidores e toda a comunidade, pois entende-se que a escola se fortalecerá à medida que as parcerias se juntarem para construção de uma rede na qual estabelecem trocas de experiências, cooperação e incentivos uns aos outros (Sudbrack, Conceição & Ramos, 2012).

4. Da desconstrução do proibicionismo à compreensão do uso de drogas

Discussões e atitudes tomadas com relação às drogas foram muitas e em nível mundial. A chamada guerra às drogas já gerou conflitos internacionais por

movimentar interesses de produtores que faturam bilhões por ano com a produção e distribuição de substâncias psicoativas. Um exemplo claro disso foi a Guerra do Ópio ocorrida no século XIX. Nesta época o governo imperial chinês tentou fechar seu mercado consumidor assumindo posições de proibição da entrada do ópio no país, mas foi duramente atacado por forças contrárias à proibição, principalmente enfrentando conflitos com a Inglaterra (1839-42 e 1856-60) que tinha apoio de grandes potências coloniais europeias que exigiam a abertura dos portos para a entrada da droga no território chinês. Certamente, o fechamento dos portos contrariava interesses internacionais em busca do lucro tanto com relação à droga como à estratégias político-comerciais (Rodrigues, 2008).

Não obstante as diversidades ideológicas e questões que envolvem relações comerciais e diplomáticas, o Brasil tem demonstrado avanços em relação ao tema e tem formado parcerias com Universidades e Organizações, sejam governamentais ou não governamentais, no intuito de permitir uma discussão mais ampla com a sociedade, o poder legislativo, executivo e judiciário em ações conjuntas no intuito de obter melhores e mais consistentes resultados.

Em 2008 um texto publicado por Garcia et. al, com o apoio da Universidade Federal de Espírito Santo, traz uma discussão que permeia o tema drogas no que diz respeito à diferença de abordagem dada pelas políticas públicas sobre drogas que, por vezes, vê o tema como questão de Segurança Pública e em outros momentos traz o assunto para ser tratado como questão de Saúde Pública. Entretanto, devido à complexidade do tema, as ações deveriam abranger os dois lados, a saber, são necessárias políticas públicas que possam ser atuantes em conjunto e não excludentes.

Certamente a maneira como o assunto é abordado vai requerer das políticas vigentes atitudes condizentes com os paradigmas em vigor. Quando se tem em mente o fato de ser um problema de segurança pública o principal foco é a diminuição da oferta do produto (guerra aos traficantes) com ações repressivas e de enfrentamento direto; quando o assunto é tratado como uma questão de saúde pública o foco muda, tendo como principal alvo a saúde do indivíduo usuário ou dependente levando em consideração a redução de danos causados pelo uso abusivo de substâncias psicoativas.

Ora, ideal seria a atuação em ambos os focos no entendimento e atendimento dos usuários de drogas, mas o que se percebe é um embate ferrenho entre as duas vertentes que defendem uma ou outra ação, gerando um espaço de discussão contraditório.

Quando o tema é drogas ilícitas, o narcotráfico representa preocupação para as autoridades mundiais devido ao grande número de outras atividades que se beneficiam do tráfico, como por exemplo, o terrorismo, a indústria bélica, indústria farmacêutica, turismo, prostituição, dentre outros. Estes fatores muitas vezes influenciam decisões dos governos quando se trata de economia e finanças. Outro fator importante que cabe salientar é a fomentação de tráfico de influência dentro da estrutura estatal caracterizada por suborno, lavagem de dinheiro, corrupção e outros.

Algumas explicações preconceituosas e de cunho ideológico tendem a disfarçar os problemas que envolvem este processo. Há pouco tempo o Brasil não dispunha de leis que separassem o traficante do usuário. Neste entendimento, tanto traficante quanto usuário deveriam ser combatidos como pertencentes ao mesmo grupo. O discurso em vigor era o de que se não houvesse consumidor não haveria o traficante (Garcia, Leal & Abreu, 2008). No entanto, nesta visão simplista o aspecto dependência/doença não era levado em consideração. O que se pretendia era a extirpação da droga como se ela fosse o mal por si só.

A ideia de viver em um mundo sem drogas ainda permeia a maioria das ações governamentais e programas direcionados ao tema. Contudo, pensar o mundo em que não haja mais a busca do ser humano por substâncias psicoativas seria utopia (Sodelli, 2010). Ainda assim, alguns acreditam que este mundo idealizado é possível. Portanto, a partir deste pensamento são elaboradas leis que visam reprimir não só o tráfico, mas também o uso, em uma visão de abstinência total.

A tentativa de proibição a qualquer custo do uso de drogas aumenta a sensação de guerra no interior da sociedade causando culpabilização seja por parte dos órgãos repressores ou dos que veem o problema como de higiene e saúde pública. Contudo, vale lembrar que o consumo de drogas está presente na história da humanidade desde seus primórdios e o uso de substâncias psicoativas tem diversos usos sejam eles de cunhos religiosos, terapêuticos, alimentares e outros (Feffermann, 2006).

A evolução das leis no Brasil permitiu a mudança de postura relacionado ao usuário por meio de programas de prevenção e atenção ao dependente químico criado pelo Ministério da Saúde que passou a considerar a problemática relacionada à saúde mental. Isto possibilitou que outras formas de tratamento fossem estudadas. Começam surgir no país políticas que visam aprimorar o modelo de atenção à saúde mental implementando e normatizando outros serviços que até então não haviam sido pensados, como, por exemplo, o atendimento ambulatorial. Esta mudança dá a estes sujeitos a possibilidade de tratamento humanizado e até, na medida do possível, individualizado (Garcia, Leal & Abreu, 2008).

A partir da abordagem diferenciada do tema como de saúde mental viu-se a necessidade de um espaço para o dependente químico. Com isto, começam a ser criados os CAPsAD (Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas) a partir de 2002. Estas ações faziam parte de um plano maior que era a Política de Atenção Integral que tinha como ações principais a prevenção, tratamento e educação. A partir daí começa-se considerar o uso e abuso de substâncias psicoativas como um problema de saúde pública. Como tal, era necessário agora ver o problema não só como uma questão a ser levada a tratamento, mas também a necessidade de reduzir os danos causados por tais substâncias. Foi estabelecida então a Política de Redução de Danos (PRD), que visa o cuidado extra-hospitalar com base nas redes de apoio.

Estas ações possibilitaram a desvinculação do uso de drogas da marginalidade e delinquência e ainda, sai de foco a abstinência como prioridade e objetivo único. O resultado desta mudança de paradigma foi a instituição do Programa Nacional de Atenção Comunitária e Integrada a Usuários de Álcool e outras Drogas, criado em 2002 (Garcia, Leal & Abreu, 2008).

Como demonstra a explanação feita acima, entende-se como necessárias reflexões e posturas enérgicas, principalmente porque o cenário internacional ainda dita normas que não se adaptam à cultura dos povos de maneira generalizada. Isto fica nítido na maioria das políticas públicas adotadas que levaram em consideração parâmetros internacionais. Outra questão importante é a alternância de poder que dificulta a criação e manutenção de programas de governo que em muitos casos estavam dando certo ou teriam grande possibilidade de obter resultados favoráveis.

Com a alternância de governos vêm também as alterações de paradigmas que por vezes volta-se à tábua zero e retorna a ideia de que a droga é mal a ser eliminado e que os indivíduos usuários são seres não socializados e devido ao seu comportamento devem ter seus vínculos com a sociedade cortados por ameaçarem a ordem social. Este discurso político, apesar de ter alterações, muitas vezes reaparece no meio da sociedade quando algo de alarmante ocorre. É como se pudesse eliminar o problema apenas com ações pontuais e de rápido resultado.

Porém, entende-se que para que haja resultados visíveis é necessário que as políticas sejam consistentes e envolvam diversos órgãos governamentais e da sociedade civil no intuito de encontrar soluções condizentes com a realidade e, acima de tudo, deve haver continuidade e investimento público, pois por vezes este investimento é totalmente direcionado a ações de repressão, ficando em segundo plano as ações de prevenção e tratamento.

É possível perceber que as políticas públicas vigentes são influenciadas sobremaneira por pressões nacionais e internacionais que envolvem a indústria bélica, de medicamentos, de produção de álcool e fumo e de muitos produtos que historicamente são destinados ao refino de drogas (Garcia, Leal & Abreu, 2008). É um verdadeiro tabaco de guerra que na maioria das vezes perde o lado mais fraco, a saber, a sociedade e o usuário de substâncias psicoativas que fica sem tratamento e em situação de abandono e discriminação tanto por parte da comunidade como dos órgãos estatais.

Neste contexto, delineiam-se duas tendências que perpassam o que tem se colocado nos debates da cena pública: de um lado, vislumbramos o tema da descriminalização das drogas, a defesa dos direitos humanos, a transformação dos modelos totalitários de atendimento em saúde para modos de atenção integral (intersetorial, interdisciplinar, territorial). De outro lado, alinham-se o discurso da tolerância zero, a diminuição da idade penal, a reivindicação pelo manicômio e a carcerização da pobreza (Conte, at. al, 2007).

Entende-se que o comércio de drogas está diretamente relacionado ao desgaste social na contemporaneidade, propiciando o aumento da violência urbana, superlotação das prisões e abrigos para menores, investimentos nas forças policiais urbanas e de

fronteira e gastos astronômicos com as forças armadas para o combate do tráfico de drogas nos rincões dos países.

Incluindo as substâncias consideradas lícitas como o álcool e o tabaco, as drogas movimentam um mercado financeiro astronômico. Dados levantados apontam que os quatro maiores mercados brasileiros são os de cerveja com cerca de 8,8 bilhões ao ano, refrigerantes com 7,4 bilhões, cigarro com 5,3 bilhões e aguardente com 2,1 bilhões. Com a fusão das cervejarias Brahma e Antártica, a Ambev tornou-se a maior empresa privada do país (Carneiro, 2006).

Para quem acompanha os movimentos na Bolsa de valores percebe que nos últimos anos, mesmo com todas as idas e vindas do mercado financeiro internacional a Ambev se destaca como um investimento rentável e muito seguro, pois não acompanha completamente as oscilações do mercado internacional. Como dizem alguns investidores: ãse as pessoas estão tristes bebem para esquecer e se estão alegres bebem para comemorarö.

A concepção de abstinência total das drogas pode ser apontada como um dos principais fatores que torna fracassada a ideia do proibicionismo. Contudo, especialmente após a década de oitenta, com o surgimento da abordagem de redução de danos, começou-se a repensar prevenção ao uso de drogas de forma cidadã e humanista. Esta reflexão leva à ideia de que a erradicação do uso de drogas por si só estaria fadada ao fracasso levando em consideração a vulnerabilidade própria do sujeito diante de sua existência (Sodelli, 2010).

A luta proibicionista nos Estados Unidos, por exemplo, teve início no século XX com diversas conferências e reuniões entre países com o intuito de proibir a produção e comercialização de algumas substâncias. Inicialmente aceitava-se apenas o uso medicinal, mas com o tempo foram acirrando as barreiras e em 1919 por meio de lei federal houve a 18ª Emenda Constitucional americana que proibiu a produção, transporte, importação ou exportação de bebidas alcoólicas.

A Lei Seca criada nos EUA (1919) abre espaço para diversos circuitos clandestinos de tráfico tanto de álcool como de drogas ilícitas como a cocaína. Certamente o aparato repressivo na tentativa de contenção dessa ãfebreö foi muito

grande para tentar solucionar o problema. Isso provocou marginalização principalmente de imigrantes chineses, negros, italianos, irlandeses e mexicanos. Contudo, apesar dos esforços governamentais, o proibicionismo propiciou o surgimento de máfias poderosas que se aliavam a policiais e políticos corruptos no intuito de auferir lucros com o mercado promissor e proibido. Neste período algumas famílias americanas fizeram fortuna com o mercado ilegal de bebidas alcoólicas (Carneiro, 2006).

Neste contexto, a sociedade em nível mundial tenta regular o uso indevido das drogas. Com base em um julgamento da legalidade das substâncias psicoativas estabelecido arbitrariamente, obedecendo a apenas preceitos médicos e de saúde pública. A abertura para um diálogo com a sociedade ainda não foi disponibilizado. Portanto, algumas substâncias são comercializadas livremente em alguns países por seu processo cultural e histórico como é o caso do álcool, tabaco e alguns chás enquanto outros têm o consumo proibido, mas a produção é por vezes incentivada por trazer grandes dividendos para alguns. A Heroína, por exemplo, é contrabandeada para os Estados Unidos e outros países, principalmente, do Oriente Médio e do Extremo Oriente (Carneiro, 2006).

É consenso para os governos internacionais o combate ao narcotráfico. A guerra às drogas ecoa nos quatro cantos do mundo como uma necessidade de segurança nacional e internacional e permeia as políticas na área de segurança e saúde na maioria dos países. Contudo, no discurso político há sempre as vertentes de preocupação com a manutenção da democracia justificando a tentativa de fortalecimentos institucionais, preservação dos direitos humanos e a liberdade econômica e financeira (Carneiro, 2006).

Independente das vertentes que surjam, há uma necessidade de manutenção da paz social e neste caso há ainda maior unanimidade, pois vem à tona o tema combate ao narcotráfico, pois o tráfico de drogas está no patamar das atividades que podem contaminar a sociedade. Não é sem razão que este discurso se faz presente, pois o narcotráfico é considerado como uma das atividades que congrega e patrocina diversas ações criminosas em todo o mundo, principalmente o terrorismo, que se caracteriza como o maior medo para os Estados Unidos, Europa e Oriente Médio, principalmente (Rodrigues, 2002).

Certamente, no seio dessa discussão cabe ter um olhar mais atento às políticas brasileiras quando o tema é o tráfico de drogas, principalmente quando levamos em consideração o pensamento proibicionista imposto pelos Estados Unidos à maioria das políticas dos demais países, que por vezes incentiva o investimento maciço em repressão.

Desde o início do século muitas são as drogas que foram proibidas. Cada país define seus critérios para proibição, mas a maioria seguem algumas das normas ou parâmetros internacionais na direção do controle e erradicação. Muitas regras são definidas a partir de encontros feitos pela Organização das Nações Unidas com o intuito de padronizar ações sobre o tema com os países que assinaram acordos internacionais. O tratamento dado aos psicoativos prevê parâmetros e estipula exigências aos Estados que se comprometeram a observar tais acordos (Rodrigues, 2002).

No Brasil, desde 1890 já havia uma preocupação com a questão da higienização da população e de alguns lugares públicos. Isto se presentifica com o Código Sanitário da República. Certamente o controle de substâncias psicoativas estava em pauta neste código, mas a venda e o uso destas substâncias ainda não despertavam a atenção das autoridades. Mas, na década de 20 a situação se altera, pois o Brasil havia se comprometido com a Convenção de Haia e nada havia sido feito até então. Desse modo, a partir das cobranças o país teve de tomar atitudes mais enérgicas com relação ao tema.

Outro agravante para a situação é que até então o uso da maioria das substâncias era contido nas classes mais abastadas e com o passar do tempo foi se disseminando para as classes consideradas perigosas (negros, pardos, imigrantes e toda a plebe urbana). Antes dessa difusão massiva, as drogas eram artigo de luxo com circulação restrita. Com a massificação passa a ter abundância e disponibilidade independente da classe social e isto se tornou um risco à estabilidade social (Carneiro, 2006).

A partir das cobranças nacionais e internacionais, em 1921, o Brasil cria a primeira lei que prevê restrição e punição para a utilização de ópio, morfina, heroína e cocaína no país (exceto indicação médica). Este foi um marco e o Brasil começou a frequentar outras convenções e assinar acordos sobre o tema ratificando os compromissos internacionais.

Fazer parte desses encontros e se alinhar às normas internacionais significa acatar uma postura proibicionista, tendo em vista que neste período a ideia principal seria a de proibição total à produção, circulação e consumo de substâncias psicoativas aliada à ideia de repressão a qualquer custo em todos os segmentos sociais. A partir do momento em que o Brasil começa a participar mais ativamente das conferências, paulatinamente começam a ocorrer mudanças e reformas legais sobre o tema para se adequar ao que determinam nos encontros (Carneiro, 2006).

Com o advento do Regime Militar (1964), alguns temas foram deixados para segundo plano, pois naquele momento o país enfrentava uma ameaça ao Estado bem maior: o comunismo. Na concepção americanizada uma praga se espalhava e ameaçava os interesses capitalistas e deveria ser combatido. Com tantas preocupações o Regime Militar não dispunha de tempo e estratégias para lidar com tamanha diversidade de crimes e suas modalidades. Assim, o que fosse considerado como provocador de mal social e ameaça deveria ser imediatamente tratado com as duras penas do Estado. Neste grupo estavam incluídos os traficantes e narcotraficantes que ao serem presos eram lançados no mesmo rol de inimigos do país e tratados como subversivos, guerrilheiros e opositores.

Tendo em vista esta mistura de interesses e crimes, um grande fracasso do regime militar ao tentar cercar os guerrilheiros e opositores foi juntar a eles criminosos de alta periculosidade como: assaltantes de bancos, sequestradores, traficantes e narcotraficantes. Com isto houve troca de conhecimento de guerrilha com a atuação nas ruas. A partir da anistia os guerrilheiros e opositores foram libertados, mas os demais criminosos comuns continuam encarcerados e começaram a se articular. A partir de solturas por cumprimento de pena ou fugas começaram surgir pessoas capazes de ameaçar a paz social e se vincular ao tráfico internacional de armas e drogas (Sodelli, 2010).

Apesar dos conhecimentos adquiridos nas prisões as ações dos criminosos comuns tinham suas atividades direcionadas a assaltos a bancos, por exemplo. Contudo, a partir do momento que perceberam o grande mercado norte-americano e europeu com demanda por drogas, vários grupos de diversos países vizinhos ao Brasil começam a se articular para formação de uma rede de contato e de corrupção voltadas

agora para o tráfico de drogas e armas. Estes contatos é que permitem o escoamento do produto. Neste contexto, surge a õguerra declaradaõ em que soldados são abatidos dos dois lados, mas a cúpula do tráfico internacional continua atuante (Sodelli, 2010).

No cenário internacional, certo de que o narcotráfico trazia em seu conjunto também ações terroristas embutidas, o presidente Ronald Reagan declara guerra total aos õsubversivosõ e oficializa que o principal inimigo dos Estados Unidos e de todo o ocidental seria a õbombásticaõ relação entre terrorismo de esquerda e narcotráfico (Carneiro, 2006).

As metas elaboradas por diversos países para o controle da produção e distribuição de drogas trazem implícitas a ideia de que as drogas ilícitas causam ameaças às sociedades, economias nacionais e internacionais, bem como às instituições democráticas. Dentre os problemas causados pelas drogas estão também presentes os custos sociais e estatais, sendo que as instituições narcotraficantes põem em perigo a segurança dos países de forma mais ampla devido à sua rede de contato e ligações com terrorismo, fomentando a violência e a corrupção. Isto provoca nos países uma preocupação, pois expõe a fragilidade da sociedade americana e da democracia (Carneiro, 2006).

Vale salientar que o século XX foi o período que mais se evoluiu na criação de leis e acordos internacionais com o intuito de coibir o narcotráfico numa visão proibicionista, mas em contrapartida, também foi o período em que houve maior extensão do mercado de drogas. As Convenções Internacionais deram uma configuração de õguerra declaradaõ ao narcotráfico e que ressoou na América Latina. Não se tratava de um conflito comum ao que os países já estavam acostumados a lidar durante as guerras, mas uma atividade visceral e intrincada que envolvia os Estados, as empresas financiadoras do narcotráfico, diversos grupos armados que aproveitavam da situação e do lucro alto e de forças sociais. Todos estes atores se digladiavam cada um com suas razões e objetivos, mas ao mesmo tempo todos estavam interligados por interesses financeiros e políticos.

Depois de experiências mal sucedidas, a proibição e õlutaõ atual dirigem-se não mais ao álcool como ocorreu nos Estados Unidos durante a Lei Seca, mas às outras drogas como a cocaína e seus derivados, ópio, maconha e uma variedade gigantesca de

substâncias sintéticas. As ações tendem a investir pesado no combate ao narcotráfico com investimentos astronômicos em policiamento e atividades repressoras.

Apesar de as drogas fazerem parte da história da humanidade há séculos, o seu mau uso tem causado danos irreparáveis na sociedade (Carneiro, 2006; Feffermann, 2006). Todavia, a ideia de erradicação de certas substâncias passa a ser utopia colocando o Estado em um papel incompetente para tal. Em todos os momentos sociais foi percebido que punir quem usa e proibir a ferro e fogo qualquer tipo de comércio de drogas tem gerado ainda mais lucro para o tráfico.

Pensar em proibir primeiramente passa por entender que as drogas estão no rol de necessidades humanas para alívio de tensões e como tal tem sua função social nas diferentes culturas. Muitas drogas fazem parte de rituais de socialização nas sociedades antigas e modernas ou como consolo e proporcionador de prazer chegando a ser divinizadas em algumas civilizações (Sodelli, 2010).

Quando falamos em necessidade incluímos aqui suas diversas facetas e pensamos em necessidade de pertencimento, de sentir-se bem, autodeterminação, obtenção de prazer imediato e muitas outras que deixam de ser apenas fisiológicas para pertencer a outra dimensão humana que é a necessidade psicológica. Esta talvez seja a que dificulta o entendimento e a tomada de atitudes com relação ao tema por envolver fatores imensuráveis da vida humana.

Portanto, para tentar compreender o ser humano em um pensamento fenomenológico existencial, primeiramente ele não pode ser visto como os demais seres e objetos. Além do mais o homem é o único ser que sabe de sua finitude e que em algum momento deixará de existir. Certamente, isto faz toda diferença nesta reflexão. O homem é o ser que convive constantemente com a ideia de morrer e que tem como opção viver ou não. Isto lhe causa angústia e culpa. Isto causa uma pressão por necessitar dar conta de si e de sua existência. Neste contexto a droga vem como remédio para o sofrimento do indivíduo, mas com o passar do tempo também se torna sua algoz (Sodelli, 2010).

5. Rede social e seu papel na prevenção

De acordo com Barus-Michel (2004 como citado por Pereira, 2009) o social é o que os indivíduos partilham e reconhecem em comum, tornando-se companheiros, aliados, associados. É também o que os atravessa, fazendo com que se reconheçam como ãónsö A configuração deste ãónsö na vida do indivíduo e sua postura frente a esta Lei é que os une como sociedade e sela o compromisso tornando-os atores sociais.

Para Pereira (2009) é com o grupo que se estabelece a ligação entre o que é individual e o que é coletivo. O grupo é que define sua dinâmica e a inter-relação que se estabelecerá dentro dele e de cada um dos seus participantes. Neste sentido, os indivíduos continuam sendo singulares, pois a pretensão do grupo não seria a de anulá-los, por isto a importância da história de vida de cada membro do grupo (Lane, 2004 como citado em Pereira, 2009). Independente da história de cada um, o grupo é quem define quais ideias serão acatadas e para que o grupo evolua este deve analisar e criticar suas próprias ações. Portanto, grupos que funcionam de forma inovadora são os que reconhecem a alteridade do outro e não sua submissão às vontades e ordens vigentes (Enriquez, 2001).

Para Birman (2001) valores e ideias atuais dificultam o sujeito acessar o outro, ou seja, ter a experiência da alteridade. Esta fica impossibilitada e é esta que dá condições para a sua constituição como sujeito desejante. Somente assim a experiência da diferença pode manifestar-se. Como não há forma de se por no lugar e na condição do outro a constituição do sujeito fica comprometida dificultando experiências de cunho coletivo e de relacionamentos.

Na mesma direção fala Enriquez (2001) quando considera que é devido à dificuldade do homem contemporâneo em reconhecer a alteridade que faz com que acabe por se sobressair o narcisismo e os referenciais sociais. Com isto o reconhecimento desta diferença se perde.

Para ampliar o estudo da rede social do adolescente é necessário entender seu contexto de relações. Isto se deve ao fato de entendermos que as relações na escola, família, comunidade devem ser consistentes, seguras, efetivas e confiáveis para proteger a saúde do adolescente. Em contrapartida, um contexto que não contribui para formação

saudável da identidade, do desenvolvimento, do crescimento; que não possibilite novas experiências seguras propiciadores de autonomia podem gerar no adolescente os sintomas que o levem ao envolvimento com drogas, por exemplo (Pereira, 2009).

Gaulejac & Léonetti (1994 como citado por Pereira 2009) entendem que ãum novo olharõ deve ser lançado sobre o indivíduo para que possa lhe ser atenuada a ferida narcísica, o que possibilitaria também restaurar o amor próprio. Isto acontecendo poderia permitir aos adolescentes, não mais ficarem na posição de excluídos, mas fortalecerem suas redes sociais.

Segundo Guareschi (2002 como citado por Pereira, 2009), todas as pessoas têm poder à medida que podem fazer alguma coisa. O problema ocorre quando alguém ou um grupo se apropria do poder do outro. Neste caso, a relação passa a ser a de dominação. A relação fica desigual e no entender dos demais, injusta. A partir dos sentidos que damos apoiados em uma ideologia criamos juízos de valor, estereótipos e preconceitos. Segundo o autor as relações em que as pessoas podem exercer seu poder livremente são as relações comunitárias por serem democrática, participativa e igualitária.

Neste caso, é interessante pensar nas redes sociais com funcionais. Não são escolhidas a ermo. Tudo tem um sentido. Algumas têm a pretensão de companhia social, outras, apoio emocional, algumas ainda funcionam como conselheiras, há aquelas que servem de regulação ou controle social, têm a função de ajuda material e de serviços e por fim a que possibilita novos contatos sociais (Sluzki, 1997).

Para Sluzki (1997), estas funções ainda devem ser analisadas a partir dos atributos e qualidades a que se propõem como: qual função que predomina? A relação é multifuncional? A relação do indivíduo com os demais é recíproca? Qual a intensidade e grau de intimidade dessa relação? Como se dão os contatos? São frequentes? Qual a história dessa relação? Percebe-se que são inúmeros os fatores que devem ser analisados quando falamos de rede social e principalmente ao tratar de adolescentes. Quanto maior e mais detalhada a análise maiores as possibilidades de identificar dificuldades e problemas enfrentados pelos adolescentes em estudo (Pereira, 2009).

Quando falamos em grupos, relações e redes sociais não podemos esquecer que a

família é o grupo primário e quando adolescentes vivem em conflitos familiares, principalmente aqueles relacionados à separação e pertencimento, no grupo de pares é onde eles criam este espaço de pertencimento e construção identitária (Pereira, 2009).

Outra questão que surge quando lidamos com adolescentes e suas redes sociais é a questão das gangues. Segundo Monteiro (1999 como citado por Pereira, 2009), aos adolescentes que se envolvem em gangues faltam-lhes projeto de vida e eles vivem apenas para o aqui e agora. Sendo assim, a escola tem sua representação, mas torna-se espaço apenas de socialização, para esquecer os conflitos familiares e para participar das aulas às vezes com intuito de aprender algo. Mas, apesar de todos os problemas enfrentados por estes adolescentes envolvidos com gangues, a escola ainda é espaço para o simbólico e imaginário.

Neste contexto, o adolescente fica numa situação limítrofe, onde mesclam-se perdas e exclusões. Em alguns momentos são vítimas e em outros são algozes. É aqui que a violência ganha o formato de identidade entre os seus pares dando-lhes o reconhecimento de que necessitam. Assim, o espaço grupal quando se confunde com as dificuldades encontradas pelo adolescente na resolução dos conflitos familiares entre pertencer e separar pode proporcionar a formação de gangues e envolvimento com o uso e tráfico de drogas, além de atos infracionais como sintoma destas dificuldades (Pereira, 2009).

Neste sentido é que Penso (2010) traz a seguinte frase: "Esses sintomas funcionam como recursos eficientes para lidar com a realidade familiar dolorosa e angustiante, na qual esses adolescentes estiveram inseridos desde a infância e frente à qual não encontram outras formas de relação" (Penso, 2010, p. 285). Sendo assim, o resgate do espaço de pertencimento também passa pelo resgate da autoridade representada pela justiça, e porque não, da autoridade policial. Neste caso, o ato infracional tem mão dupla, por um lado possibilita a inclusão no grupo de pares e por outro permitindo o contato com a lei (Lèvy, 2001).

Pensar na rede social implica também um processo de constante construção e desconstrução tanto individual quanto coletiva. A avaliação e mapeamento da rede social tornam-se extremamente necessárias quando falamos em prevenção em perspectiva sócio-familiar, ainda mais quando estas redes se encontram enfraquecidas,

desestruturadas e desacreditadas (Sudbrack & Pereira, 2003).

Como um sistema que se interliga e mutuamente se influencia é possível afirmar que não se pode atuar de forma apenas individual, mas que é necessário considerar o coletivo como objeto de estudo do ponto de vista participante, onde os sujeitos interagem e seu conhecimento sobre sua condição humana não é negada e sim valorizado e ouvido em sua singularidade, mas sem menosprezar a sua influencia sobre o sistema como um todo. É a partir da relação que é possível pensar a estruturação psíquica e da identidade (Sudbrack & Pereira, 2003).

Tentar trabalhar de forma isolada é como querer juntar pedaços para formação de uma peça só. A aparência é de uma colcha de retalhos e que na maioria das vezes uma ação anula a outra. Neste caso, o trabalho fica exaustivo e dá a sensação de que estamos trabalhando sozinhos para solucionar os problemas que são sociais. Pensar desta forma desanima e torna a atuação mais árdua. É necessário dividir as tarefas, dar a cada um uma responsabilidade que esteja dentro de suas condições para realização. Desta forma não há sobrecarga e todos atingem os objetivos que são esperados se ajudando mutuamente. Portanto, tendo em vista considerar as tentativas de atenção à dependência química de forma preventiva, é interessante procurar os serviços disponibilizados pelo Estado e ainda, analisar aqueles que a sociedade, por meio de ONGs, organiza para dar conta da complexidade do tema.

6. Políticas públicas sobre drogas: educação, saúde, assistência social, segurança pública

A vida em sociedade exigiu a instituição do Estado para que as pessoas pudessem ter mais segurança e defesa contra agressões externas. Mas, com o passar do tempo, para que houvesse convívio harmonioso o Estado foi sendo demandado a atuar em outras áreas com fins de garantir o bem-estar social. Talvez esta seja uma das maiores funções do Estado atualmente e que exige dele a elaboração de Leis e Projetos que atendam a todos propondo diminuir as desigualdades. Para tanto, foi necessário criar e coordenar uma diversidade de áreas como segurança, saúde, educação, assistência social e outras. Mas isto não seria possível se não se utilizasse das Políticas

Públicas com a finalidade de atingir seus objetivos. Então podemos dizer que Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas da sociedade.

Quando paramos para pensar no Brasil e em sua extensão podemos dizer que as Políticas Públicas são as ações, metas e planos de governo, sejam eles em níveis nacionais, estaduais ou municipais traçados com o objetivo de trazer o bem-estar da sociedade e o interesse público (comum a todos). Sabe-se que atender à demanda social não ocorre de maneira linear, pois as reivindicações são inúmeras e o Estado opta por atender aquelas que entende como prioritárias, mas que de alguma forma expresse a maioria. Como as demandas são muitas e diversas, cabe a quem elabora as Políticas Públicas perceber, compreender e selecionar aquelas que atendam minimamente as expectativas da sociedade.

Com isto, como as demandas de todos não atendidas em sua integralidade, formam-se grupos que se rivalizam tanto pelo poder quanto para que tenham seus pedidos atendidos. Assim, as Políticas Públicas resultam de uma disputa entre grupos ou segmentos sociais, mas não podemos considerar ruim a existência dessa, pois ela propicia desenvolvimento e amadurecimento da sociedade.

Para Souza (2006), tanto a política pública quanto a política social são campos multidisciplinares. Tão importante, que as políticas públicas têm reflexo na economia e na sociedade de maneira geral.

õPode-se então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.õ (Souza, 2006, p.68)

Teixeira (2002, p. 2), também deixa-nos sua contribuição definindo Políticas Públicas como:

õPolíticas Públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (...) As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização

social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.

O assunto drogas permeia discussões governamentais por se tratar de um tema que atinge a todos e a diversos setores como a segurança, educação, saúde, assistência social e outros. Por diversas perspectivas o tema pode ser abordado por ser de responsabilidade da família, da comunidade, do Estado e dos cidadãos de modo geral. Para cada um destes setores há uma determinada responsabilidade sobre o assunto e o engajamento torna-se indispensável, pois exige-se que todos se dediquem à temática que de uma forma ou de outra são afetados.

O Estado e seus representantes têm ainda uma responsabilidade maior, por caber a eles elaborar, convocar a sociedade e conduzir políticas públicas que atendam o anseio social e consigam dar conta da complexidade que envolve o tema drogas.

Com base nisto, a Secretaria Nacional Sobre Drogas (SENAD) promoveu e facilitou o processo para o realinhamento da Política sobre Drogas que se baseia no princípio da responsabilidade compartilhada a partir da cooperação mútua e articulação de esforços entre governo, iniciativa privada, terceiro setor e cidadãos por considerar que o tema requer o investimento na intersectorialidade com vistas a dirimir e neutralizar os efeitos da descentralização das ações sobre drogas no país.

O uso de álcool e outras drogas é um tema transversal e requer conhecimento multidisciplinar para abordagem, incluindo justiça, educação, assistência social e segurança aos sujeitos usuários, às famílias deles e à população em geral. Isso força o Estado a articular políticas públicas que venham contribuir na intenção de dar atenção, apoio e possibilidade de tratamento integral aos usuários dessas substâncias. No entanto, fica claro que a prevenção está em destaque por ser menos onerosa que tratar depois do adoecimento instalado (Carlini, Galduróz, Noto & Nappo, 2002).

Com o intuito de coordenar e articular as políticas públicas e de enfrentar o problema das drogas foi criada a SENAD (Secretaria Nacional Sobre Drogas). Em sua criação foi nomeada de Secretaria Nacional Antidrogas que trazia uma visão de combate e luta contra as drogas. Com o passar do tempo e com a evolução do pensamento e entendimento diferenciado sobre as drogas e suas diversas facetas, foi que a SENAD teve seu nome alterado e atualmente, juntamente com outras esferas do governo como o

Ministério da Saúde, Educação e Assistência Social ela tem o papel de além da repressão, promover a prevenção, propiciar tratamento e reinserção social do usuário de drogas.

A criação da SENAD tem também uma representação histórica, pois demonstra uma aceitação por parte do governo brasileiro de que era necessário tomar providências para diminuição da demanda por drogas no país com políticas que visem o cuidado e respeito humano.

Em 2010, no governo do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançada a Política Nacional Sobre Drogas. O lançamento dessa política nacional vem com o intuito de padronizar procedimentos e atuações de diferentes entes da federação e órgãos governamentais.

A Política Nacional Sobre Drogas tem vários pressupostos, mas no presente trabalho destaca-se os que seguem:

- ✓ Reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada.
- ✓ Tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.
- ✓ Garantir o direito de receber tratamento adequado a toda pessoa com problemas decorrentes do uso indevido de drogas.
- ✓ Priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade.
- ✓ Não confundir as estratégias de redução de danos como incentivo ao uso indevido de drogas, pois se trata de uma estratégia de prevenção.
- ✓ Garantir ações para reduzir a oferta de drogas, por intermédio de atuação coordenada e integrada dos órgãos responsáveis pela persecução criminal, em níveis federal e estadual, visando realizar ações repressivas e processos criminais contra os responsáveis pela produção e tráfico de substâncias proscritas, de acordo com o previsto na legislação.
- ✓ Fundamentar, no princípio da responsabilidade compartilhada, a coordenação de esforços entre os diversos segmentos do governo e da sociedade, em todos os níveis, buscando efetividade e sinergia no resultado das ações, no sentido de obter redução da oferta e do consumo de drogas, do custo social a elas relacionado e das consequências adversas do uso e do tráfico de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas.

(Fonte: Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas/Brasília, Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010)

Além destes pressupostos, a Política Nacional Sobre Drogas pretende atingir alguns objetivos, dos quais destacam-se os seguintes:

- ✓ Conscientizar a sociedade brasileira sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas representadas pelo uso indevido de drogas e suas consequências.
- ✓ Educar, informar, capacitar e formar pessoas em todos os segmentos sociais para a ação efetiva e eficaz de redução da demanda, da oferta e de danos, fundamentada em

conhecimentos científicos validados e experiências bem-sucedidas, adequadas à nossa realidade.

- ✓ Reduzir as consequências sociais e de saúde decorrentes do uso indevido de drogas para a pessoa, a comunidade e a sociedade.
- ✓ Difundir o conhecimento sobre os crimes, delitos e infrações relacionados às drogas ilícitas e lícitas, prevenindo-os e coibindo-os por meio da implementação e efetivação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.
- ✓ Combater o tráfico de drogas e os crimes conexos, em todo território nacional, dando ênfase às áreas de fronteiras terrestres, aéreas e marítimas, por meio do desenvolvimento e implementação de programas socioeducativos específicos, multilaterais, que busquem a promoção da saúde e a reparação dos danos causados à sociedade.
- ✓ Assegurar, de forma contínua e permanente, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, como forma de estrangular o fluxo lucrativo desse tipo de atividade ilegal, que diz respeito ao tráfico de drogas.
- ✓ Garantir a realização de estudos e pesquisas visando à inovação dos métodos e programas de redução da demanda, da oferta e dos danos sociais e à saúde.

(Fonte: Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas/Brasília, Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010)

O governo brasileiro tem adotado algumas políticas para atenção à dependência química, por ser uma questão de segurança pública e de saúde mental/saúde da população. As ações incluem alteração e aprimoramento de leis que descriminalizam o usuário e ao mesmo tempo trazem sanções mais duras para os que vendem estas substâncias. O cuidado dispensado ao usuário se dá por meio de programas de enfretamento das drogas de forma preventiva e usando também os conhecimentos da redução de danos.

Dessa forma, defende-se a prevenção como a melhor saída. A repressão não quer dizer prevenção. A prevenção vai além, não tem como pressuposto o banimento do uso de drogas, mas em outra mão prevê considerar e analisar os diversos fatores que possam favorecer para que o indivíduo tenha condições de fazer outras escolhas (Zemel, 2010).

O Governo Federal, contando com o apoio dos Estados, Municípios e o Distrito Federal tem lançado alguns planos para tratar do tema drogas, seja na forma preventiva ou na forma repressiva. A maioria dos planos envolve as duas formas, pois há entendimento de que mesmo tratando de forma diferenciada o usuário e o traficante, as ações devem ser desenvolvidas em conjunto no sentido de dar condição digna de tratamento ao dependente e poder inibir a entrada e distribuição de drogas pelo país.

6.1. Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

O crack é uma droga que chegou ao Brasil no final dos anos 80 e início dos anos 90 se disseminando e atingindo desde os grandes centros até cidades rurais. Esta droga tem chamado atenção das autoridades da segurança e da saúde pública há alguns anos, mas pouco havia sido feito, talvez até mesmo pelo pouco entendimento sobre a droga, pois esta traz consigo uma diversidade de problemas nas áreas biológicas, psíquicas, sociais e culturais. Este fato dificulta a implantação de políticas públicas de forma abrangente bem como o desenvolvimento de ações articuladas entre as diversas esferas de governo para a prevenção do uso, atenção e tratamento ao usuário, sem esquecer o enfrentamento do tráfico.

A partir de discussões, dentre elas, quanto à criminalização do uso da droga, foram sendo traçadas estratégias e planos de ação que pudessem dar uma resposta à demanda da população e aos organismos internacionais.

Seguindo um direcionamento internacional foi instituído o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas por meio do Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010 que apresentou algumas diretrizes como seguem abaixo:

1. Deve haver articulação entre os governos: federal, estadual e municipal, além da sociedade civil organizada, objetivando a implementação de ações e formação de compromissos e responsabilidades;
2. Promover ações diferenciadas direcionadas para as necessidades de cada usuário abrangendo a saúde, educação, assistência social, segurança pública e direitos humanos;
3. Deve haver integração dos esforços tanto da sociedade quanto do poder público para a execução do plano;
4. Democratizar os acessos e utilização dos serviços públicos;
5. Valorizar a integração das redes de prevenção, cuidado e segurança tanto para o usuário quanto para a família;
6. Monitorar a execução das ações com a realização de pesquisas;
7. Respeitar e aproveitar as potencialidades e recursos locais e regionais com o monitoramento das políticas públicas;
8. Responsabilizar o poder público pela estruturação e financiamento da política de enfrentamento às drogas;
9. Oferecer atenção especial às crianças e adolescentes, levando em consideração a vulnerabilidade física e psicológica inerentes à fase do desenvolvimento, bem como as

consequências do uso de drogas neste período da vida.

6.1.1. Programa Crack, É Possível Vencer!

O programa "Crack, É Possível Vencer!" foi lançado em dezembro de 2011 como parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas do Governo Federal já mencionado acima e pretende aumentar a oferta de tratamento aos usuários, enfrentamento do tráfico e das organizações criminosas e ampliação de ações preventivas do uso de drogas.

Este programa propõe três eixos de atuação procurando abarcar de forma abrangente a diversidade que é lidar com esta droga.

Mesmo sendo dividido por eixos em que cada um assume sua responsabilidade, a proposta do programa é que haja intersecção entre os eixos e os órgãos governamentais envolvidos que deverão atuar juntos por um objetivo comum.

Eixo PREVENÇÃO: este eixo propõe o fortalecimento da proteção e redução dos riscos do uso de drogas. Neste eixo estão incluídos os programas para a comunidade escolar com vistas ao fortalecimento de vínculos das famílias e comunidade capacitando os jovens para escolhas conscientes e com maior responsabilidade. Fazem parte deste eixo também campanhas publicitárias de esclarecimento reunindo informações de prevenção e tratamento e as possibilidades de contato para procura de auxílio especializado.

Estrategicamente o Governo Brasileiro tem buscado investir na prevenção. Esta certamente envolve a capacitação dos profissionais direta ou indiretamente envolvidos com o tema drogas. A capacitação de profissionais faz parte dos três eixos do Programa Crack é Possível Vencer!. Os cursos oferecidos poderão ser presenciais e/ou à distância dirigidos para diversas áreas como mencionado acima visando a prevenção do uso, acompanhamento, tratamento e reinserção do usuário e repressão ao tráfico de drogas.

Portanto, como estratégia de prevenção do uso de crack e outras drogas nas escolas e comunidades, este plano prevê ações de comunicação com a população. Prevê a capacitação de profissionais educadores (210 mil) e 3,3 mil policiais que atuam no

Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD); capacitação à distância de líderes comunitários e conselheiros (135 mil), além de 35 mil lideranças religiosas, para atuarem de forma preventiva do uso de drogas; a capacitação também envolve 35 mil profissionais de saúde e assistência social e 30 mil operadores do direito.

Eixo CUIDADO: é o eixo que busca a estruturação das redes de atenção na saúde e assistência social aos usuários do crack e seus familiares. As diretrizes técnicas e financiamentos são disponibilizados pelo Governo Federal aos demais entes da federação. O principal objetivo da rede de **cuidado** é o acolhimento, tendo como premissa respeitar a autonomia e singularidade individuais com o intuito da preservação da vida e da redução de danos.

O governo propõe a criação de enfermarias especializadas nos hospitais da rede pública de saúde e nos particulares que tenham convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimentos e internações de curta duração por conta das crises de abstinência ou de intoxicações graves.

A disponibilização de Consultórios de rua também está previsto para atendimento volante em locais estratégicos considerando onde haja maior incidência do consumo do crack e de outras drogas, para municípios com mais de 100 mil habitantes. Os consultórios devem ter equipes que incluem médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e agentes sociais.

Outro modo de atendimento e cuidado com o usuário são os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPSad), que terão seu funcionamento de vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana, objetivando tratamento continuado, prevendo inclusive o atendimento noturno.

Em complemento e parceria com os (CAPSad) estão previstas as Unidades de Acolhimento que serão destinadas ao cuidado em regime residencial, por até seis meses, para manutenção da estabilidade clínica e apoio na reinserção social dos usuários.

Este plano traz também uma inovação que é o apoio às Comunidades Terapêuticas que atendem aos dependentes de crack e outras drogas e seus familiares. Estas instituições receberão recursos do SUS, desde que cumpram algumas exigências sanitárias e de saúde e que assegurem a integração à rede de atenção psicossocial

promovendo um ambiente de respeito aos direitos dos pacientes e de seus familiares.

Eixo AUTORIDADE: o principal objetivo deste eixo é o de redução da oferta de drogas ilícitas, no combate ao tráfico internacional e nacional de drogas, contando com a articulação entre as forças policiais visando reprimir o tráfico e o crime organizado. Para a polícia local a incumbência maior é a aproximação com a comunidade visando construir um ambiente social mais seguro.

No eixo Autoridade estão incluídas as Polícias Federais e dos Estados que atuarão em conjunto mediante ações integradas dos serviços de inteligência identificando e prendendo traficantes. O investimento também prevê a maior fiscalização das rotas de tráfico e das fronteiras o que requererá o aumento nos efetivos da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Este plano também prevê que nos espaços urbanos será aumentado o policiamento ostensivo e monitoramento por vídeo, conectadas a bases móveis e câmaras fixas em pontos estratégicos.

Para atuação os profissionais contarão com formação na doutrina de polícia de proximidade ou comunitária para incentivar a comunidade a participar nas áreas de uso de drogas visando o fortalecimento da prevenção à violência e do crime.

Em relação à parte legal, o Governo enviou ao Congresso Nacional Projetos de Lei com a finalidade de instituir o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e alterar o Código de Processo Penal e a Lei sobre Drogas com vistas à agilidade nos processos de alienação de bens que são produto do tráfico de drogas, além de dar apoio a três outros Projetos em andamento no Congresso que tratam da tipificação do crime de participação em organização criminosa; lavagem de dinheiro; e prisão preventiva de estrangeiros a partir de alerta da Interpol.

De acordo com divulgações no site institucional do governo há a pretensão de investimento na ordem de quatro bilhões de reais para todo o programa até 2014. Contudo, este montante destina-se a diversas ações de políticas públicas integradas em áreas como saúde, educação, assistência social e segurança pública.

Um dos grandes focos deste Plano é a prevenção dos problemas causados pela

dependência química, procurando o desenvolvimento da autonomia do usuário, buscando novas alternativas para projetos de vida e auxílio às famílias envolvidas com o crack. Estas ações em primeira mão serão desempenhadas pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que é mantido pelo Estado.

6.2. Política de Redução de Danos: histórico e proposta de prevenção

A estratégia de Redução de Danos (RD) teve origem na Inglaterra em 1926. Surgiu com o Relatório de Rolleston que prescrevia o uso de opiáceos de maneira controlada e sob orientação médica para os usuários em situação de dependência daquela substância, com vista à vida socialmente útil e estável (Marques, 2003). O principal objetivo era a diminuição dos efeitos prejudiciais à saúde causados pela droga e com essas ações de RD isto seria possível mesmo diante do consumo dependente.

Todavia, a RD somente passou a ser reconhecida como estratégia para o cuidado com a saúde dos usuários de drogas a partir da década de 80. Seu principal campo de atuação foi o cuidado com os doentes e prevenção da AIDS, e a partir desses estudos a utilização do método se tornou uma estratégia de saúde pública difundida pelo mundo (Santos; Soares & Campos, 2010).

No Brasil as primeiras iniciativas foram em 1989 e desde então o país se apresenta com forte tradição na política de RD considerando-a como uma alternativa no campo das práticas de saúde relacionadas aos problemas advindos do consumo de drogas. Atualmente está inserida na Política Nacional Sobre Drogas assim como a Prevenção, o Tratamento, Recuperação e Reinserção Social.

A partir do momento em que se analisa o sujeito em relação à droga pode-se pensar imediatamente três estratégias possíveis para a prevenção: 1) diminuição da oferta; 2) diminuição da demanda por droga pelo usuário; e finalmente 3) atuar sobre as circunstâncias que favorecem a oferta e procura pela droga. Cada uma dessas estratégias tem um formato de atuação e ações específicas para a repressão (primeira estratégia), ação educativa (segunda estratégia) e medidas que visem minimizar ou neutralizar o impacto dos fatores relacionados ao risco ou à proteção, agindo diretamente na oferta/demanda (terceira estratégia).

A partir de concepções sobre o ser humano e as drogas, são tomadas algumas posturas básicas diante da situação de uso e abuso de substância psicoativa, dentre elas: a luta contra as drogas, prevenção, tratamento e a redução de danos. A RD é uma postura que não podemos considerar nova, mas ainda não atingiu todos os objetivos, principalmente por desconhecimento da população do seu real objetivo. Alguns confundem esta estratégia como sendo apologia ao uso, no entanto, desde a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 196, já havia a previsão da estratégia da RD:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A política pública de Redução de Danos tem a finalidade de minimizar os efeitos imediatos provocados pelo uso de substâncias psicoativas que trazem prejuízo na esfera individual, social e econômica, em que, necessariamente, não requeira a abstinência total e imediata. Estas políticas devem orientar a organização das funções públicas e governamentais, procurando promover a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva. Neste caso, incorpora novos conceitos e abordagens visando um diálogo entre Estado, família, sociedade e usuário para encontrar alternativas às drogas, pactuando objetivos e metas comuns visando diminuição do risco e da vulnerabilidade (Marques, 2003).

A RD parte da premissa de que pessoas bem orientadas podem adotar estilos de vida mais saudáveis e seguros. Isto se dá pela revisão das situações de vulnerabilidade frente ao risco, aumentando atitudes de auto-regulação. Ela pode ser aplicada ao uso indevido de substâncias lícitas e ilícitas e não objetiva a consequência das drogas levando em consideração apenas o aspecto legal, mas visa proporcionar a saúde individual e coletiva.

Quando tratamos nesta pesquisa com crianças e adolescentes e relacionamos com as premissas da RD logo nos vem que é previsto pela lei que não somente do Estado, mas é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral assegurar, os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Aguiar, 2013). Quando a lei fala disto está se referindo literalmente ao cuidado, atendimento e atenção integral à criança e ao adolescente, entendendo que ele deve ser

tratado de maneira especial por sua própria condição.

7. Política Nacional de Segurança Pública: avanços e desafios

O processo de implementação de políticas públicas passa por sucessivas tentativas de formulação, implantação e elaboração de planos que se propõem a compreender movimentos sociais que levem a avanços, recuos, pressões, reações e negociações relevantes na área da Segurança Pública. Devido a estes fatores é muito difícil a implantação de programas que tenham o aval de todos os setores governamentais, pois muitos projetos e planos requerem prudência e honestidade intelectual e que se abandone expectativas que não serão atendidas.

É muito complicado avaliar uma política de segurança pública ou mesmo a *performance* do policial que trabalha com crianças e adolescentes, pois entende-se que esta não é apenas uma dificuldade brasileira, mas que em todo mundo este tema envolve diversos especialistas e gestores, estudiosos e profissionais que atuam na área e, principalmente, é uma questão controversa, pois é uma avaliação difícil de ser mensurada devido aos inúmeros fatores que influenciam no resultado.

Para exemplificar isto se pode dizer que quando o trabalho é realizado com eficiência pela segurança pública pode elevar o nível de confiança que os cidadão têm nas polícias fazendo aumentar o volume das denúncias e registro de crimes. Isto muitas vezes gera a sensação de que aumentaram os crimes, mas na verdade aumentaram as denúncias por uma confiança maior na atuação policial. Entretanto, no Brasil, muitas pesquisas afirmam que as vítimas de crimes não procuram os órgãos competentes por receio de maus tratos pela polícia, ser objeto de vingança para os criminosos e descrença na capacidade que a polícia tem de solucionar os crimes denunciados (Soares, 2007).

Quando falamos em drogas, por exemplo, outro fator que deve ser considerado em relação às políticas públicas é que quanto mais intervenções policiais com finalidade de impedir o tráfico maiores são os riscos da atividade ilegal, conseqüentemente, o valor da mercadoria aumenta e a ideia de lucros maiores chama atenção dos que querem entrar para o tráfico e estão dispostos a encarar os riscos (Soares, 2007).

Como já ocorreu no passado, quando as políticas de repressão se tornam acirradas a tendência é a migração dos crimes. Estes são os efeitos paradoxais que envolvem as políticas de segurança pública e avaliação do trabalho policial. Portanto, o sucesso de algumas ações pode causar o deslocamento de crimes e criminosos para outros ramos ou outras áreas de atuação. Muitas vezes esta estratégia dos criminosos gera muita violência, pois passam disputar com outras regiões ou outros pelo domínio e prática da ação delituosa (Soares, 2007).

Neste caso, entende-se que avaliar as políticas públicas de segurança pública e performance do policial é tarefa difícil e complexa principalmente quando envolvem políticas de prevenção.

As Políticas Públicas brasileiras relacionadas à segurança pública ainda engatinham e ficam encalhadas nas discussões políticas. Mas, durante o segundo governo Fernando Henrique Cardoso ocorreu um fato que favoreceu a retirada dos projetos até então engavetados e que propunham uma reestruturação da segurança pública com fins de atender a uma outra realidade social a partir do fim da ditadura militar. Um jovem que fora sobrevivente da chacina da Candelária sequestra um ônibus (Linha 174) e toda a negociação e fim trágico para o caso foi transmitido na TV em nível nacional. Isto chocou o país e provocou a necessidade de repensar a segurança pública vigente. Um novo modelo de polícia era exigido pela população e pela oposição durante aquele período. Sendo assim, foi instituído a toque de caixa um Plano Nacional de Segurança Pública (Soares, 2007).

Neste período a Secretaria Nacional de Segurança (Senasp) não poupou esforços para estabelecer cooperação entre as diversas instituições de segurança pública, procurando a qualificação profissional dos policiais e investindo na expansão das penas alternativas, dentre outras ações (Soares, 2007).

Mesmo com todas as dificuldades do período Fernando Henrique Cardoso, o lançamento do Plano foi um marco positivo no sentido de dar à segurança pública mais visibilidade e reconhecimento, assumindo como governo federal a responsabilidade sobre o tema. Mesmo assim, as medidas previstas muitas vezes deixavam de serem cumpridas por falta de verba, dificuldades nas articulações políticas com a quebra de compromisso por parte de lideranças do governo, falta de estratégias que tornasse o

plano sistêmico e que garantissem os recursos necessários diante das prioridades estabelecidas (Soares, 2007).

Outro fator importante desta ação do governo FHC foi que as polícias deixaram de ter a incumbência de cuidar da segurança do Estado e passaram a ter uma visão mais voltada para os cidadãos visando acima de tudo a proteção de seus direitos. Entretanto, como nada muda de um dia para a noite, a arbitrariedade e violência direcionada às camadas populares, negros e moradores das periferias e favelas continuou (Soares, 2007).

As mudanças continuaram e as demandas também, até que no primeiro mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram retomadas as promessas de campanha nas quais se dispunha a um diálogo com os Estados e Municípios no sentido de instituir o Plano Nacional de Segurança Pública. Este plano já foi mais bem elaborado que o anterior e contou com a assessoria de gestores, pesquisadores, especialistas, profissionais de diversas instituições e regiões do país e outras lideranças da sociedade. Coube à Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça, aplicação do Plano, mas já havia sinais de que o governo não cumpriria todos os compromissos assumidos (Soares, 2007).

Fazer com que Planos desta magnitude se incorporem ao legado nacional é uma tarefa árdua para os governantes que tem de contar com a boa vontade e interesses divergentes. Isto talvez se deva à imensidão da República Federativa do Brasil com grandes diferenças e divergências regionais. Portanto, uniformizar as soluções é tarefa das mais difíceis para qualquer governo. Neste meio tempo, a Senasp continuou na sua tarefa de contribuir para melhoria do quadro atual da segurança pública solicitando e favorecendo qualificações aos policiais de todo país disponibilizando cursos à distância e presenciais (Soares, 2007).

7.1. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

Como não podia ser diferente, devido às reclamações constantes por melhoras e inovações no Plano de Segurança Pública anterior e à pressão das oposições e demanda social, no segundo governo Lula, em 2007, foi lançado Programa Nacional de

Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) com promessa de investir R\$ 6,707 bilhões até 2012, e ações que envolveriam Estados, Municípios e Distrito Federal com a participação de diversos ministérios. Do ponto de vista evolutivo, o Pronasci reiterou vários pontos do Plano Nacional de Segurança Pública do Governo FHC, mas com outra cara (Soares, 2007).

Dentro das ações desenvolvidas pelo Governo Federal com relação à Segurança Pública, o Pronasci é considerado um marco evolutivo para os novos paradigmas com relação ao tema. Principalmente pelo fato de tentar trazer a polícia para mais perto do cidadão fazendo com que este se sinta mais acolhido e confiante para também trabalhar na prevenção.

Este programa visa atuar de tal forma que os agentes de segurança pública tenham compreensão de que o tema é transversal demandando intervenção em diversas áreas e de maneira integrada, objetivando não apenas a repressão, mas também a prevenção. Sua criação foi em 2007, mas eram necessários alguns ajustes na legislação que foram corrigidas e complementadas por meio do Decreto nº 7.443 de 23 de fevereiro de 2011.

Este programa conta com a articulação entre órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e Municípios. Entretanto, é importante salientar que está dentro das suas metas a participação das famílias e comunidades por meio de programas, projetos e ações de assistência tanto técnica quanto financeira e que possam mobilizar a rede social com vistas à melhoria da segurança pública.

O programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) tem diversos objetivos e para facilitar as ações foram divididos em Ações Estruturais e Programas Locais. As primeiras estão diretamente ligadas à modernização das instituições de segurança pública e sistema prisional; valorização do profissional de segurança pública e agente prisional; e enfrentamento da corrupção e crime organizado. Enquanto isto, os Programas Locais serão desenvolvidos em regiões predeterminadas pelo Pronasci e que fazem parte de Território de Paz, visando a Integração do jovem e da família para melhor relação e convivência com a segurança pública.

São grandes os desafios encontrados pelos governos para conseguir fazer

funcionar em toda sua plenitude o Plano Nacional Sobre Drogas e o Plano Nacional de Segurança Pública. São dois planos que deveriam atuar em conjunto, pois um não sobrevive sem o outro e trabalhar separado, neste caso seria um retrabalho. Para que haja efetividade é necessário a intersectorialidade a fim de que haja melhor planejamento, realização e avaliação de políticas, programas e projetos como condição para atingir os objetivos e enfrentar situações tão complexas. A intersectorialidade não significa apenas unir setores, mas acima de tudo desenvolver ações governamentais que considerem o tamanho do território e as características e necessidades da população.

Fazer funcionar como um corpo requer das políticas públicas uma dinâmica em direção às mudanças de paradigmas, atentando para a complexidade, diversidade e comunicação. É necessário que se abandone a competição entre os grupos divergentes para que as ações tenham finalidade social e não apenas atendam aos interesses de alguns. Esta talvez seja a maior dificuldade por haver uma cultura organizacional que favorece estes embates, mas ninguém defende aqui que isto seja fácil. Mas em todo caso, as políticas públicas devem ser mais articuladas diminuindo a superposição de objetivos e competências.

Quando pensamos em políticas públicas pensamos imediatamente em hierarquias que devem ser seguidas pelos diversos órgãos envolvidos. Entretanto, para que seja realizado um trabalho com base na intersectorialidade e utilizando as redes sociais este deve ser o primeiro elemento a ser excluído, pois quando se trata de redes sociais não cabe a hierarquia, pois o princípio é de que todos tem a mesma importância e valor, assim como a co-responsabilidade.

Quando pensamos em redes sociais devemos pensar também em mudança cultural e educativa na qual valoriza-se o trabalho em equipe por um objetivo comum, atentando para a *“crescente interdependência funcional entre atores na consecução de uma política (...) como meios eficientes para garantir a mobilização dos recursos dispersos e dar uma resposta eficaz aos problemas de políticas públicas”* (Fleury, 2005. p. 79).

8. Síntese da base teórica para análise dos dados em: visão sistêmica e de rede

Para fins desta pesquisa, necessitou-se trazer algumas informações preliminares sobre assuntos pertinentes ao trabalho do Educador Policial no contexto escolar, mas em todo caso, não perdendo o foco de que a sua atuação deve ter uma visão sistêmica. Portanto, para isto é necessário que entendam o conceito de rede e a forma sistêmica como esta se relaciona com o adolescente e o seu contexto.

Durante todo o levantamento teórico em tópicos anteriores este pode-se pontuar as grandes mudanças de paradigmas sobre a criança e o adolescente. Este tema tem relevância neste contexto de trabalho, principalmente porque o país está passando por aclamações populares que exigem mudanças legais entendendo que é necessário dar maiores responsabilidades aos jovens por suas ações e atitudes.

Contudo, no fogo dessa discussão não é possível permanecer inerte ao que já é posto e que foi objeto de grandes pesquisas anteriores. As pesquisas e estudos apontam para uma fase diferenciada na qual o jovem se encontra. Nesta fase é comum a criança e o adolescente se envolverem em situações que representem maiores riscos tanto à sua saúde quando à sua segurança e dos demais membros da sociedade.

Pensando dessa forma a teoria sistêmica e de rede não consegue ver o jovem isolado do contexto social no qual se encontra sem ser influenciado por ele e sem influenciá-lo. As questões sociais estão muito acima do que as leis preveem e o legislador não consegue abarcar todos os casos em particular, optando por elaborar normas mais genéricas tentando minimizar ao máximo as diversidades encontradas.

O adolescente influenciado pelo apelo ao consumo, ao uso e tráfico de drogas, vê na aceitação a este apelo também uma aceitação social do que ele é. Muitas vezes ele nem tem a exata noção do que está seguindo, mas é impulsionado por suas redes sociais e de apoio a adentrar em caminhos muitas vezes tortuosos. Estes caminhos podem levá-lo à marginalidade e ao desvio social. A partir do momento em que não correspondem mais aos anseios sociais passam a ser seres descartados e tratados como mini adultos que podem a partir de agora responder por seus atos com todo o rigor da lei que regula suas ações.

Pensar de forma sistêmica é também entender que o pertencimento faz parte do

amadurecimento. Não há como conceber um adulto saudável que não tenha necessitado passar pelos rituais de pertencimento. Uns mais incisivos, outros nem tanto. Mas o que dizer de jovens que tem como pressuposto social o cuidado para que atinjam a idade e amadurecimento de adultos, mas que ao mesmo tempo a sociedade o trata como um incluído à margem. Neste caso ele se torna um excluído indiretamente, um ninguém, e que de alguma forma precisa ser ouvido. Muitas vezes esta escuta da qual necessita só ocorre por meio do ato infracional que serve para ele como uma válvula de escape e um pedido de socorro. Neste caso o ato infracional é uma demonstração de que algo no convívio social está errado. O jovem por conter em si os medos e desejos da sociedade não dá conta de tamanha dicotomia e explode contra a sociedade que o agride.

Portanto, entender a rede social é também entender estes meandros e nós que entrelaçam o convívio social. É um emaranhado no qual muitas vezes a criança e adolescente se perdem.

Contudo, não pode-se pensar somente nas formas negativas da rede social e de apoio. Deve-se entender que a rede na qual o jovem está inserido é de suma importância para o seu crescimento e investir nela. Investir nisto passa pela prevenção, passa pelo apoio à família e à comunidade. Neste caso, quando estes dois fatores se apresentam, não é possível descartar a segurança pública. Neste contexto, pode-se pensar no papel do Educador Policial e como ele poderia estar inserido nesta rede de apoio de forma a favorecer e fortalecer o jovem no seu crescimento.

Neste sentido, o apoio das políticas públicas tanto sobre drogas quanto sobre segurança pública devem levar em consideração o contexto dos jovens, suas aflições, as dificuldades que suas famílias e comunidade enfrentam no dia a dia. Deve considerar também o contexto de rede social e fazer com que os órgãos públicos implicados no cuidados com as crianças e adolescentes façam parte dessa rede efetivamente.

Neste caso deve-se abandonar a ideia proibicionista desconstruindo-a e dando espaço ao diálogo e compreensão do tema. Assim, atentar para que a rede possa ser usada de forma a minimizar os efeitos das drogas na sociedade e ainda prevenir que outros adentrem no uso e tráfico de drogas.

Capítulo 2 ó Metodologia

2.1. Definição do Método

O contexto da pesquisa se deu no ambiente virtual e ocorreu aproveitando a realização do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas 2010/2011. Este curso foi realizado a partir de parcerias desenvolvidas entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), as Secretarias de Educação Básica (SEB) e de Educação à Distância (SEED) do Ministério da Educação/MEC.

O Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas teve sua primeira edição em 2004 sofrendo aperfeiçoamentos durante os quase dez anos de sua realização sendo que o objeto deste estudo é a quarta edição que ocorreu em 2010/2011.

Para se ter ideia do tamanho do projeto que envolve a realização destes cursos, a quinta edição finalizou em junho/2013 e foram oferecidas 70 mil vagas para educadores, com abrangência nacional, atingindo-se a mobilização de 9 mil escolas de todos os Estados brasileiros.

É prevista a continuação do projeto e em 2013/2014, a parceria com a Universidade de Brasília junto à SENAD e MEC mantém sua continuidade, visando o atendimento da meta governamental, por meio da sexta edição que ofertará 50 mil vagas para educadores, de doze Estados situados em quatro regiões brasileiras.

O Objetivo do curso é capacitar educadores para uma abordagem de forma aberta, integrada, cooperativa e eficiente das situações do cotidiano escolar relacionadas ao uso de drogas, bem como para o adequado encaminhamento de usuários e familiares para a rede de serviços especializados; e instrumentalizar os educadores com conhecimentos científicos e técnicos que lhes permitam conceber, propor, planejar, e se possível, executar ações preventivas no âmbito das escolas.

A presente pesquisa levou em consideração os dados colhidos na 4ª edição do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas que contou nesta edição com a participação de cursistas da Segurança Pública por uma demanda da SENAD com a finalidade de atendimento aos policiais que atuavam no

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e possível realinhamento deste programa com os novos paradigmas da Política Pública sobre Drogas.

Assim, a quarta edição do curso constituiu o campo de pesquisa que possibilitou o acesso aos participantes e foi possível disponibilizar o instrumento de coleta de dados. Todos os participantes tiveram acesso ao instrumento referido e ainda puderam acessar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de forma virtual por meio da plataforma *moodle*.

O banco de situações-problema foi construído para possibilitar depoimentos dos policiais enquanto parceiros da rede da escola. Estes depoimentos coletados por meio dos questionários respondidos on-line constituíram o material de análise desta pesquisa privilegiando a voz dos atores da segurança pública, resgatando a experiência deles no cotidiano de atendimento às demandas das escolas. Trata-se de um acesso qualitativo que integra pesquisa e intervenção.

Para o sociólogo e pesquisador Pedro Demo (1998), a pesquisa qualitativa significa dedicar-se mais aos aspectos qualitativos da realidade. Contudo, não significa abandonar ou desprezar os aspectos quantitativos. Neste sentido, este tipo de pesquisa tem o olhar voltado prioritariamente para os aspectos qualitativos da realidade.

Os métodos qualitativos ganharam força a partir de reivindicações das ciências sociais e humanas que não consideravam como válidos apenas aspectos quantitativos nas suas pesquisas. A partir dessas discussões e elaborações houve um enriquecimento e evolução no campo das pesquisas qualitativas a introdução de métodos de pesquisa participante, pesquisa-ação, história oral, até a atual etnometodologia (Demo, 1998. p. 89).

Neste sentido, podemos entender que tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa podem expressar o conhecimento sobre um contexto de modo sistematizado. Contudo, devido a essa sistematização, alguns recortes de observações teóricas e metodológicas são necessários. Entretanto, apesar de haver algumas restrições nas características da pesquisa qualitativa em relação à postura do pesquisador, às estratégias de coleta de dados, ao papel do sujeito, à aplicabilidade e ao uso dos

resultados de pesquisa, considerou-se que para o presente trabalho a pesquisa qualitativa é a opção mais adequada.

Esta escolha metodológica também surgiu devido à necessidade de se compreender melhor as percepções sobre o atual papel dos educadores no contexto escolar relativo ao tráfico e uso indevido de drogas entre adolescentes nas situações problema vivenciadas. Dessa maneira, a seleção dos participantes dessa pesquisa foi realizada tendo como universo os alunos que são profissionais de Segurança Pública, inscritos na 4ª. Edição do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas, edição desenvolvida em 2010/2011.

O Curso para Educadores de Escolas Públicas tem como uma de suas metas a pesquisa-ação. Assim foi possível prever no início do curso um banco de dados que dispunha das situações problema vividas por policiais e educadores de modo geral. Um dos grandes ganhos a partir das pesquisas realizadas durante e após este curso é o de que ensejasse a construção de saberes e fomentasse reflexões acadêmicas que pudessem ser usadas nas políticas de segurança pública e sobre o uso e o tráfico de drogas.

A partir das análises prévias realizadas, chamou a atenção do pesquisador, investigar sob a ótica dos agentes da segurança pública as intervenções deles tendo em vista o papel do policial como parceiro da escola na prevenção do uso de Drogas e a análise de intervenções junto a adolescentes envolvidos com o uso e tráfico de drogas, a partir do relato das situações problema vivenciadas por eles no contexto escolar.

A inclusão de policiais educadores que são chamados no meio policial como os PROERDIANOS², possibilitou uma reflexão e promoção de ações para capacitação que ocorrem a partir de mecanismos de troca de informações e saberes reciprocamente. A oferta deste curso para os policiais educadores foi uma oportunidade para a realização de pesquisa sobre a ótica deles em relação ao tema, podendo auxiliar no aprimoramento do conhecimento que já possuem na sua prática cotidiana.

Os critérios de seleção para o ingresso neste curso foram definidos pela SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) órgão que solicitou o desenvolvimento

² Proerdianos são Policiais Militares, policiais educadores, que desempenham atividades nas escolas, no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

do mesmo com orientação da assessoria de gerenciamento de dados do PRODEQUI/UnB entre os dias 14 e 17/09/2010. Foi divulgada a realização do curso e o oferecimento das vagas para os Agentes de Segurança Pública. Por meio dos Comandos das Polícias Militares dos Estados e coordenações do PROERD foram indicados os que deveriam ser inscritos. Após esta indicação cada indicado fazia sua inscrição confirmando seu interesse na realização do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas, edição 2010/2011.

2.1.1. Participantes da Pesquisa

O universo da população dos inscritos perfazia um total de 1.441 (mil e quatrocentos e quarenta e um) Agentes da Segurança Pública formado por Policiais Militares, Bombeiros Militares e Policiais Civis e Servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública, aqui denominados Educadores Policiais. Todos foram inscritos no Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores das Escolas Públicas, promovido pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas/PRODEQUI/UnB. Estes participantes fizeram parte de uma edição especial do referido curso que ocorreu no exercício de 2010 na qual foram oferecidas vagas para os que atuavam em atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Cabe ressaltar que o curso para este público tinha o caráter piloto, atendendo demanda do próprio PROERD e também de reordenamento deste programa de prevenção como meta estabelecida no Plano de Trabalho do PRODEQUI/SENAD, da edição 2010/2011, principalmente no que diz respeito às novas diretrizes nacionais sobre drogas.

O estudo teve como fonte de dados os relatos dos Agentes de Segurança Pública, aqui denominados Educadores Policiais, que responderam ao questionário proposto de autopreenchimento, totalizando 180 sujeitos.

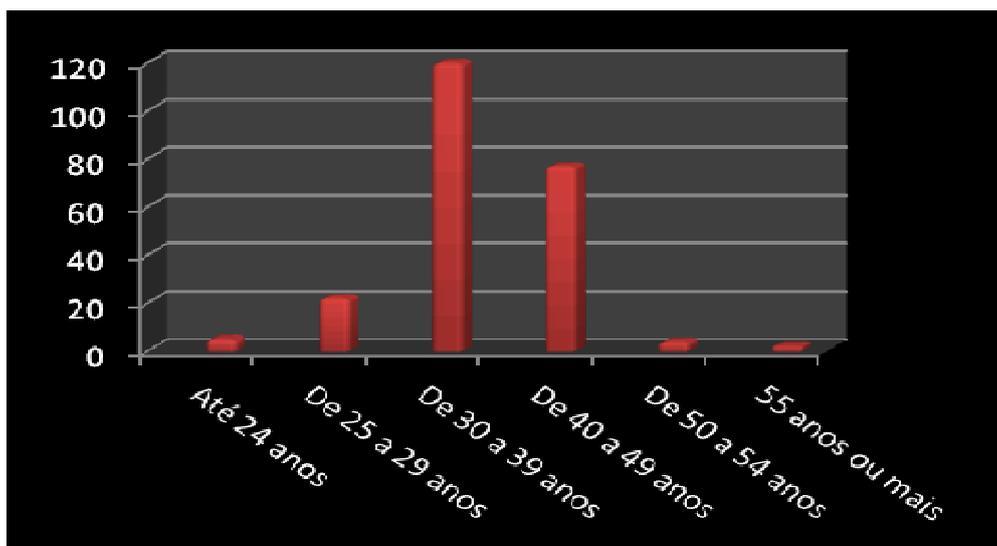
O critério de seleção da amostra foi em primeiro lugar os questionários completos (ter respondido a todas as questões) resultando em 136 casos. Considerando-se o objetivo da pesquisa, foi realizada uma segunda triagem selecionando aqueles cujas situações problema relatadas envolviam crianças/adolescentes e uso ou tráfico de

drogas, resultando-se em 96 sujeitos.

Com esta amostra, atingiu-se mais de 50% da população que respondeu ao questionário e cerca de 7% do universo do total de inscritos no curso.

Apresentamos, a seguir, o perfil dos policiais que foram alunos do curso.

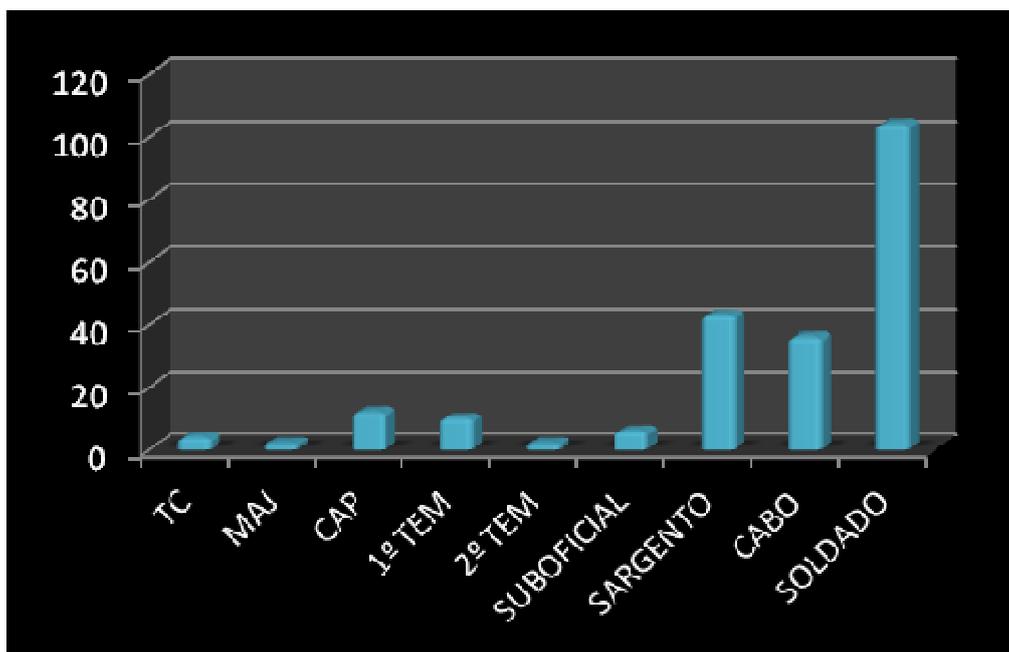
Gráfico1: Idade dos policiais alunos do curso/edição 2010/2011



Fonte: (Dados retirados do Questionário das Situações-problema)

A maioria dos policiais alunos do curso estava na faixa etária dos 30 aos 39 anos, seguidos dos que estão entre os 40 e 49 anos.

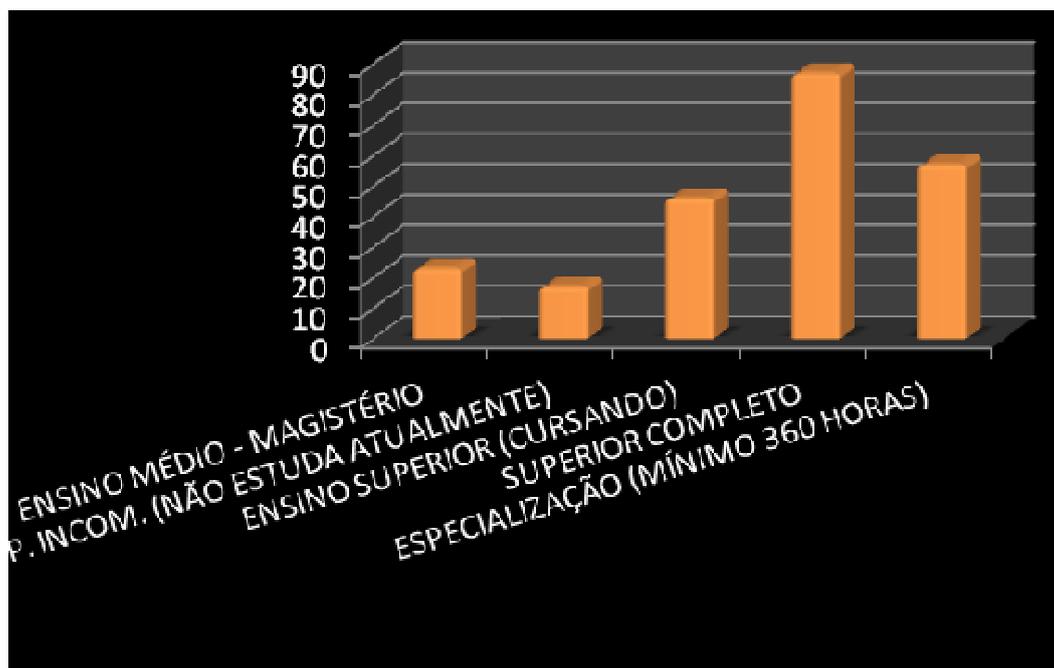
Gráfico 2: Posto/Graduação dos policiais do curso/2010/2011



Fonte: (Dados retirados do Questionário das Situações-problema)

A organização militar tem sua hierarquia definida e subdividida em Postos e Graduações, neste caso a inscrição e participação no Curso em lide foi em maior parte composto por Sargentos, Cabos e Soldados, tendo a participação efetiva de outros postos e graduações, mas em menor número.

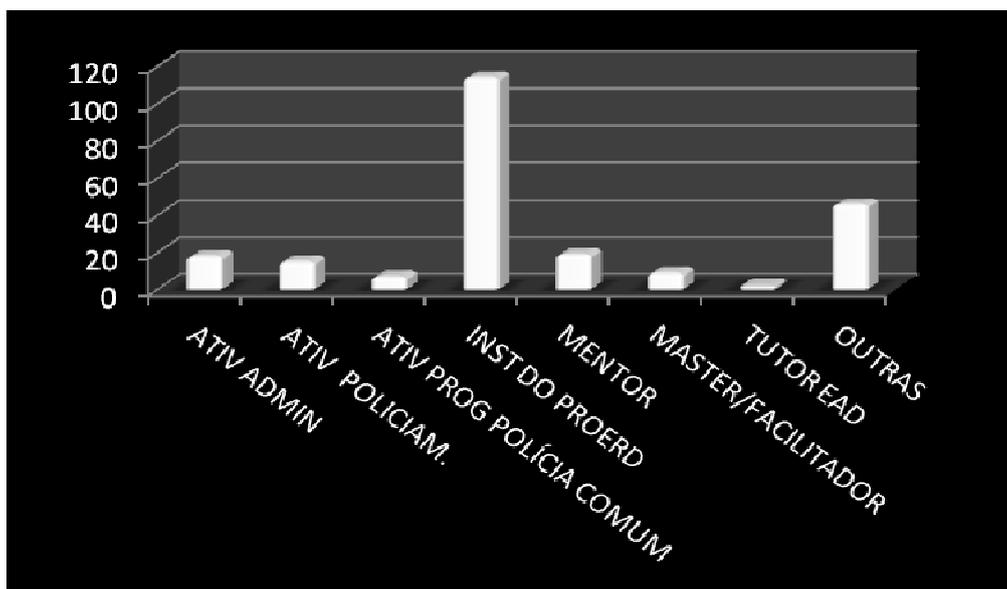
Gráfico 3: Nível de Escolaridade dos policiais alunos do curso/2010/2011



Fonte: (Dados retirados do Questionário das Situações-problema)

Do total de alunos do curso a maioria tinha o nível superior completo seguido dos que tem especialização e estão cursando o nível superior. Isto é interessante quando da atuação junto a crianças e adolescentes. Dá aos educadores igualdade junto aos educadores tradicionais e confiança além de possibilitar busca de conhecimento na atuação do tema.

Gráfico 4: Função Exercida pelos alunos do curso 2010/2011 na corporação



Fonte: (Dados retirados do Questionário das Situações-problema)

Pode-se perceber pelo gráfico acima que a maioria dos inscritos no curso eram educadores policiais que faziam parte do PROERD, mas já era de se esperar pela própria proposta do curso que era realinhamento das novas diretrizes com as atividades do referido programa, mas havia um número significativo de militares que desempenhavam atividade administrativa (dezoito) e de policiamento (quinze) que se interessaram e realizaram o curso.

Um dado importante é que 51% dos cursistas faziam ou fizeram parte de algum programa social voltados para atendimento a adolescentes, enquanto o restante ainda não havia participado de nenhum.

2.1.2. Procedimento da Coleta de informações

A plataforma *Moodle* (<http://moodle.org/>) é um espaço que disponibiliza um conjunto de ferramentas que facilita a criação e o monitoramento de cursos *online*. Nesse ambiente virtual, são oferecidas diversas ferramentas de comunicação e interação em tempo real (*chat*, correio eletrônico e fórum).

A presente pesquisa foi precedida por pesquisas anteriores que utilizaram o mesmo banco de dados do Curso e também às questões relacionadas às situações problema, a saber: Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira, tese defendida em 2009 para obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica e Cultura, sob o Título: Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas; Sandra Francisca Lima da Silva, dissertação apresentada em 2011, para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura, sob o Título: Violência e drogas na escola e imediações: ótica de educadores sociais da Segurança Pública; e Ricardo Henrique B. Marques, dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura, sob o Título: Situações-Problema relacionadas ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar: narrativas de educadores do ensino público da região Centro-Oeste.

Contudo, a pesquisa atual visou abordar questões e análises ainda não realizadas nas pesquisas anteriores, levantando outros pontos que objetivassem o papel desempenhado pelo policial educador diante das situações problema, analisando quais intervenções deles quando são demandados para o atendimento de crianças e adolescentes envolvidos com o uso e tráfico de drogas na escola.

2.1.3. A pesquisa via internet e seus aspectos éticos

Considerando a internet como um conjunto de redes, observa-se que a pesquisa on-line tem sido amplamente utilizada tanto para metodologias qualitativas como para as quantitativas devido às suas inúmeras potencialidades. A pesquisa realizada em ambiente virtual permite ao pesquisador maior acesso aos participantes, encurtando distâncias geográficas, permitindo às pessoas flexibilização em relação ao processo de participação, cabendo-lhes escolher o local e o melhor momento para participarem da pesquisa.

Para H. Freitas, Janissek-Muniz, Andriotti, Freitas & Costa (2004) a diminuição de custos com fotocópias e do tempo entre o final da coleta de dados e o início da análise é significativa, permitindo, inclusive, que a análise seja feita concomitantemente ao processo de coleta de dados. Mann e Stewart (2000 como citado por Mendes, 2009) acrescentam ainda que a pesquisa virtual facilita a discussão de assuntos que poderiam

ser difíceis de serem conversados pessoalmente. A comunicação virtual aliada à garantia do anonimato permite, assim, que sejam tratados conteúdos politicamente sensíveis, conflituosos ou até mesmo perigosos.

Dentre as possíveis limitações Mann e Stewart (2000 como citado por Mendes, 2009) ressaltam o fato de que essa ferramenta de comunicação ainda não é acessível a toda população. Questões como a falta de habilidade no acesso das informações on-line, bem como a dificuldade de se ter acesso a computadores ou ainda o analfabetismo podem ser impeditivos para o acesso a comunidades desprivilegiadas. O acesso aos participantes pode ainda ser prejudicado por possíveis falhas de comunicação, havendo a necessidade de monitores que estejam disponíveis na manutenção desse contato, disponibilizando informações sobre a pesquisa e solucionando possíveis dúvidas.

Deve-se ressaltar que a participação nessa pesquisa foi voluntária, sendo assegurado aos participantes o sigilo da identidade e confidencialidade das informações. De maneira semelhante foi garantido que a decisão de participar ou não da pesquisa em nada influenciaria no aproveitamento do curso, portanto, não fazendo parte de nenhum critério avaliativo, confirmados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ó TCLE que também esteve disponível on-line. Nesse termo constam ainda informações sobre a instituição responsável pela pesquisa, bem como endereços de contato com os pesquisadores que elaboraram o questionário sob orientação da Prof. Dr^a Maria Fátima Olivier Sudbrack, de maneira a solucionar eventuais dúvidas, sugestões e reclamações, bem como dificultar que o referido questionário fosse confundido com qualquer outra mensagem indesejada, conhecida como *spam*.

Acrescenta-se ainda que esta pesquisa fez parte de um projeto mais amplo que inclui as pesquisas acima citadas, realizadas por meio dos bancos de dados do PRODEQUI e que foram coletados com base a partir dos questionários já respondidos pelos Educadores Policiais que participaram como alunos do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas oferecido no exercício de 2010 pela SENAD. Foram objeto de análise as questões específicas que foram feitas a estes alunos em especial com relação à situação problema para a qual são chamados para atuar em instituições de ensino com crianças e adolescentes envolvidos com o uso e tráfico de drogas.

2.1.4. Instrumento Utilizado

O principal instrumento utilizado foi o questionário das situações problema focando as situações relacionadas à adolescentes/crianças envolvidos com o uso e o tráfico de drogas e o papel do Educador Policial de acordo com a Política Nacional sobre Drogas (PNAD).

Os dados desta pesquisa em especial, foram coletados do banco produzido no contexto do referido curso, a partir do questionário respondido, realizado em ambiente virtual na modalidade de Ensino à Distância (EaD). As questões apresentadas aos Educadores Policiais se referiam a situações problema pelas quais passaram e que mais lhes chamaram a atenção. Neste caso, trata-se de relatos escritos. Os termos extraídos desses relatos dos Educadores Policiais são recortes que facilitaram a compreensão mais apurada de como ocorreram as situações problema, quais personagens estavam envolvidos, e em que locais ocorreram tais eventos.

No contexto da plataforma foi disponibilizado o questionário misto com questões abertas (dissertativas) e fechadas que contextualizavam a situação problema. Era composto por 28 (vinte e oito) questões dentre as quais analisou-se as de número 20, 25, 27 e 28, como descritas a seguir:

20. Conte o que aconteceu nessa situação. (O início, o desenvolvimento e o desfecho).

25. Você considera que a situação terminou bem? Justifique.

27. Que outro final você daria a essa situação?

28. Que tipo de conhecimento ou experiência você considera importante na abordagem desse tipo de situação?

O banco de dados que foi utilizado já existia e foi produzido no decorrer do referido curso, sendo as questões utilizadas neste estudo, retiradas deste banco, fazendo-se um recorte no que se refere às situações problema que envolviam as seguintes classes: drogas, escola, adolescentes, uso e tráfico de drogas e educador policial.

Apesar da pesquisa realizada pela mestranda e pesquisadora Sandra Francisca Lima da Silva (2011), como referido acima, os relatos específicos das situações problema relacionadas à adolescentes/crianças envolvidos com o uso e tráfico de drogas analisado a partir do papel do Educador Policial, que foram objeto de estudo da presente dissertação, ainda não haviam sido objeto de estudos anteriores.

2.1.5. Procedimentos de análise das informações

A análise dos dados partirá também do entendimento de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Esta técnica tem como característica a tabulação e organização de dados qualitativos e se fundamenta na teoria da Representação Social que permite que se conheça os pensamentos, representações, crenças e valores de uma coletividade sobre um determinado tema utilizando-se de métodos científicos (Figueiredo, Chiari & Goulart, 2013).

Um fato muito importante no âmbito desta abordagem é o de que o DSC busca responder não a uma representação individual, mas atenta para a auto expressão do pensamento ou opinião coletiva que é elaborado com partes do discurso que são consideradas semelhantes e tanto a condição quantitativa quanto a qualitativa são respeitadas.

Basicamente a técnica consiste na análise do material verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, papers. De cada um dos depoimentos destacam-se as Ideias Centrais/Ancoragens (CI) e correspondentes Expressões Chave. A partir disso os discursos-síntese compõem os Discursos do Sujeito Coletivo.

Com esta técnica se torna possível reconstituir, a partir dos discursos individuais tantos quantos discursos-síntese o pesquisador julgar necessário para análise do fenômeno.

Considerando o formato sucinto das respostas às questões analisadas, sempre se referindo a questões anteriores, não foi possível uma análise estrita do material verbal, optando-se pelo resumo das respostas focados nos objetivos da pesquisa. Desta forma,

todo material foi exaustivamente sistematizado em planilha, separado por sujeito e por questão. Assim, pode-se dizer que todo o material foi mapeado nos mínimos detalhes. Para exemplificar esta etapa da sistematização dos dados segue o Anexo 2 com a análise de um dos sujeitos.

Antes da construção das três categorias que foram sistematizadas, a análise foi inspirada na metodologia fenomenológica passando pelas etapas de Descrição, Redução e Interpretação para todo material de cada sujeito.

Todos estes procedimentos foram tomados, pois havia grande dificuldade de entendimento das questões de forma isolada, pois uma complementava a outra. Como havia uma sequência, as respostas eram muito sucintas e não tinham sentido isoladamente. Assim, os relatos apresentados na análise do capítulo 3 do presente trabalho são análises integradoras dos discursos pessoais das respostas às quatro questões referidas, respondidas de maneira voluntária pelos sujeitos da pesquisa.

Outro fator que é importante ressaltar para melhor entendimento do leitor é que este trabalho foi baseado em um banco de dados que foi coletado no decorrer do curso. Este pesquisador não teve contato com os sujeitos da pesquisa, portanto, não foi possível interferência ou questionamentos para que as respostas pudessem ser mais compreensíveis. Desta forma, optou-se pela análise baseada nos depoimentos pessoais aos quais foi possível ter acesso uma vez que os sujeitos descreveram suas experiências em resposta às questões propostas.

Capítulo 3 ó Resultados da Pesquisa

A análise dos dados encontrados nesta pesquisa se baseou na percepção de evolução de paradigmas quando do entendimento e atendimento à criança e adolescente usuário, dependente de drogas ou envolvido com o tráfico. A evolução do pensamento sobre crianças e adolescentes foi apresentada e discutida no Capítulo 1 ó Fundamentação Teórica quando se retratou algumas visões proibicionistas propondo a extinção da droga do meio social; quando se falou da evolução das legislações que tratam do tema principalmente no que diz respeito à diferenciação entre usuário e traficante; quando por fim trouxe revisões teóricas sobre o adolescente e sua peculiar condição de desenvolvimento em meio ao consumismo e imediatismo social e pouco investimento estatal em políticas públicas que proponham educação, lazer, mais investimento em segurança comunitária e criação de redes de apoio mais efetivas, concatenadas e empenhadas no cuidado com crianças e adolescentes em situação de risco.

Os paradigmas aos quais se referiu foram os seguintes: primeiro, a ideia de que a punição para o usuário deve ser a mesma que para o traficante. Para estes é correto pensar que se não houvesse usuário o traficante não teria demanda, ou seja, seguem o discurso que é defendido por muitos que acreditam no proibicionismo como solução, se não houvesse consumidor não haveria o traficante (Garcia, Leal & Abreu, 2008). Portanto, ainda estão em uma visão simplista desconsiderando o fator dependência/doença e as questões sociais que envolvem o uso de drogas. Sendo assim acreditam que o correto seria a extirpação da droga como se ela fosse o ãmalö por si só; e ainda os policiais que se baseiam neste primeiro paradigma têm o entendimento de que não atuam na prevenção e que o seu papel é o de fazer cumprir a lei estritamente e sem espaço para diálogo, considerando esta função de outros órgãos.

O segundo paradigma, é o do meio termo. Nem se deve abrir espaço tão amplo para o diálogo, mas também não é possível conceber que as leis e o seu cumprimento estrito vão resolver o problema. Para estes policiais há um entendimento de que o tema drogas é muito mais complexo e começam a vislumbrar que algo a mais deve ser feito e somente o encaminhamento aos órgãos competentes como delegacias, juizados e conselho tutelar não vão resolver o problema destes jovens envolvidos com

entorpecentes. São policiais que vivem conflitos entre aplicação da lei que é seu papel legal e sua percepção da realidade dos jovens que acompanham. São agentes públicos que questionam a aplicação da lei e a condição sócio-familiar à qual estes jovens estão submetidos.

No último paradigma encontramos policiais que acreditam que o seu papel é o de cuidador. Não se veem apenas como representantes do Estado que devem estar presentes na escola atendendo às suas demandas, mas que devem acompanhar mais de perto os jovens e desenvolver com eles afinidade e confiança para compartilhamento. São policiais que se enxergam como verdadeiros educadores e que na maioria dos casos entendem que são substitutos dos pais e responsáveis que de alguma forma não estão dando conta dos jovens sob sua tutela.

Para facilitar a análise e a leitura dos dados resolveu-se subdividir a análise em três grandes categorias que abarcam todos os policiais que fazem parte de nossa amostra. As categorias são as seguintes:

Categoria I) nesta categoria estão os policiais que têm sua percepção baseada no primeiro paradigma com relação às drogas, qual seja, o de que a criança e adolescente envolvido com drogas deve ser tratado com os rigores estritos da lei e que não faz parte do seu papel atuar na perspectiva da prevenção. Então, neste caso, este policial entende que sua incumbência é fazer-se presente no ambiente escolar como presença do Estado apenas, e não como mais um ator da rede de proteção da criança e adolescente em situação de risco. Sendo assim, com um ideal de aplicação da lei, o policial procura não se envolver em conflitos que se refiram ao jovem e à escola, deixando por conta da escola, família, conselho tutelar e juizado da infância e adolescência a responsabilidade pela solução dos problemas encontrados.

Categoria II) nesta categoria o policial busca aplicação da lei e entende a importância dos demais órgãos no sistema de rede de proteção no qual o adolescente está envolvido. Portanto, apesar de aplicar estritamente a lei, passa por conflitos internos e questiona esta lei. Apesar de saber que é sua obrigação executá-la, tem a clara

ideia de que somente a execução dessa lei não é suficiente para dar conta da complexidade que envolve o tema das drogas quando há crianças e adolescentes envolvidos. Estes policiais percebem a necessidade de se envolverem mais. Contudo, não sabem como e por isto questionam as normas, pedem ajuda para entender mais os jovens, principalmente na forma de abordagem e percepção do seu limite como ator na rede de proteção.

Categoria III) estes policiais apresentam uma postura bem diferenciada dos demais. Eles entendem que seu papel extrapola aquele definido pelas leis e apesar de saberem da necessidade de aplicação destas, tentam aplicá-la dando-lhe sentido, ou seja, quando da aplicação da lei há sempre uma tentativa de diálogo e entendimento da situação pela qual a criança ou adolescente estão passando. Procuram conhecer mais o contexto familiar, os conflitos do jovem e os fatores que podem estar influenciando no envolvimento deles com as drogas.

Pensando na ideia de evolução do paradigma em relação ao jovem envolvido com drogas, percebe-se que os policiais desta categoria começam a entender que a repressão por si só não resolve o problema e que por vezes gera um ciclo vicioso. Alguns buscam parceria na escola, na família, na comunidade, nos demais órgãos de apoio e por vezes por sua conta e risco tentam ajudar crianças e adolescentes a saírem da situação de uso ou tráfico de drogas.

Estas mudanças de paradigmas não significam tornar crianças e adolescentes completamente irresponsáveis por seus atos. Mas acima de tudo significa dar dignidade humana e respeito impondo os limites necessários para a proteção e cuidado, mas sem esquecer que elas devem ser educadas para uma convivência social. Portanto, quando forem necessárias medidas como penas alternativas e até mesmo a privação de liberdade, estas devem ter garantida a proteção à vida e à integridade física e mental, condições sem violência, boas condições de acomodações e instalações. Neste entendimento é necessário ficar claro que todas as medidas sócio-educativas têm a proposta de resgate da cidadania e convivência social (Conceição, Tomasello & Pereira, 2003).

CATEGORIA (I) ó Policial que não se envolve nos conflitos deixando por conta da família, escola, conselho tutelar e juizado da infância e adolescência

Como já mencionado anteriormente, esta categoria refere-se aos policiais que entendem que seu papel é o de cuidado de crianças e adolescentes envolvidos com o uso e tráfico de drogas baseado estritamente no que prevê a legislação sobre o assunto. Procuram não se envolver emocionalmente nos conflitos como que estando à parte do sistema de atendimento ao jovem. Algumas vezes falam como que não pertencessem à instituição, Polícia Militar, por exemplo, ãa Polícia Militar poderia atuar mais nesta região, mas em nenhum momento se posicionam como fazendo parte desta instituição ou demonstrando que atitudes tomaram para alteração da situação que estava acontecendo no ambiente escolar.

Neste caso, procuram não se envolver em conflitos referentes ao jovem e a escola, deixando por conta da escola, família, conselho tutelar e juizado da infância e adolescência a responsabilidade pela solução dos problemas encontrados realizando como seu papel apenas os encaminhamentos legais.

Policial tinha um aluno que não participava ativamente das aulas e era envolvido com diversos crimes e drogas. O policial ficava incomodado porque o aluno sempre lhe dirigia o olhar com tom ameaçador. Algumas semanas depois ficou sabendo que o aluno foi preso, mas o policial se incomodava em saber que os demais alunos ainda o consideravam muito. (Resumo do relato) (42)

Como no caso acima, foi interessante observar que alguns policiais se indignam com a condição financeira proporcionada pelo tráfico que deixam alguns alunos em situação de superioridade, respeito e consideração em relação aos demais. Estes alunos muitas vezes adquirem bens que os outros não podem ter e isto deixa o policial revoltado por perceber que isto fascina estes alunos. Sentem-se como que trabalhando em vão e diminuídos diante da oferta do tráfico. Quando se analisou a fala destes policiais observou-se frustração com relação ao seu trabalho e descrença no sistema no qual estão inseridos. De um lado o tráfico oferece õcondições melhores para os jovens; do outro o Estado é ausente em algumas comunidades; e no meio do fogo cruzado está o policial tentando apagar o incêndio de grandes proporções e que para ele já fugiu do

controle, e portanto, agora só resta deixar queimar e afastar outros materiais para que o fogo não se alastre.

Percebeu-se no relato acima que a influência e fascinação provocada pelo tráfico sobre os jovens deixaram o policial revoltado por considerar que o seu papel é o de influenciar os jovens a não usarem ou traficarem drogas, mas que o perdeu a guerra por uma questão consumista que o tráfico aproveita para se sobressair.

Outra questão interessante que se pode pensar é que o interdito quando processado por meio da imposição e violência não surte efeito esperado. Talvez por conta disto alguns policiais não entendam a fascinação que muitos têm pelo tráfico. Neste caso pode-se dizer que o tráfico, apesar de tudo, tem regras bem definidas, mesmo que perversas, mas estão estabelecidas. Assim, ao analisar a fase da adolescência, percebe-se que o estabelecimento de regras de forma clara dá ao jovem mais estabilidade e segurança.

Acima de tudo, é difícil para o policial entender que o jovem também tem possibilidades de escolha e que nesta fase do desenvolvimento além da experimentação, ele procura transitar entre o mundo infantil e adulto. É sabido que em nossa sociedade tornar-se adulto significa ter independência financeira, ter a capacidade de encarar seu destino e responsabilizar-se por suas decisões. Por isto a adolescência é considerada uma fase muito difícil por ter de encarar ao mesmo tempo questões sociais, políticas, filosóficas, econômicas e profissionais (Scivoletto, 2011).

A partir do momento que o jovem do relato acima coloca-se em uma posição de ídolo dos demais ele garante um lugar de pertencimento. Talvez fique difícil para o policial entender o que se passa com este jovem e com os demais que o admiram. Como afirma Gaulejac (2006, p. 67 como citado por Pereira, 2009) "Esta dialética existencial lhe permite afirmar-se como sujeito único, singular, -igual a nenhum outro- e, portanto, parecido com todos os seus".

Fica entendido então que a atitude do jovem é uma busca por identidade, mesmo que o policial entenda que esteja errada, mas para o adolescente a identidade ao mesmo tempo em que significa singularidade requer similaridade. É único, mas necessita de algo em que se espelhar o que muitas vezes são os traficantes seu objeto de

identificação, pois neste processo de formação de sua própria identidade ainda depende de outro para sua existência. Entretanto, a passagem por esta etapa possibilita a maturidade psicológica com a possibilidade de libertação das figuras paternas da infância (Scivoletto, 2011).

Quando se vê o sofrimento e a frustração deste policial pode-se entender o motivo, pois a sociedade contemporânea está passando por um forte apelo ao consumismo e imediatismo. As pessoas dificilmente têm paciência para obtenção de bens e acesso às diversas formas de prazer. "Tempo é dinheiro", diz o adágio popular. Isso faz com que a necessidade de consumo influenciada pelo estilo de vida social faz com que muitos sujeitos sintam-se à margem da sociedade quando não atendem a estas expectativas. Este fator também favorece o tráfico que traz em seu bojo essas duas possibilidades, a saber: conseguir os bens de consumo e lazer de maneira rápida e com a sensação ilusória de menos esforços. Em resumo: ter dinheiro fácil e tirar vantagem em tudo. Este é o lema que muitas vezes rege a sociedade.

Neste caso, pode-se trazer para discussão a frase de Feffermann (2006, p. 76) na qual afirma que o tráfico de drogas é um protótipo da sociedade de consumo, mas em adição a outros, expressa toda a violência nela embutida e produz ainda mais violência. Portanto, os valores se tornam confusos e o que se destaca é o externo em uma sociedade na qual o que vale é aquilo que dá visibilidade instantânea e causa espetáculo social (Conte, at. al, 2007).

Muitas vezes a desilusão deste policial está no fato de não entender que para o adolescente, que ainda passa por mudanças estruturais, morais, de respeito às normas dentre outras, o que lhe oferece o tráfico já basta. Muitos sabem que a vida no tráfico é curta, mas lhes permite acesso a bens e respeito entre outros jovens da comunidade. Para alguns vale a pena correr o risco em busca apenas da emoção (adrenalina), e por dificuldades da própria idade minimizam os riscos e maximizam os ganhos que o tráfico pode proporcionar.

Falar de adolescência é também constatar a necessidade de experimentação, mas para isto alguns riscos são desconsiderados, pois em primeira mão o que importa é o prazer, contato com outros adolescentes ou grupos, fazer-se presente, ter autonomia e independência, diferenciar-se do contexto familiar. Portanto, a última coisa na qual

podem estar pensando é na dor e sofrimento que aquele comportamento poderá lhe trazer no futuro. Com isto, podem tornar-se dependentes, o que comprometerá a realização de suas tarefas rotineiras, retardar seu desenvolvimento, nem conseguir cumprir seus papéis sociais da vida adulta (Schenker & Minayo, 2005).

Entende-se que há um velado jogo de ócabo de guerraö. Neste caso, como é de se esperar, a corda arrebenta do lado mais fraco. É sobre o jovem que recai o medo e a raiva da sociedade por não conseguir alcançar suas ideologias. Por não entender o que acontece, a sociedade generaliza julgando o jovem pobre da periferia como responsável pelas mazelas e aumento da criminalidade. Contudo, o que há para verificar é que existe uma cultura que dita as normas de conduta e que não assimila as diferenças e a forma de lidar com isto é extirpando o õtumorö que incomoda sem perceber que ele representa um sintoma da sociedade adoecida.

Além disso, o que se percebe é que está difícil para este policial que apresenta o fato acima entender que o consumismo influencia o jovem assim como seus conselhos e orientações, mas que faz parte também da escolha do jovem poder decidir por qual caminho trilhar.

Neste caso do adolescente, poder ostentar roupas e utensílios caros além do seu poder aquisitivo, é possível entender que o uso de drogas e o envolvimento no crime podem ter relação, mesmo que indireta, com a complexidade que envolve os fatores õeconômicos, políticos e subjetivos ligados aos ideais sociais de consumoö (Conte, at. al, 2007. p. 96). Os sujeitos que em sua concepção social encaram sua condição econômica como limitadora dos seus direitos sociais, também se consideram excluídos da sociedade que os abriga. Assim sendo, não se sentem pertencentes a ela, podendo causar-lhe danos e risco ao envolverem-se na criminalidade, uso de drogas e tráfico. Com isto a sociedade passa a ser um inimigo a combater por ser responsável por sua situação de silenciado e excluído.

(...) õe todos querem reconhecimento, ascensão e um lugar social. O que fica silenciado, na realidade social, é a violência dos imperativos de consumo e das desigualdades socioeconômicas, que têm como produção o uso de drogas e a criminalidade. Então, é possível associar claramente a lógica toxicomaníaca e a lógica de consumo. Tanto o consumo em geral como o uso de drogas em particular podem ter função social de anestesiamento do mal estar social (Freud,1971), assim como criam a ilusão de felicidade, pertencimento e mobilidade

social.ö. (Conte, at. al, 2007. p. 99).

Entende-se muitas crianças e adolescentes se veem instigados por uma gama de produtos em oferta no mercado consumidor, dos quais eles não terão possibilidade de possuir por meios considerados õnormaisö devido às precárias condições econômicas familiares. Isto os provoca e lhes leva à saída mais õrápidaö e õ(des)conhecidaö que é o mundo da criminalidade, pois sabem que a forma de aquisição pode ser por meio da prática de algum delito.

Os policiais que estão incomodados nesta categoria percebem que este objeto de desejo se concretiza quando veem a ostentação dos traficantes, pois muitos que estão no tráfico já passaram por situação idêntica à dos demais alunos e tentam mostrar o quanto õprogrediram no mundo do crimeö. Neste sentido, é a identificação mais próxima para aquelas crianças e adolescentes. Neste caso, os traficantes passam a ser heróis, defensores da comunidade, impondo o respeito mesmo que pela força. Os õdonos do morroö, como são chamados, apenas estão ocupando lacunas desprovidas do Estado e os traficantes representam em parte os benfeitores e vilões. São temidos por um lado e por outro são heróis que protegem a comunidade, nem que seja deles mesmos.

õAcontece, frequentemente, que o traficante assume o lugar de liderança na comunidade, define regras que visam à proteção de um território, diminui riscos e estabelece um õcontrato de fidelidadeö, sob a lei do silêncio, disponibilizando transporte, remédio, trabalho e outras formas de resposta às demandas sociais dessa coletividade.ö. (Conte, at. al., 2007. p. 103).

Além das roupas de marca e outros bens os policiais aqui apresentados observam que as crianças e adolescentes têm conhecimento do poder bélico e da forma de amedrontamento causado pelo poderio do tráfico. Isto por si só é gerador de õorgulhoö para o jovem de pertencer ao grupo ou õsonhar com esta possibilidadeö. O poder do tráfico é tão grande que até mesmo os policiais mais treinados, em muitas áreas dominadas por facções, têm receio de atuar e isto também frustra estes policiais que veem naqueles jovens seu futuro inimigo no õcampo de batalhaö. Neste sentido, tanto para o policial quanto para o jovem se processa no inconsciente um turbilhão de conflitos de identidade. Neste momento ainda estão em uma relação amigável, mas amanhã podem estar de lados opostos, disputando e defendendo cada um a sua própria vida. Isto certamente afeta a relação com a sociedade e formação de identidade social de ambos.

A partir da fala dos policiais da pesquisa pode-se inferir que o seu não envolvimento também se deve à frustração quanto ao cumprimento das orientações dadas aos jovens. Muitas vezes ficam por semanas orientando e dando palestras e quando acreditam que deram conta de incutir na cabeça daqueles alunos a ideia, eles surgem com ações que são opostas ao que o policial propôs ou acredita.

Entende-se entretanto, que é necessário um trabalho com a perspectiva de rede que envolva não somente o adolescente, mas também a família, escola, comunidade e os demais parceiros que estejam dispostos e incumbidos de atuar neste contexto. Não seria possível obter a diminuição de crimes apenas com o cerceamento da liberdade de crianças e adolescentes, pois o que falta é o reconhecimento por parte delas da Lei e de uma sociedade que a imponha, mas também a respeite. Somente desta forma seria possível um convívio social saudável. Como disse Barus-Michel (2004, p. 29 como citado em Pereira, 2009), o social é o que os indivíduos partilham e reconhecem em comum, tornando-se companheiros, aliados, associados. É também o que os atravessa, fazendo com que se reconheçam como nós. A internalização e a postura que o indivíduo toma perante a Lei é o que os torna seres sociais em um compromisso selado entre os atores.

Não podemos alegar que todas as atitudes e contextos nos quais o adolescente se envolve representem risco. Os fatores de proteção podem estar presentes no seu ambiente biopsicossocial. Portanto, fatores de risco e proteção podem atuar juntos considerando o indivíduo, a família, a sociedade, a escola, o grupo de amigos, a saúde, a mídia, as políticas públicas, entre outros (Saito, 2008; Scivoletto, 2010).

Estabelecer que as más condições de vida sejam as únicas definidoras para adesão ao crime seria uma tentativa de minimizar o problema, mas a falta de condições mínimas de cidadania podem favorecer o crescimento de setores ilegais e criminosos e conseqüentemente o aliciamento de jovens. Dessa forma, pode-se afirmar e ao mesmo tempo corroborar com Feffermann (2006) que o Estado omissivo favorece a violência como forma de controle pelos criminosos baseado na lei do mais forte. Com isto, adolescentes que tenham seus laços sociais mais frágeis apresentam grandes possibilidades de ingressar na criminalidade.

Outro agravante ainda, é que se percebe que ao policial desta categoria também

falta a percepção do adolescente como um indivíduo em busca de identidade e segurança para assumir esta identidade no meio social. Muitas vezes isto faz com que o policial entenda a atitude do adolescente como uma ameaça pessoal a ele e ao que está tentando repassar como conhecimento sobre drogas.

Outro relato que chamou atenção nesta pesquisa está na fala dos policiais e que também foi classificada nesta categoria que são aqueles que mesmo pertencendo à Polícia Militar se colocam à parte dela e cobram indiretamente da instituição atitudes, mas que em nenhum momento no relato que dizem o que fizeram ou propuseram para a instituição Polícia Militar.

A escola fica próxima a um ponto de venda de drogas e os professores solicitaram que o policial ficasse mais atento a isto. Com observação percebeu jovens e adultos consumindo álcool e cigarro na frente da escola. Não toma nenhuma atitude, mas gostaria que a PM disponibilizasse uma base para o local a fim de prender os traficantes. (Resumo do relato). (11)

Neste relato o policial não fala sobre atitude que tomou e muito menos se sente incluído na instituição ou na rede de apoio ao adolescente que está envolvido com uso e tráfico de drogas, simplesmente coloca na instituição e Estado a incumbência de resolver o problema. É como se ele estivesse vendo um filme e apenas observasse e apresentasse sua interpretação crítica do todo, mas não tivesse poder para atuar e fazer algo.

O relato a seguir vai no mesmo sentido:

Policial toma conhecimento de festas que acontecem na região e são frequentadas por alunos e patrocinadas por comerciantes locais para venderem bebidas alcoólicas e outras drogas, além de jogos caça-níqueis. Entende a relação destas festas e o envolvimento com a criminalidade. Percebe a necessidade de maior atenção aos jovens, mas não relata qualquer atitude que tenha sido tomada por ele nesta situação. Contudo, considera que a sociedade perdeu alguns valores e os pais perderam o controle sobre os filhos o que põe os jovens em situação de risco a partir dos meios de comunicação. (Resumo do relato). (37)

Como foi possível perceber, neste relato como no anterior o policial apenas fala e reclama das atitudes que não são tomadas pelos órgãos responsáveis, mas ele mesmo não apresenta solução nem se envolvem com os fatos.

Nos dois casos apresentados é como se os policiais falassem em terceira pessoa.

Eximem-se da responsabilidade e também não buscam soluções junto aos órgãos responsáveis. Falam da necessidade da aplicação da lei, mas enquanto não abordarem algum jovem em flagrante no qual tenha de tomar atitudes imediatas, simplesmente repassam a responsabilidade.

Entende-se que para estes policiais o fato de estarem em dois polos da atuação os deixa também acuados e em conflito de identidade. Por um lado necessitam fazer parte da rede de apoio e adquirir confiança dos jovens para que aceitem uma aproximação; mas por outro lado há determinações legais que lhes cobram atitudes que vão de encontro ao que prevê os ensinamentos para uma aproximação tranquila quando falamos de crianças e adolescentes, qual seja, a confiança, cumplicidade e empatia.

Estes policiais parecem não conseguir fazer as duas coisas ao mesmo tempo, ou seja, cumprir o que determina a lei a se aproximar do jovem ao mesmo tempo. Neste caso, a atitude destes policiais pode repetir o que muitos jovens passam em suas próprias casas onde os pais não dão conta de estabelecer a lei e a norma familiar sem ser por meio da agressão. Com isto muitos jovens não tiveram nem têm espaço para refletir sobre seus atos. Simplesmente reagem pelo princípio da reciprocidade.

Neste sentido vê-se nos discursos uma polícia que para fazer cumprir a autoridade e garantia da lei apela para a violência colocando a culpa no outro que não toma as devidas providências. É um verdadeiro jogo de õpassar a bolaö, mas ela está quente, portanto quanto mais rápido se livrar dela menores são as queimaduras.

Nestas condições, o tráfico é õdeusificadoö como algo maior que o Estado e suas instâncias tornando-se assim indestrutível justificando a violência aplicada. Percebe-se então, como dito por Feffermann (2006, p. 99), que há um õDiscurso do desencanto, da decepção, do cansaço, do desânimo diante de tudo issoö.

Em alguns relatos dos policiais é possível perceber que não tomar atitude dá-lhes uma sensação de não ter responsabilidade sobre o que está acontecendo principalmente porque sabem que o tema envolve outras complexidades, como falta de políticas públicas que atendam aos jovens de maneira mais ampla. Neste caso, algumas ações governamentais fogem da sua alçada e com isto os deixam desanimados e descrentes nas ações pontuais das políticas estabelecidas.

Outro fato que incomoda estes policiais é a corrupção política e policial que piora o quadro, pois as autoridades que deveriam ser os modelos de convívio social por sua função precípua de representar a sociedade, tomam atitudes que vão contra todos os princípios morais e éticos. Por serem sujeitos em plena formação de sua personalidade social, estes õheróisö se tornam vilões e os bandidos (traficantes) se tornam os heróis respeitados e admirados nas comunidades. E neste contexto, e parafraseando Cazusa *õmeus heróis morreram de overdose. Os meus inimigos estão no poder. Ideologia, eu quero uma pra viverö. É a arte imitando a vida.*

É comum na adolescência, durante o processo de maturação, busca de identidade e independência, ocorrer questionamentos dos padrões dos adultos, da autoridade de pais e professores, entre outros. Estas posturas parecem estranhas para quem estava acostumado a lidar com uma criança. Quem lida com adolescentes, seja a família, escola ou a sociedade em geral, percebe estas mudanças que podem variar em graus de intensidade a depender do indivíduo e de suas relações anteriormente estabelecidas.

Comumente esta fase gera muitos conflitos familiares em que os adolescentes iniciam seus questionamentos numa tentativa de tirar os pais de uma posição de heróis. Estes conflitos podem tornar-se intensos à medida que os pais sintam-se desautorizados ou desqualificados na sua condição de protetores e responsáveis pela educação dos filhos.

A partir dos conflitos internos e externos vivenciados pelo adolescente, este vai buscar nos pares uma possibilidade de compartilhamento do sofrimento coletivo. Neste grupo o adolescente encontra apoio por estarem todos passando pela mesma fase e dificuldades. Com o apoio dos amigos e com vontade de se constituir como sujeito independente procura novas experiências. Desse modo, por ser uma fase de transição entre a responsabilidade do adulto e ser criança, ele costuma correr mais riscos na crença de que sua õnipotênciaö o protegerá e não permitirá que nada dê errado. Esta onipotência, õpropensão ao riscoö e o convívio grupal faz com que muitos tomem posturas para aceitação junto ao grupo para as quais não estão adaptados. Experimentar as drogas pode ser uma dessas opções encontradas pelo jovem para amenizar os efeitos de sua ansiedade e conflitos.

Quando o policial não tem conhecimento destas fases do desenvolvimento e

encara tudo como algo a ser combatido, não consegue se colocar na condição de cuidador, não consegue perceber o outro em sua condição de fragilidade. Nesse sentido, pode-se trazer para a discussão o que diz Birman (2001) que os valores e ideias atuais dificultam o sujeito acessar o outro, ou seja, ter a experiência da alteridade. Somente assim a experiência da diferença pode manifestar-se. Também coaduna com esta ideia Enriquez (2001) que considera ser devido à dificuldade do homem contemporâneo em reconhecer a alteridade que faz com que acabe por se sobressair o narcisismo e os referenciais sociais. Com isto o reconhecimento desta diferença se perde.

Outro relato interessante para mostrar a fragilidade de crianças e adolescentes com as quais estes policiais têm de lidar constantemente pode ser visto abaixo:

Policial sabe de uma criança que tem os pais usuários de drogas e que ela começa a se envolver com drogas e violência na escola. Torna-se uma criança agressiva e em constantes brigas com os demais alunos. Acredita que a escola agiu de maneira amadora e não deu o apoio necessário à criança e defende que haja um órgão público técnico para tratar destes assuntos. Acredita que deveria haver investimento público na prevenção e órgão especializado para tratamento e orientação do usuário de drogas. (Resumo do relato). (34)

Na análise dos dados foi possível encontrar também casos como o acima citado onde o policial não se envolve emocionalmente, mas critica a atitude da escola. Este caso foi trazido principalmente pelo fato de mostrar o sofrimento psicológico deste agente de segurança pública que percebe que as atitudes tomadas deveriam ser outras e a tomada pela escola não foi o suficiente para priorizar a criança e o adolescente. Como considera que a escola não consegue resolver este tipo de demanda, sugere que haja órgão público especializado para estes assuntos com maiores investimentos na prevenção.

Apesar da dificuldade de demonstração do envolvimento destes policiais com maior profundidade nas questões onde se apresentam crianças e adolescentes, eles ainda conseguem se indignar com algumas situações. Portanto, eles têm papel importante, por conseguir diagnosticar minimamente o problema. Neste caso, podemos dizer que diagnóstico de situações e comportamentos de risco do adolescente pode significar muito no seu cuidado e evitar males em diversas áreas da vida do sujeito. Entender a dimensão psicossocial na qual o jovem está inserido é o primeiro passo. Isto requer entender as questões socioeconômicas envolvidas, fatores que levem à violência, sejam

como vítimas ou agressores. Desse modo, compreender as situações de risco passa por avaliar características individuais, familiares, sociais, da escola, amigos, trabalho, justiça, condição socioeconômica, questões culturais e políticas públicas (Feijó & Oliveira, 2001). Neste caso, observou-se que estes policiais estão entendendo as dificuldades e os riscos destes jovens, mas ainda não sabem como atuar e passam a responsabilidade para outros.

É necessário um trabalho utilizando a rede social, mas para isto é preciso pensar esta como um processo de constante construção e desconstrução tanto individual quanto coletiva. Não se pode abrir mão deste instrumento para o cuidado de crianças e adolescentes em situação de risco. Ao invés de repassar a responsabilidade para terceiros, se o policial conseguisse trabalhar desta forma seria muito mais efetivo seu trabalho. Portanto, a avaliação e mapeamento da rede social tornam-se extremamente necessárias quando falamos em prevenção na perspectiva sócio-familiar, ainda mais quando estas redes se encontram enfraquecidas, desestruturadas e desacreditadas (Sudbrack & Pereira, 2003).

Quando estes policiais falam da corrupção, da falta de investimento público no cuidado com os jovens pode-se perceber que têm noção de que a interação com o meio social e com a mídia representam um papel importante na influência sobre os jovens. Muitos comportamentos são apresentados às crianças e adolescentes pela televisão e internet remetendo à violência e banalização da vida, dos valores e da moral. Juntando a influência da mídia e o pensamento mágico do adolescente ocorre um processo na cabeça dele de que todos os problemas serão resolvidos sem considerar as consequências de suas decisões e comportamentos.

Como já mencionado anteriormente, quando falamos do sofrimento psíquico do policial atendendo crianças e adolescentes envolvidos com uso ou tráfico de drogas, percebe-se mais uma vez que estes policiais permanecem em conflito constante e sem enxergar muitas possibilidades. Parecem estar engessados. Sentem-se paralisados mediante as dificuldades.

Aluno relata ao policial que os pais são traficantes e que algumas vezes tinham de ajudar a enrolar os papétes de drogas. Não considera como seu papel intervir quando o caso envolve o convívio e a particularidade familiar. Portanto, neste caso, considera que nada pode fazer para

proteger estas crianças usadas pelo tráfico quando acontece no âmbito familiar. (Resumo do relato). (36)

Nesta categoria encontramos também alguns policiais que não cumprem seus deveres legais de denúncia e as recebe e ouve, mas não tomam atitudes com relação ao fato. Elas estão associadas às crianças e adolescentes que vêm aos policiais e lhes informam que são usados pela família para realizar tarefas relacionadas ao tráfico de drogas, como enrolar os papélotos. Neste caso, consideram que não cabe a ele a partir desta denúncia tomar qualquer atitude por se tratar de uma questão de cunho familiar e não querem atuar.

É difícil para o policial conseguir desenvolver com estas crianças e adolescentes a confiança que necessitam para tratar de um tema tão complexo como as drogas. Dessa forma, nota-se que muitos policiais ficam sem saber o que fazer e muito surpresos quando os jovens lhes confidenciam o que se passa no interior das suas residências. Apesar de o policial entender que deveria fazer algo para ajudar, não sabe como fazer algo sem quebrar a confiança adquirida.

Neste sentido, é pertinente aqui, tomar as reflexões de Sudbrack (2003), e levantar questões importantes para a discussão do tema. Como a lei pode ser seguida sem ao menos ter sido introjetada e assim requerer sua compreensão sem ter sido introduzida na subjetividade o interdito? Como negociar sem convocar para opinar? Tudo isto resume que a lei existir não é determinante, pois é necessário reconhecimento subjetivo para que ela tenha os seus efeitos.

Neste caso, entende-se a aflição dos policiais por perceberem que o que parece óbvio, a Lei, não representa para estes jovens uma interdição. Passam por ela como se não existisse. De alguma forma não foi introjetada e estes jovens têm de se submeter futuramente à repressão para serem contidos.

Um dos propiciadores de um desenvolvimento de potencialidades em crianças e adolescentes é o ambiente familiar saudável. Ambiente familiar que inspira confiança, expressa amor e cuidado atua como fator de proteção, mesmo com pais ou pares adictos. Devemos então pensar que vínculos familiares, apoio para autonomia, condução do adolescente e monitoramento no processo de desenvolvimento e crescimento social e estabelecimento de normas claras (Schenker & Minayo, 2005) são primordiais para que

adolescentes percebam outras possibilidades mais saudáveis de enfrentar seus medos e aflições sem adentrar ao mundo das drogas. Mas, o que fazer quando falamos de uma criança, como no caso acima? Como fica para esta criança o convívio com uma família, que deveria conduzi-la para uma sociedade, mas a alicia para a prática de crimes?

Ao se aprofundar em pesquisas sobre drogas envolvendo a subjetividade do agente de segurança e crianças e adolescentes envolvidos com uso e tráficos de drogas, tem-se pouco êxito, mas pode-se pensar na situação do policial nesta abordagem e trazer para a discussão o que foi encontrado na pesquisa de Doutorado de Gustavo Camilo Baptista, defendida em 2013 na Universidade de Brasília sobre o Impacto das relações intersubjetivas na implementação da política nacional de atendimento socioeducativo.

Nesta categoria de profissionais em análise, foi possível ver a semelhança da pesquisa citada e da atual feita com os policiais, pois o mecanismo de defesa utilizado se aproxima muito do que foi relatado por Baptista (2013). O autor aborda em determinado ponto da pesquisa sobre a forma como os atendentes técnicos de reintegração social e os ocupantes de cargos correlatos do Centro de Atendimento Juvenil Especializado ó CAJE conseguem lidar com as dificuldades do dia a dia do trabalho na instituição. O autor fala do mecanismo apresentado por Freud que alguns profissionais da pesquisa usaram para lidar com seus conflitos internos, o mecanismo de defesa chamado *isolamento*. Este mecanismo significa que o sujeito quando encontra algo com o qual não consiga lidar procura diminuir sua relação com aquele fato afastando-o do consciente isolando-o dos demais pensamentos e comportamentos. Como diz Laplanche e Pontalis (2001, p. 258) ósolar um pensamento ou um comportamento, de tal modo que as conexões com outros pensamentos ou com o resto da existência do sujeito ficam rompidas.

Alguns policiais passam por situações no seu trabalho diário atendendo crianças e adolescentes com os quais tentam não se envolver para também não levarem estas questões para seu ambiente familiar. Alguns deles são pais e veem naqueles jovens também seus filhos. Sendo assim, separar a vida social e familiar das questões de trabalho se torna uma maneira de evitar o adoecimento.

CATEGORIA (II) ó Policial que obedece e aplica a lei, mas com conflitos

Nesta categoria foram destacados os policiais que buscam aplicação e obediência à lei e entendem a importância dos demais órgãos no sistema de rede de proteção na qual o adolescente está envolvido. Contudo, apesar de aplicarem estritamente a lei, passam por conflitos internos e questionam esta lei. Mesmo sabendo que é sua obrigação executá-la, têm a clara ideia de que somente a execução dessa lei não é suficiente para dar conta da complexidade que envolve o tema das drogas quando há crianças e adolescentes envolvidos. Estes policiais percebem a necessidade de se envolverem mais, porém, não sabem como fazer e questionam as normas, pedem ajuda para entender mais os jovens, principalmente na forma de abordagem e percepção do seu limite como ator na rede de proteção.

Aluno foi flagrado por um policial na quadra de esportes da escola com cigarro de maconha. Foi apreendido o cigarro e os pais chamados para acompanhar o aluno. Neste caso, o policial considera que seu papel é o de fiscalizar e abordar, fazendo com que os demais alunos sintam-se amedrontados em praticar atos infracionais como este. Considera que seu papel é fazer com que os demais alunos não percebam que há impunidade. (Resumo do relato). (27)

No relato deste policial fica claro que entende que quando aplica a lei, mesmo que considere que esta não seja suficiente, os jovens ficam amedrontados e repensam os seus atos com receio de terem que encarar os policiais, a justiça e as consequências dos seus atos. Imaginam que a sensação de impunidade que permeia a fala dos adolescentes pode ser amenizada e confrontada quando fazem o que a lei prevê, qual seja, o encaminhamento aos órgãos responsáveis, acionamento dos pais ou responsáveis e a manutenção da vigilância sobre os jovens nos momentos de lazer e em sala de aula.

Os relatos dos policiais desta categoria apresentam um discurso de que algo deve ser feito. De alguma forma percebem que a situação não está boa, mas consideram não ter conhecimento, seja de pedagogia ou psicologia para atuarem com estes alunos. São policiais observadores e conseguem detectar no comportamento dos alunos alterações. Por vezes ficam em dúvida com relação à ação a ser tomada, mas optam, em algumas, por não tomarem atitudes mais drásticas com medo de prejudicar o aluno e a relação deste com a família e escola.

No relato destes policiais aparecem muitos conflitos. Ao mesmo tempo em que reconhecem seu papel como de cuidador e que podem fazer algo a mais do que o previsto em lei, a saber, ouvir o aluno, criar um vínculo para que possa adquirir confiança, bem como buscar uma relação que tenha uma via de mão dupla onde o aluno traz ao policial seus conflitos e este por sua vez o orienta melhor, ficam atônitos com os relatos dos alunos, com as afrontas recebidas dentro e fora da escola, bem como com o não comparecimento das famílias para dar apoio à escola e ao aluno.

Quando se toma conhecimento dos relatos, pode-se inferir que são policiais que gostariam de dar muito mais de si para ajudar os jovens que acompanham, mas que de alguma forma se privam em função das dificuldades sociais e familiares destes jovens. Veem as dificuldades das famílias e percebem a complexidade do tema, mas ao mesmo tempo não conseguem atuar para mudar. Sentem-se diminuídos e acabam recuando. Mesmo aqueles que tentam entender o que se passa com o aluno, não conseguem perceber seu limite nesta relação. Isto dificulta sua aceitação da escolha que o jovem e sua família fazem quando recusam seus conselhos ou acompanhamentos.

Durante a análise foi possível perceber que muitos policiais entendem que as políticas públicas devem estar focadas na saúde do adolescente e não apenas na repressão ao uso de drogas. E estas devem estimular comportamentos saudáveis voltados para o autocuidado e a prevenção de danos, focando a detecção precoce de fatores de risco e de proteção. Com isto, ficam incomodados e gostariam que os órgãos envolvidos no atendimento aos jovens garantissem uma reflexão da família nuclear no que diz respeito ao uso até mesmo das drogas lícitas como o álcool e tabaco no ambiente familiar.

Policial recebe a denúncia da direção da escola informando que um adolescente está traficando drogas dentro da mesma. Vai verificar, mas não encontra nada e solicita que o jovem se retire do ambiente. Posteriormente ficou sabendo que o adolescente foi morto por outro jovem de grupo rival. O policial acredita que é seu papel averiguar as denúncias que lhe chegam e quando não for aluno da escola seu papel é coibir a ação delituosa e retirar o adolescente do local. Com o intuito de manter a integridade dos demais, o papel do policial é o de expulsar o infrator das redondezas da escola. (Resumo do relato). (33)

Foi possível perceber também nos relatos que alguns policiais que a primeira atitude tomada quando se deparavam com jovens que não pertenciam àquela escola e

estavam envolvidos no tráfico de drogas dentro do ambiente escolar era de expulsá-los do local, mesmo que não houvesse comprovação do fato pelo receio de que eles influenciassem outros jovens.

Por outro lado, em alguns casos específicos foi possível perceber uma abordagem visando o diálogo ou algum tipo de prevenção, mas esta atitude tinha o cunho de assegurar e manter a integridade dos demais. Nestes casos, ficou claro que ainda não havia espaço para o diálogo naquele ambiente e entendem que prevenção só é possível com um projeto estabelecido onde cada um representa um papel e não muita inter-relação. A prevenção para eles acaba se resumido a palestras com alunos, pais, funcionários e corpo docente, mas não percebem que as pequenas ações se configuram como prevenção.

Percebe-se que muitos policiais ainda não têm convicção de que a falta de perspectivas e motivação para as atividades escolares, absenteísmo dificuldades de aprendizado, pouco aprendizado, pouco ou nenhum compromisso na compreensão do significado da educação, pressão para ser independente, dificuldade para enxergar novas perspectivas de vida, procura exagerada por experiências novas, vontades ou propensão a se colocar em situações de risco, rebeldia natural da idade, são alguns dos pré-requisitos que podem facilitar a entrada de muitos jovens no mundo das drogas.

Tendo dificuldade para entender isto fica complicado para eles compreender que a escola apresenta duas possibilidades igualmente potentes. Por um lado é ambiente de proteção e por outro representa grandes riscos aos jovens. Mas o que fazer para que esta escola se fortaleça como proteção e minimize os efeitos dos riscos que os adolescentes correm diariamente? É uma questão interessante não só para a educação como para as outras áreas que atuam no ambiente escolar como assistência social, psicologia, segurança pública, conselho tutelar e outros.

Deve-se pensar que a escola como um agente de grande poder de socialização pode contribuir e muito para a formação, crescimento e desenvolvimento saudável dos jovens que a frequentam e também para aqueles que estão nos seus arredores. A escola não pode funcionar como ambiente de exclusão, mas sim de inclusão.

Quando a escola consegue cumprir o papel socializador, pode fazer parte de uma

rede de apoio com a comunidade, atuando em complementaridade, fortalecendo-se por um bem comum. Neste caso, o maior ganho é fortalecer os instrumentos que propiciem a promoção da autoestima e autodesenvolvimento dos jovens, de suas famílias, pares e comunidade. Com isto, poderíamos pensar na escola como ãum fator fundamental na potencialização de resiliência dos adolescentesö (Schenker & Minayo, 2005).

A dificuldade que estes policiais apresentaram em encontrar outras formas para lidar com os jovens pode dificultar ainda mais seu contato com eles e o desenvolvimento de atividades comunitárias que favoreçam o protagonismo juvenil. Neste caso, entende-se que na escola há lugar para apostar no protagonismo juvenil como oportunidade ímpar, e como essas comunidades são muito carentes, tentar despertar o sentimento de solidariedade nestes jovens seria de suma importância para um trabalho produtivo.

Neste contexto, levando em consideração a etapa da vida, a adolescência é momento em que os jovens têm o potencial criativo aguçado e experimentam a curiosidade para explorar, busca de autonomia e menos medos de cometer erros nas escolhas. Estes fatores são favorecedores quando pensamos no jovem e seus potenciais para escolhas de vida mais saudáveis. Porém, o adolescente sozinho nessa busca fica isolado e tem seu potencial comprometido. Seu trabalho de criação está ligado ao outro, ou seja, ele necessita compartilhar com o grupo (Sudbrack & Pereira, 2012). Assim, afastar o jovem do ambiente escolar simplesmente, não favorece o seu desenvolvimento.

Certamente com o apoio da escola e dos policiais que nela atuam e demais instituições que lidam com crianças e adolescentes é possível a formação de uma rede de apoio providencial para a prática do protagonismo juvenil. Para tanto, é possível aproveitar os grupos esportivos e culturais, de lazer, igrejas, grupos de estudo, entre outros. O importante é saber que o protagonismo juvenil surge por iniciativa do adolescente como expressão de sua liberdade de compromisso social. É produto de uma decisão consciente onde o adolescente assume as consequências e responsabilidades pelos atos praticados. Está relacionado com a prática de cidadania no exercício crítico e espontâneo de pensamento em direção à autonomia (Sudbrack & Pereira, 2012).

Não se pode desconsiderar que dentre os espaços possíveis para apresentação do

protagonismo juvenil a escola é certamente um espaço a ser considerado. Nela estão presentes diversas demandas de adolescentes durante o processo de desenvolvimento. É nela que muitos buscam a segurança e a autoridade muitas vezes perdida pela família. Apesar da fragilidade em que a escola se encontra em dias atuais, ainda é possível ver adolescentes envolvidos com uso e tráfico de drogas vinculados a ela. Neste caso, não se pode desconsiderar o significado deste comportamento. Pode-se inferir que os adolescentes ainda se sentem protegidos neste ambiente. As normas e regras desta instituição facilitam o processo de identificação e é importante que ela consiga construir limites para os alunos resgatando a autoridade e negociação (Sudbrack & Pereira, 2012).

Criança denuncia para o policial que os pais são traficantes e que pela movimentação na casa durante a noite não dorme bem e fica com muito sono durante as aulas. O policial decidiu denunciar às autoridades competentes o fato e o pai da criança foi preso, mas a mãe passou a comandar o tráfico da região. O policial entende que independente de qualquer consequência deve averiguar a denúncia e caso confirmado levar às autoridades competentes. Com esta atitude entende que está fazendo o que pode para proteger a criança, mesmo que isto signifique quebrar a relação de confiança quando a criança denuncia. (Resumo do relato). (51)

O caso acima exemplifica o caso de alguns policiais que recebem denúncias e realizam averiguações, mas quando são verdadeiras tomam as atitudes previstas em lei. Neste caso em especial o policial se apresenta frustrado com o fato de a mãe continuar na atividade de traficante da região. Contudo, em nenhum momento comenta sobre a situação da criança após o fato, mas sua única preocupação foi a de seu ato de denúncia não ter surtido todos os efeitos que desejava.

Entende-se que este policial recebeu esta denúncia como um pedido de socorro e que se sentiu na obrigação de proteger a criança nem que para isto os pais fossem presos, mas fica decepcionado quando vê que somente um dos pais responderá pelo crime e o outro continuará praticando os mesmos atos.

Neste relato em especial é perceptível como esta criança está sendo influenciada pelo tráfico. Seus pais que deveriam protegê-la são os que a levam ao cometimento de atos infracionais. Destarte, refletir a questão do envolvimento com drogas por crianças e adolescentes é também pensar na inclusão marginal ou inclusão social extremamente precária. Por se encontrarem em situação de pobreza extrema e miséria, muitos são influenciados para adentrar no tráfico de drogas e armas.

A preocupação deste policial não é vã, pois, ao se analisar, por conta do consumismo, a sociedade acaba tornando tudo objeto. Com isto valores, ética e autoridade passam por crises que degradam o tecido social aos poucos e de maneira contínua. Neste sentido, a violência e incentivo que envolvem o tráfico ultrapassam a questão de sobrevivência e se localiza no apelo ao consumo comum na sociedade atual.

Sendo assim, quando a própria família se coloca como incentivadora, o jovem corre constantes e diversos riscos, pois é construída uma *ô*cultura da droga. Estas crianças que deveriam estar em atividades direcionadas a elas se mantêm em casa trabalhando para o tráfico. Além de tudo, se tem nesses casos, mais um agravante, pois as áreas de ruas e praças que eram consideradas comuns e de uso social são abandonadas e substituídas por salas em residências e o espaço na rua passa a representar espaço de vida e morte voltado à cultura da droga. Nestas regiões, quanto maior as incidências de crimes, menor a presença do Estado. A violência deixa marcas e consequências sociais, psicológicas e econômicas. Onde a violência impera há pouca participação popular em atividades coletivas, muita mobilidade e desemprego dos moradores (Feffermann, 2006).

Neste contexto de aprendizado e influências, a família representa papel extremamente importante. Muitas vezes as crianças iniciam suas vidas tendo contato direto com armas e drogas. Isto faz com que alguns pais sejam aqueles que lhes transmitem as formas para enfrentamento da sua dura realidade. Estas atitudes certamente banalizam e tornam o crime um fato corriqueiro na vida de muitas crianças e adolescentes.

Alguns policiais desta categoria conseguem fazer mais do que previsto legalmente, mas que nas entrelinhas faz parte de sua atividade. Muitos, além de levar à delegacia tentam encaminhar à rede de saúde da região. Entendem que a atitude de apenas condução do jovem não solucionará seu problema. Desta maneira, tentam ir além e conduzir o jovem ao tratamento de saúde. Alguns chegam a comentar que suas atitudes têm o condão de fazer com que os jovens reflitam sobre seus atos. Pode-se inferir que como percebem que as consequências pelos atos das crianças e adolescentes são pequenas, por conta da legislação diferenciada, a sua denúncia ao conselho tutelar e encaminhamento à delegacia não trará consequências tão graves para os jovens e o

maior efeito do seu ato será a possibilidade de reflexão.

Vê-se nesta categoria também, alguns policiais que entendem que poderiam até conduzir os jovens aos pais ou responsáveis em vez de conduzi-los à delegacia, Juizado da Infância e Adolescência ou conselho tutelar, mas ao mesmo tempo reclamam que o Estatuto da Criança e do Adolescente deveria mudar, principalmente no que diz respeito à maioridade penal. Percebe-se nestas falas como é grande o conflito pelo qual passam estes policiais. Diariamente têm de lidar com crianças e adolescentes que em um momento ou outro praticam atos infracionais e eles devem tomar as atitudes legais, mas ao mesmo tempo não acreditam que estas normas ainda atendam à demanda social atual, ou seja, já estão ultrapassadas.

Policiais que fazem parte desta categoria ainda estão na transição entre o paradigma de que devem combater as drogas e o usuário para a de que deve dar ao usuário tratamento diferenciado do traficante; são aqueles que ainda buscam entender o contexto no qual o jovem está vivendo para dar apoio a ele na fase de vida em que muitas escolhas são necessárias e todas de extrema importância, seja de cunho social ou de auto realização.

Policial foi chamado pela direção da escola para atender aluno que estava usando maconha no banheiro. Depois do atendimento encaminhou o aluno e a droga para a delegacia e entregou ao conselho tutelar e à mãe. Ao fim do curso o aluno havia parado de usar drogas (*õdurante o transcorrer do ano consegui trazê-lo de volta às pessoas de bem, e o convenci a jamais usar drogas, ele se formou no final do ano juntamente com as outras crianças*). O policial considera que é seu papel é verificar denúncias com a finalidade de *õmanter nossas crianças e nossa juventude longe das drogas e da violência*. (Resumo do relato). (69)

Aqui é possível vislumbrar frases como as acima citadas. Vê-se ainda uma clara retomada da ideia de que a droga é algo do mal e que deve ser extirpada da sociedade; que o resgate de uma pessoa da situação de drogado passa por trazê-la para as õpessoas do bem. Percebe-se assim que muitos destes policiais têm ainda a ideia de que conviver em sociedade somente é possível para quem não usa drogas e quem usa já por sua condição de usuário está excluído.

É importante salientar como este policial está numa situação limítrofe, pois no mesmo discurso tenta alcançar novas ideias sobre drogas e falar em direitos humanos,

respeitar e entender a opinião do outro, contanto que ele (policial) não desista de tentar convencer o usuário a sair das drogas.

O policial conhece um jovem envolvido com drogas e filho de pais alcoólatras. O jovem cometia diversos furtos e cometeu um homicídio. Foi internado e voltou com maior *periculosidade que antes*. Ameaçou outro jovem de grupo rival e foi assassinado. O policial considera que a culpa do fim trágico do jovem é da família e que é possível transformação do mesmo. Entende que ele como policial deve acompanhar o desenvolvimento de jovens violentos, reconhecendo como sua função educar e participar diretamente no desenvolvimento destes, mas faz uma crítica ao sistema político corrupto que não dá oportunidade de educação, saúde e segurança aos menos favorecidos. (Resumo do relato). (06)

Durante a análise dos dados da pesquisa foi possível perceber que alguns policiais apresentavam um posicionamento crítico em relação às leis que eram obrigados a cumprir, principalmente quando a lei determinava a condução do jovem à delegacia ou conselho tutelar. A sua crítica se fundamentava principalmente no fato de o jovem ter diversas passagens por centros de reabilitação e voltar com maior periculosidade que antes. Muitos, depois de encaminhados a estes centros, após o cometimento de infrações, retornavam ainda mais violentos, sendo vítimas de assassinatos por grupos rivais ou assassinando outros jovens da comunidade.

Apesar disso, mesmo com toda dificuldade e crítica ao sistema legal brasileiro, estes policiais se colocam na condição de cuidadores dos jovens envolvidos com drogas. Considerando que devem acompanhar seu desenvolvimento, mas sem esquecer que parte da responsabilidade pela situação na qual se encontra aquela criança ou adolescente se deve ao sistema político, à corrupção e à impossibilidade da família em assumir a educação dos filhos.

Em boa parte dos relatos desta categoria é comum o policial se colocar como indignado com a situação dos jovens, pois os pais têm as informações daquilo que os filhos estão fazendo, mas não tomam atitudes delegando a responsabilidade pela educação para a escola e a polícia. Estes policiais apesar de fazerem sua parte legal e em alguns momentos extrapolarem e se envolverem afetivamente com as dificuldades dos alunos, sabem que seu trabalho se torna improdutivo se não houver uma atuação em rede.

Com todas estas dificuldades dos policiais foi possível perceber no decorrer da

análise que alguns se envolvem emocionalmente se vinculando fortemente aos alunos lamentando e receando um dia encontrar com eles em suas ocorrências policiais, pois como alguns falam, acompanharam o jovem por muito tempo e não gostariam de ser o policial que vai prendê-lo no futuro.

Foi positivo perceber durante a análise da pesquisa que muitos policiais procuram entender os jovens e fazer uma distinção entre os que são usuários e os traficantes. Todavia, consideram que a condução à delegacia e encaminhamento ao conselho tutelar sem um tratamento de nada adianta e se não houver um trabalho preventivo, pois os encaminhamentos não surtirão efeito. Sabem que o seu papel principal na escola é o de repressão ao uso e tráfico de drogas, mas que é preciso ter mais conhecimentos no intuito de fazer abordagens mais assertivas e não tratar a todos como criminosos.

A partir dessa diferenciação entre o traficante e o usuário passamos para a criação de propostas que possam combater o tráfico, mas dar ao usuário chances reais de cuidados com sua saúde. Nos relatos destes policiais percebe-se que já entendem que para combater o envolvimento de crianças e adolescentes com o tráfico são necessárias ações que possibilitem outras formas de acesso às necessidades básicas de saúde, educação e lazer que muitos jovens no Brasil não têm. Neste caso, o convite do tráfico para participar de um grupo que o protege e ao mesmo tempo lhe possibilite ter o que não alcançaria por outros meios, torna o mercado ilegal de drogas uma atividade que chama a atenção e traz realização pessoal para estes jovens. Infelizmente as leis ainda escolhem a opção da repressão, pois os legisladores creem que tem resultado imediato, mas que em longo prazo apenas possibilita sobrecarga do sistema judiciário e prisional.

Como já dito anteriormente, os policiais que estão classificados nesta categoria já apresentam uma noção clara de que a questão das drogas é complexa, seja ela quando falamos do usuário ou do tráfico com a utilização de crianças e adolescentes. Até o momento o sistema judiciário e as forças de segurança pública como hoje se configuram, têm demonstrado ineficácia para dar conta de tamanha complexidade. Outro fator a considerar é que o crescimento populacional das cidades de forma desordenada favorece a concentração de pessoas em locais sem infraestrutura suficiente e com pouca presença do Estado. Neste caso, facilita que o poder paralelo do tráfico

se estabeleça com maior rapidez por não necessitar se submeter aos protocolos ao qual o Estado está obrigado.

Em ronda de rotina policial encontra alunos usando maconha. Foram abordados e encaminhados à direção escolar. Foi informado o fato aos pais e encaminhados os jovens para a delegacia. O policial entende que a droga é uma busca de prazer para amenizar o sofrimento causado pelo consumismo, competitividade e individualismo. Entende que é papel da família mediar a entrada do sujeito na sociedade, por isto a importância da família no contexto onde o jovem está inserido. (Resumo do relato). **(13)**

No relato acima é possível perceber a preocupação do policial e o seu entendimento de que a droga é uma busca humana por prazer e ele destaca o papel da família na inserção do jovem na sociedade.

No entanto, quando o policial tenta entender o contexto do jovem para ajudá-lo, se depara com um dos grandes problemas sociais atuais que é a incapacidade que os governos têm de controlar a demanda e o tráfico de drogas em todos os níveis. O crime organizado é altamente eficaz em suas empreitadas e deixa a desejar todas as ações governamentais para combatê-lo. É um negócio muito rentável e consegue recrutar diversos setores sociais para sua causa com a utilização de redes e envolvendo muitos em casos de corrupção e de compra e venda de favores. Estes fatores por si só chamam a atenção do adolescente que percebe esta movimentação e vê nele uma possibilidade de pertencimento a uma rede poderosa na qual terá reconhecimento dos pares e da comunidade. É uma falsa sensação de segurança, mas que para eles é significativa no momento de vida pelo qual estão passando.

Policial recebe a denúncia de adolescente vendendo drogas na escola. Após confirmação do fato, encaminha o jovem à delegacia para providências. Considera que a questão das drogas é um problema social e que deveria ser resolvido pelos diversos setores da sociedade como: escola, pais e conselho tutelar, dentre outros. A condução à delegacia deveria ter o cunho apenas de reflexão sobre os atos da criança que comete tais atos infracionais, mas o mais importante seria desenvolvimento de programas que tirassem as crianças das ruas desse emprego e formas de ganhar dinheiro honestamente. Não acredita a condução à delegacia resolva o problema, mas que a delegacia deveria ser uma maneira para que a criança e adolescente refletissem sobre seus atos. (Resumo do relato). **(41)**

A ideia exposta no relato acima, se coloca em uma perspectiva de rede social. Este policial apresenta a proposta de uma interação entre diversos setores para o bem

comum. Para ele a condução à delegacia seria considerada o último recurso contanto que houvesse algum programa que tirasse as crianças das ruas, desse emprego e formas de ganhar dinheiro honestamente dificultando o aliciamento por parte do tráfico de drogas da região.

Percebe-se o sofrimento dos policiais por não estarem presentes em todos os momentos da vida dos jovens e sentem que com isto, quando estão ausentes, é a possibilidade que o tráfico tem para aliciar seja para o uso ou para o trabalho. Em outros momentos, contudo, se revoltam com as leis que consideram brandas e não possibilitam a punição suficiente para que tenha o efeito desejado. Os jovens são apreendidos e por conta da lei são liberados. Isto dá aos jovens a sensação de poder e impunidade frente as normas.

O policial foi chamado à escola por denúncia de tráfico por parte de alguns alunos. Detectou a veracidade dos fatos e chamou os pais dos alunos e encaminhou todos para a delegacia. Entende que deveria haver uma cartilha feita pelos juízes e que lhe dava a possibilidade de, a partir dela, aplicar penas alternativas aos jovens infratores. Entende que um conselho escolar composto por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais poderia deixar para os policiais apenas assuntos que realmente são da função da polícia. Dessa forma, entende que deve haver distinção dos papéis dentro do âmbito escolar. (Resumo do relato). (08)

O caso acima pode ser considerado interessante e inusitado, pois o policial gostaria de aplicação de penas de forma imediata sem passar por todo processo legal. Neste caso, entende-se que agilizaria o seu trabalho. Tenta fazer uma distinção entre o trabalho da polícia e dos educadores e psicólogos da escola entendendo que algumas vezes as demandas escolares fazem com que adentrem na função que não é sua. Portanto, cobra uma distinção de papéis e que atuem apenas em casos de polícia.

Nada mais justo e indicado que ocorra no âmbito escolar. A mistura de papéis dentro das escolas dificulta até mesmo para o adolescente que fica sem saber a quem se reportar. O trabalho dos educadores se torna fragilizado e com a sensação de que seu papel não existe mais e que tudo que acontece na escola deve ser resolvido pela polícia. As questões pedagógicas e de cunho psicológico perdem lugar para o trabalho policial que na maioria das vezes é demandado para reprimir e não para educar. Neste caso, podemos perceber que o policial reclama exatamente disto. Observou-se que em algumas situações as questões poderiam ser resolvidas pelos profissionais da educação

sem envolvimento da polícia no caso.

Havia na sala de aula um aluno que era traficante e usuário de crack e cocaína. Estava na sala por determinação judicial, mas o policial considera que ele não deveria permanecer por influenciar outros alunos ao uso. Houve intervenção do Ministério Público para retirar o aluno, pois este fazia uso de drogas constantemente na escola. O policial considera que quando o jovem é considerado viciado não deve mais permanecer em sala de aula, pois *“não tem mais nada a aprender e deve ser levado para tratamento”*. Na concepção do policial, o aluno que é por ele considerado viciado, já tem muita experiência e se torna ameaçador do seu conhecimento e estes são casos irreversíveis. Portanto, os aplicadores da lei deveriam ir à sala de aula e ver que os danos para estes alunos são irreversíveis e trazem prejuízos aos demais, pois as roupas que usam que são caras que usam chamam a atenção dos outros jovens. (Resumo do relato). (20)

Como já foi mencionado diversas vezes neste trabalho, a complexidade que envolve o tema drogas é muito grande. Chega ao ponto de alguns que atuam nesta área desanimarem e por vezes questionarem se realmente há solução ou que estão apenas trabalhando em vão. Este é o caso descrito acima. Para piorar a situação, o policial considera que nestes casos o aluno deve ser afastado dos demais. Dá a sensação de que ser usuário de drogas é uma doença contagiosa que o contato por si só pode corromper os demais alunos.

Fica claro que o policial via o adolescente como uma ameaça, primeiro, ameaçava seu conhecimento como instrutor do PROERD, pois considerava que a experiência do jovem era suficiente para questioná-lo quanto à veracidade do que dizia nas suas aulas; e por outro lado era uma ameaça para os demais alunos como uma má influência. Juntamente com representantes da escola, se mobilizaram e acionaram o Ministério Público solicitando a retirada daquele aluno por considerá-lo um caso *“irrecuperável”* por ser viciado e que não tinha mais nada a aprender em sala de aula e que agora sua saída seria apenas o tratamento.

Neste caso, o policial ainda sugere que os aplicadores da lei (juízes) deveriam ir à sala de aula e ver os danos que estes alunos causam e como a situação deles é irreversível. Além disto, consideram que os alunos envolvidos com uso e tráfico de drogas trazem prejuízos aos demais, pois as roupas que usam são caras e chamam a atenção dos outros jovens, têm atitudes mais *“descoladas”* e são considerados pelos outros alunos no ambiente escolar por confrontarem as leis e normas.

Outros alunos denunciam que colega estava com cigarro de papel fumando, mas quando o policial vai averiguar percebe que é um cigarro de maconha. O jovem é encaminhado à delegacia e é solicitada a presença dos pais (somente o pai comparece). Considera que também é seu papel conversar com o aluno para entender o que está ocorrendo, pois entende que além de medidas sócio educativas deve haver também acompanhamento psicológico. (Resumo do relato). (25)

Apesar de nesta categoria haver muitos casos em que policias buscam a aplicação imediata da lei, por considerarmos uma categoria de transição, vê-se muitos policiais que gostariam de entender mais o jovem, ter mais possibilidade de dialogar com eles e poder ajudá-los a fazerem melhores escolhas. Isto é que ocorre no relato acima onde muitos policiais já têm compreensão de que alguns adolescentes necessitam de acompanhamento psicológico além de medidas sócio educativas e que o papel do policial também é o de diálogo para que haja empatia e confiança. Isto seria imprescindível para que seu trabalho pudesse ser desempenhado com melhores resultados.

CATEGORIA (III) ó Policial Cuidador

Os policiais classificados nesta categoria apresentam uma postura bem diferenciada dos demais. Eles entendem que seu papel extrapola aquele definido pelas leis e apesar de saberem da necessidade de aplicação destas, tentam aplicá-la dando-lhes sentido, ou seja, quando da aplicação da lei há tentativa de diálogo e entendimento da situação pela qual a criança ou adolescente estão passando. Para tanto, procuram conhecer mais o contexto familiar, os conflitos do jovem e os fatores que podem estar influenciando no envolvimento deles com as drogas.

Pensando na ideia de evolução do paradigma em relação ao jovem envolvido com drogas, percebe-se que os policiais desta categoria começam a entender que a repressão por si só não resolve o problema e que por vezes gera um ciclo vicioso. Alguns buscam parceria na escola, na família, na comunidade, nos demais órgãos de apoio e por vezes por sua conta e risco tentam ajudar crianças e adolescentes a saírem da situação de uso ou tráfico de drogas.

Por ter uma grande quantidade de policiais nela classificados, foi necessário dividi-la em quatro subcategorias para ser analisada de forma mais detalhada. Primeiramente foram separados os policiais que atuam em parceria com a escola; depois aqueles que buscam auxílio na família, sendo apresentados os que se revoltam quando a família não se envolve; tem-se outra subcategoria que é a dos policiais que procuram atuar em rede de apoio; e por fim aqueles policiais que, por diversos motivos, optam por atuar sozinhos.

Subcategoria (IIIa) ó Policial que busca parceria com a escola

Os policiais aqui colocados procuram atuar em parceria com a escola e acreditam que seu papel é também pedagógico. Na maioria dos relatos é possível observar que eles buscam diálogo com as crianças e adolescentes diretamente, instruindo e dando exemplos de resultados ruins ocorridos com jovens usuários de drogas e traficantes. Em especial nesta subcategoria, é possível analisar relatos de policiais que em seu diálogo com os alunos procuram não trabalhar de maneira isolada, ou seja, tem como parceiros a instituição de ensino à qual o jovem está vinculado.

Isto pode ser visto no relato abaixo:

Policial foi chamado para procurar alunos que haviam furtado bicicleta na escola para pagamento de dívida com drogas. Quando encontraram os alunos já haviam vendido a bicicleta e o policial encaminhou todos à delegacia, onde o pai assinou termo circunstanciado e a escola suspendeu os alunos. O policial considera que a atitude que tomou fez com que os alunos refletissem seu ato. Considera que o seu papel é o de fazer com que os jovens tivessem encontro com a lei, pois se envolver com drogas os levaria a isto e com esta atitude demonstrou que o crime não compensa e que se envolver com drogas lhes trará consequências como o confronto com a lei, a família e a escola. (Resumo do relato). (18)

Em muitos dos relatos da situação-problema se pode ver que a escola envolvida na situação sentia-se acuada e apelava aos policiais, sejam eles do PROERD ou não para atenderem demandas diversas. Essas demandas iam desde o aluno que adentrava na sala de aula ou escola com bebida alcoólica ao que era flagrado traficando. Diante de qualquer dessas demandas os policiais se prontificavam a atuar de maneira a auxiliar o corpo pedagógico da escola. Parte do seu trabalho era feito com a promoção de palestras

informativas tanto para alunos quanto para os pais e responsáveis.

O policial relata um fato que ocorreu com ele em que foi possível usar a estratégia de palestra como forma de atingir os jovens e falar da prevenção sobre drogas. Veja abaixo:

Havia na escola um aluno indisciplinado e repetente que fez gerar uma demanda por palestras instrutivas com relação às drogas. Depois destas palestras houve pequena melhora com relação ao aluno. O policial percebeu a partir das palestras oferecidas que o aluno quer ser ouvido, mas não consegue isso e apesar de requerer a disciplina não tem quem a imponha. Considera que *as mudanças nos formatos familiares com muitas mães solteiras* faz com que a responsabilidade pela educação dos filhos fique por conta da escola. O policial entende que a rebeldia do aluno é uma tentativa de ser ouvido, mas não consegue; busca a disciplina, mas não há quem a imponha. Apesar das dificuldades destas mães o policial ainda percebe que é responsabilidade da família a educação dos filhos. (Resumo nosso do relato). (12)

O caso acima demonstrado deflagrou imediatamente a demanda por palestras informativas na escola. Pelo relato deste e de outros policiais, observou-se que poucas vezes questionam a efetividade deste método (palestras) e se dispõem prontamente a estarem junto com a escola, seja no cuidado com o aluno, seja no trato com os pais.

Os policiais que atuam em parceria com a escola e entendem que seu papel é o de orientar os alunos sobre o uso de drogas, passam por diversas situações como em um caso relatado em que havia uma festa junina na escola e alguns alunos adentraram portando bebida alcoólica. Este fato foi percebido pela direção da escola e automaticamente acionado o policial que estava presente. O policial sentiu-se na obrigação de abordar estes alunos e verificar a veracidade dos fatos.

É interessante o caso acima citado, pois o policial faz questão de frisar que mesmo os jovens já sendo maiores de idade é seu papel ajudar a escola e entrar em contato com os pais para que estes sejam informados das atitudes dos filhos no ambiente escolar. Contudo, independente da orientação dada aos alunos, a maioria dos policiais não considera que devam ser deixadas para segundo plano as punições necessárias e cabíveis nos mais diversos casos.

Policiais recebem a denúncia de que aluno estava usando e portando drogas na escola. Foram chamados para fazer uma revista, mas nada foi encontrado. Aproveitaram para conversar com o aluno e souberam por ele que tinha procurado um posto de saúde a fim de tratamento. Pediram

que o aluno informasse isto aos pais. Os pais foram chamados e juntamente com a direção fizeram o acompanhamento do jovem. O policial considera que é seu papel acompanhar o desenrolar dos acontecimentos e acompanhar o desenvolvimento do aluno após a ocorrência. O papel do policial passa também pelo diálogo para entender o que está acontecendo com o aluno. Seu papel também é o de dar apoio aos pais para que estes saibam que podem contar com a polícia para lhes informar o que acontece com seus filhos. Seu papel também seria de entender e fazer parte da comunidade para acompanhar de perto o desempenho dos alunos e corrigir as atitudes caso considere necessário. (Resumo do relato). (26)

O relato acima foi bem elucidativo sobre os policiais desta categoria (cuidadores). Estes policiais não deixam de executar suas atribuições legais, mas quando as realizam fazem com que tenham sentido para o jovem. Buscam dialogar com eles. Procuram encontrar saídas. Percebeu-se que estes policiais entendem que o tratamento é necessário, mas o jovem necessita ainda de apoio e trabalho em rede. São policiais que estão dispostos a trabalhar o tema das drogas com as famílias abertamente a partir de demandas da escola. Neste caso acima se pode observar a preocupação do policial com o bem-estar do adolescente e o cuidado para condução do caso, desde o encaminhamento aos órgãos responsáveis, contato com os pais, até indicação e condução para tratamento.

Como foi dito na descrição da categoria, alguns destes policiais extrapolam até sua função constitucional para atuar efetiva e afetivamente com estes jovens. Não se percebem como fora do contexto, mas gostariam de ser parte integrante da comunidade para introjetar as suas dificuldades sociais e a partir daí poderem entender e ajudar mais. Observa-se que estes policiais são muito otimistas com relação ao jovem e conseguem de alguma forma manter uma relação com eles impondo respeito. Fazem o máximo que podem para tratá-los como sujeitos responsáveis por escolhas e tentam mostrar algumas outras opções às drogas.

Outro relato que confirma o acima exposto é o que se segue:

Aluna chega em casa embriagada e informa aos pais que estava em uma festa promovida pela escola. Pais enfurecidos foram à escola tirar satisfação e ficaram sabendo que a filha estava matando aula com amigos e bebendo fora da escola. Este fato fez com que marcassem algumas palestras a serem ministradas pelo policial sobre os malefícios das drogas para os alunos daquela escola. Para este policial, prestar apoio àquela família e à escola pôde evitar males maiores, pois aquela criança poderia *abandonar a escola e até mesmo se prostituir*. O

policial entende que seu papel é proteger a criança e dá-lhes informações sobre os malefícios das drogas. O seu papel passa por estar presente na escola para tentar amenizar os problemas com drogas e fazer com que os temas sejam explorados a partir de situações corriqueiras. (Resumo do relato). (52)

Mais uma vez foi possível perceber a preocupação deste policial com o bem estar desta jovem e a tentativa de apoiar a escola e a família, mas ao mesmo tempo tentando aproximação e empatia com a aluna sem perder a postura e autoridade de policial. Assim ocorre no relato abaixo descrito no qual o policial nos coloca a necessidade de parceria com a escola e acompanhamento constante do aluno até que adquirisse confiança. Porém, o que mais chama a atenção neste relato é o seu final, pois o policial sai de cena e deixa aos cuidados da escola o acompanhamento do aluno após entender que já havia exercido sua função.

Aluno que era agressivo e tinha histórico familiar de envolvimento com drogas e que relatava também ser usuário. A escola e o policial começaram a fazer acompanhamento mais de perto do aluno. Com o tempo começaram a ganhar a confiança do estudante e houve melhora no comportamento passando a ser acompanhado apenas pelos profissionais da escola. (Resumo do relato). (67)

Várias são as dificuldades encontradas pelos policiais quando atuam nas instituições de ensino. Muitas vezes apenas sua presença já resolve a situação, em outros casos é necessário que atue energicamente. No caso desta categoria é perceptível que os policiais apresentaram mais habilidade para lidar com os conflitos envolvendo família, escola e aluno. Veja o exemplo a seguir para ficar mais claro:

Policial chamado pela vice-diretora da escola para intermediar uma conversa que teria com pais de um aluno que era usuário e os pais também eram. Os pais estavam agredindo verbalmente a vice-diretora da escola e o policial teve de intervir usando sua autoridade. Após algum tempo de conversa convenceu os pais dos erros deles e fizeram um acordo de que todos melhorariam a comunicação entre aluno, pais e escola. Dias depois percebeu a melhora no comportamento do aluno e este continuava abstinente. O policial encontrou o pai do aluno em outro local e este estava feliz por ter estruturado uma escola de dança de rua para as crianças do bairro. O policial acredita no seu papel mediador de conflitos entre escola, pais e alunos. (Resumo do relato). (71)

Neste caso é possível observar que o policial além de mediador do conflito ainda se preocupa em entrar em contato com o pai do aluno em outra ocasião com o intuito de

acompanhar o caso. Fica sabendo da felicidade daquele pai por ter conseguido criar uma escola de dança de rua no bairro, além de perceber a melhora significativa no comportamento do aluno a partir da sua intervenção. De alguma forma conseguiu mediar e impor ordem e respeito no ambiente escolar.

Subcategoria (IIIb) ó Policial que busca parceria com a família

Nesta subcategoria foram selecionados os policiais que procuram também, assim como na categoria anterior, trabalhar com o aluno as questões relacionadas às drogas, prestando informações e tentando dialogar mais diretamente com o jovem. Porém, fica mais claro que aqui os policiais ao desenvolverem esta atividade buscam ajuda e parceria com a família.

Nos relatos descritos, os policiais se remetem aos jovens, independente da droga que usem, e depois buscam com os pais ajuda para cuidar dos filhos. Neste caso entende-se que o policial se vê no papel de intermediador entre o jovem e a família e entre a família e outras instituições que podem ajudar a criança ou adolescente a interromper o uso de drogas.

Criança de oito anos que fumava cigarro com a convivência dos pais fez com que o policial sentisse a necessidade de criar um trabalho especial para os pais, pois tudo que ensinava na escola era desfeito quando o aluno chegava em casa. O policial procura meios para fazer com que as suas instruções sejam seguidas, mesmo que isto signifique invadir a particularidade da família. Vê como papel do policial detectar a necessidade de acompanhamento familiar, servindo como mediador entre a família, escola e aluno para formação da rede de apoio. (Resumo do relato). (14)

Ao ler os relatos da pesquisa encontra-se casos interessantes como este acima. Neste caso foi necessário que o policial intervisse no sentido de fazer os pais entenderem os prejuízos causados pela substância principalmente para a saúde de uma criança.

Policial é chamado para revistar aluno que foi flagrado pelo diretor da escola usando maconha. Foi encontrada uma quantidade de droga no bolso do aluno e conduzido à delegacia. Por alguns dias o policial acompanha o sofrimento daquela família e encontra o pai do adolescente e recebe informações de que o aluno está usando ainda mais drogas. Esperava que depois de

tudo que fizeram o jovem interrompesse o uso. Neste caso, culpa a condição de alcoolista dos pais pelos problemas com drogas do filho. Entende ser necessário o envolvimento da rede de apoio para que as intervenções surtam efeito. Esta rede de apoio deve contar com a presença da família, conselhos tutelares, segurança pública e saúde. (Resumo do relato). (15)

Este exemplo acima citado também se parece muito com seu anterior, pois o policial procura acompanhar o desenrolar da situação que conduziu. Fica claro na pesquisa que este policial se coloca como cuidador do jovem e muitas vezes em substituição procura informações posteriormente para fortalecer sua sensação de ter ajudado o jovem a interromper o uso de drogas. São policiais que têm grande afinidade com as famílias dos jovens e tentam manter um contato próximo para que haja uma troca de informações e também ajuda mútua.

No mesmo sentido de relatos anteriores, existem outros nos quais o policial consegue perceber o desconhecimento das famílias sobre a gravidade do uso de drogas mesmo que lícitas em casa.

Em comunidades em que o uso de álcool por crianças e adolescentes é mais aceito pelas famílias o papel do policial é o de instruir sobre os malefícios que a drogas causa no organismo e ao mesmo tempo despertar confiança dos jovens nos instrutores das palestras. O policial considera importante como papel acompanhar o cotidiano dos jovens, pois enquanto estão sob sua tutela são aceitas suas instruções, mas quando perdem o contato no cotidiano não há continuidade. Tem como papel mostrar que o crime não compensa. O policial tem como papel entender a realidade dos jovens para encontrar soluções saudáveis, mas a desestrutura familiar dificulta o desenvolvimento dos adolescentes. O seu papel também passa pelo controle do que o jovem está fazendo dentro e fora da escola. (Resumo nosso do relato). (Resumo do relato). (19)

Outro relato interessante foi o de um policial que fica sabendo do assassinato de um aluno por conta de dívidas com traficantes. Neste caso houve uma grande comoção na comunidade e o policial sente-se fragilizado diante da situação e lamenta não ter conseguido mostrar para aquele jovem alternativas melhores. Neste caso, o policial considera que seu papel envolve também estar presente e dirigir o jovem a outras possibilidades e soluções saudáveis. Ele se sente responsável também pelo destino a que chegou o adolescente. Sente-se culpado por não ter se aproximado mais da família e comunidade.

Aluno exibicionista e que convida outros alunos a fazerem uso de drogas. O policial resolveu

intervir e chamar os pais do aluno e em conversa com eles tentar convencê-los de que devem educar o filho dando menos valor aos bens materiais e pediu para que ficassem atentos aos comportamentos do filho. Considera que seu papel é o de mobilizar a família sempre que perceber algo de estranho com o aluno para possam refletir em suas atitudes e ainda intervir no âmbito familiar dando sugestões de como educar os filhos. (Resumo do relato). (46)

Este é um de muitos relatos em que os policiais desta subcategoria aparecem apoiando a família e, além disto, tentam se aproximar mais ainda tentando instruí-la até mesmo na educação dos jovens. Em certo ponto percebem que estão invadindo a privacidade e autonomia da família na educação dos filhos, mas entendem que é por um bem maior. Estes policiais têm preocupação e cuidado muito grande com os jovens. Nos seus relatos, dizem constantemente que o mais importante em tudo que fazem é manter crianças e adolescentes seguros e longe das drogas. Isto para eles é gratificante e em muitos casos abrem mão do seu horário de folga para estarem com estes jovens seja ministrando palestras ou visitando as famílias.

O policial recebe uma mãe desesperada porque o filho usa drogas e não sabia o que fazer. A partir de uma conversa conjunta com a direção da escola descobriram que a mãe saía para trabalhar e deixava os filhos sozinhos em casa. A partir de sua orientação e da escola o jovem que já havia experimentado parou de usar drogas. O policial entende que seu papel também é o de confidente das aflições de uma mãe que não saiba o que fazer porque seu filho é usuário de drogas. (Resumo do relato). (57)

Alguns policiais desenvolvem afinidade com as famílias dos alunos da escola e se tornam referência quando os pais estão aflitos principalmente ao saberem que os filhos estão usando drogas. Este caso acima consegue exemplificar muito bem isto. Os policiais acabam tendo grandes oportunidades de receberem demandas dos pais para ajudar e ainda acompanhar os filhos no cotidiano, pois muitos pais precisam sair para trabalhar e os jovens ficam sozinhos em casa. Neste caso, o policial estando ciente dos fatos pode observar de perto o aluno para evitar que sejam aliciados por traficantes.

Policial chamado para participar como testemunha de uma reunião entre a direção da escola e uma mãe de aluno que era suspeito de uso de drogas e envolvimento com diversos furtos. A mãe ficou muito estressada com a diretora da escola e disse que se ela tinha pena do filho que pegasse para ela. Era uma criança que tinha o pai preso e a mãe saía para trabalhar e deixava-o e o outro irmão sozinho em casa. Depois de um acordo entre as partes o aluno aceitou tratamento e atualmente não usa drogas e ajuda outros a sair do vício. Policial lamenta que o irmão do aluno tenha abandonado o tratamento. Considera que o papel do policial passa

também em confiar e não desistir do aluno e acreditar em sua recuperação e superação. (Resumo do relato). (45)

Um caso emblemático para esta categoria, pois depois de horas de negociações conseguiram convencer a família a investir emocionalmente na criança e esta aceitou tratamento. O policial, neste caso, colocou-se no papel de interlocutor e mediador deste conflito e sentiu-se gratificado por perceber a mudança de comportamento do aluno durante o restante do ano, apesar de o outro jovem da família ter abandonado o tratamento.

Nem tudo são flores no exercício desta função de cuidador. Alguns policiais tentam chamar atenção da família para a situação do filho seja por que traficou ou uso, mas às vezes não conseguem. A família até aparece para conversar, mas não dá muita atenção ou não acredita nas observações que o policial faz. Neste caso abaixo citado, o policial apesar de observar e alertar a família não consegue convencê-la de que algo estava errado e o filho acaba apreendido. Talvez por coincidência, mas o policial por observar de perto o jovem pode também ter tido oportunidade de apreendê-lo em flagrante por tráfico de drogas.

Aluno que tem mudança repentina de comportamento, atitudes, vestimentas, falta aulas, enfrenta professores e apresenta vários problemas na escola e chama a atenção do policial. Este convoca a mãe para conversar, mas ela não admitiu que houvesse qualquer problema. Dias depois o mesmo policial que tentou orientar a mãe e o aluno o apreende por tráfico de drogas (Resumo do relato). (58)

Não é somente o caso acima que nos chama atenção e incomoda os policiais desta subcategoria. Vê-se o caso dos policiais que convocam as famílias e estas não comparecem, outras fazem questão de dizer que já desistiram do jovem, outras passam a responsabilidade para a escola e não querem se engajar no cuidado com os filhos.

É possível considerar que esta categoria é um complemento da anterior. Foram encontrados na pesquisa diversos policiais que se sentem frustrados por tentarem ajudar os jovens e encontrarem impedimentos dentro do próprio contexto familiar. Neste caso, sentem-se invasores do ambiente e da cultura daquela família, mas ao mesmo tempo têm receio de tomarem as devidas providências legais e piorar ainda mais a situação daquelas crianças e/ou adolescentes.

Nos relatos destes policiais fica clara a necessidade que têm de entender o que acontece com os pais por permitirem que os filhos cheguem nesta condição de usuário ou traficante e a família não tomar qualquer atitude para impedir.

Nestes relatos que geraram esta categoria é possível falar também daqueles policiais que ficam revoltados com as desigualdades sociais. Eles trazem o quanto é difícil lidar com estas famílias e saber que muitas delas realmente não têm condições financeiras para dispor de cuidados melhores para com os filhos. Boa parte dos jovens destes relatos são filhos de pais presos, usuários ou traficantes e que as mães têm de deixá-los sozinhos em casa para trabalhar. Alguns policiais chegam a apresentar desânimo nestas circunstâncias por não verem outras oportunidades para estes jovens completamente abandonados pelo Estado e pelos pais.

Subcategoria (IIIc) ó Policial que busca parceria com a rede de apoio

Nesta categoria temos policiais que não atuam em parceria simplesmente com a escola ou família, estes tentam encontrar parceria na comunidade, conselho tutelar e outros órgãos que possam dar apoio e ajuda no cuidado às crianças e adolescentes. Como estes policiais se sentem no papel de apoio e cunho pedagógico, na maioria das vezes apelam para estes órgãos como última opção ou numa tentativa de um trabalho em conjunto para ajudar o jovem.

Na realidade estes policiais acabam desempenhando o papel de cuidador e mediador dos conflitos entre escola, família, jovens e outras instituições.

Algumas vezes estes policiais acionam por si mesmos os órgãos competentes, mas em outras ocasiões orientam para que a direção da escola faça isso. Foi encontrado um relato que chama a atenção ao se pensar em contatos em rede e de disponibilidade para atendimento imediato quando se trata de crianças e adolescentes. Uma determinada escola solicitou a presença do conselho tutelar, mas este se negou a comparecer. Neste caso, o policial realizando o papel de mediação e utilizando da autoridade da função de policial consegue fazer que os representantes do conselho compareçam e desempenhem seu papel. Este ato foi interessante e chama atenção pelo fato de que constantemente os

conselheiros tutelares são instruídos e sabem das dificuldades que as escolas passam e mesmo assim foi necessário o policial intervir. O policial sentiu-se gratificado por poder ajudar e saber que sua atuação naquele momento foi de extrema importância para o caso.

O policial se depara com uma escola com grande concentração dos alunos e pequeno efetivo de policiais. Isto favorece o uso de drogas nos arredores ou dentro da instituição e estimula outros a usar. O policial considera que seu papel é o de organizar e participar de conselhos comunitários como mediadores de conflitos e com vistas à prevenção, pois falta consciência para os jovens que são usuários e influenciam outros. (Resumo do relato). (17)

Neste relato fica visível a disponibilidade do policial para se envolver em atividades preventivas. Apesar de reconhecer as dificuldades relacionadas ao efetivo policial na escola, percebe que com atividades preventivas poderiam atingir maior quantidade de alunos ao invés de ficar vigiando-os individualmente. No relato deste policial fica claro que ele sabe da situação de risco pela qual o jovem está passando e de sua fragilidade para ser influenciado por outros no ambiente escolar. Por isto, tenta encontrar meios para se adiantar ao traficante e dar oportunidades de reflexão naquele ambiente.

Alunos saíam da escola para usar álcool, maconha e crack. A PM foi chamada para verificar a veracidade dos fatos e o dono do estabelecimento levado à delegacia. O policial gostaria que a escola contasse mais com o apoio da comunidade e também a apoiasse na busca de soluções. Acredita que é papel do policial encontrar soluções juntamente com a escola e a comunidade para os problemas que envolvem drogas no ambiente escolar. Não acredita que é apenas papel da polícia cuidar dos alunos que saem da escola para usar drogas. Considera questões pedagógica e social também. (Resumo do relato). (78)

Alguns policiais percebem e relatam que é árdua a atividade e sentem dificuldade em ajudar os jovens vendo que a situação é tão grave que somente conseguirão procurando apoio comunitário. Na maioria das vezes eles conseguem, mas nem sempre o apoio se mantém por muito tempo.

Nestes relatos percebe-se a dedicação de alguns policiais e a frustração em perceber que alguns programas são criados em parceria com a polícia e comunidade, mas são abandonados sem qualquer justificativa para a população ou para os próprios policiais que se dedicam e se vinculam emocionalmente aos jovens. Estes fatos deixam

alguns policiais atônitos e revoltados com a condição à qual alguns jovens estão submetidos e sem ajuda, pois a família por vezes não dá mais conta e o Estado não dá continuidade nos programas propostos nem mesmo com apoio de que necessitam.

Relato sobre um aluno que tem o pai presidiário e a mãe coloca os filhos para pedirem esmolas na rua. Um dia a criança chegou com sinais de ter usado drogas. O policial chamou o conselho tutelar e tomou as providências cabíveis, mas se revolta ao saber que a criança ainda está na mesma situação de abandono. Acredita que o mais correto seria o encaminhamento para tratamento e internação do menor. Acredita que seu papel é conhecer os alunos e seus problemas para poder protegê-los até mesmo dos pais. Tem o papel de ficar atento ao comportamento dos alunos. (Resumo do relato). (44)

O conflito e aflição destes policiais são diários e constantemente lidam com alunos envolvidos com o uso ou tráfico de drogas, mas sentem a necessidade de apoio familiar e da comunidade, pois algumas crianças e adolescentes vivem em situação de abandono aumentando ainda mais sua situação de risco. Em alguns casos estes policiais fazem a denúncia sabendo que devem proteger estes jovens dos próprios pais que os explora, mas sem o apoio comunitário não há denúncia e eles (policiais) não conseguem acompanhar todos os casos.

Subcategoria (IIIId) ó Policial que trabalha de forma isolada

Nesta subcategoria não se vislumbrou muita diferença com relação às demais no sentido de serem cuidadores, mas os policiais aqui classificados tentam encontrar meios para ajudar e orientar os jovens de forma isolada. Os policiais sentem-se na incumbência de ajudar a criança e o adolescente, mas não buscam ajuda na escola, na família ou na rede de apoio. Por sua conta e risco fazem orientações aos alunos sobre drogas. Percebe-se que em algumas situações flagrantes ou para as quais poderiam se enquadrar nas normas da escola ou da lei, estes policiais preferem manter o diálogo com o aluno sem levar o fato ao conhecimento das demais autoridades escolares, de segurança ou mesmo da família.

Os policiais que atuam desta forma, em sua maioria, relatam que estão tentando adquirir confiança dos jovens e entendem que a partir do momento que houver um respeito mútuo o jovem terá condições para escolhas mais acertadas. Neste caso, eles

apostam no bom senso do jovem e não se entendem no papel de mediador, mas sim de orientadores, fiscalizadores e pedagogos.

Policiais classificados nesta subcategoria também não fazem distinção do dia em que estão à serviço ou não. Muitos disponibilizam seu horário livre para realização de palestra nas escolas e na comunidade. Em adição a isto, existem outros que mesmo não tendo esta obrigação procuram acompanhar os jovens fora da escola e muitas vezes fazem isto fora do horário de trabalho, como é o caso abaixo:

Policial é informado que tem alunos usando cigarro nos intervalos das aulas. Mesmo no seu dia de folga resolve fazer uma visita inopinada para flagrar os adolescentes. Efetuado o flagrante chamou o conselho tutelar. Entende que seu papel é o de estar presente na escola independente do horário de trabalho. Considera que seu papel é o de fiscalizador dos alunos e deve cobrar e vigiar para que os fatos não se repitam. Acredita que tomar estas atitudes é uma forma de inibir reincidências. Agindo desta forma está prevenindo o uso de drogas na escola. (Resumo do relato). **(10)**

O exemplo abaixo relatado é um caso emblemático em que alguns policiais colocam-se na condição de terapeuta dos jovens e muitos deles lhes trazem as dificuldades cotidianas e em alguns casos os policiais chegam a intervir com estes jovens buscando ajuda e tratamento especializado.

Professora foi agredida em sala de aula após tentar conversar com aluno sob efeito de drogas. O policial conteve o aluno e após o efeito da droga conversou com ele e descobriu que o pai do aluno é alcoolista e que o agride. O aluno iniciou o uso de crack para disfarçar as agressões. Considera que seu papel é se tornar confidente do aluno para conhecê-lo melhor. Ao dar apoio o policial considera que seu papel é o de deixar vir conteúdos psicológicos para discussão. (Resumo do relato). **(22)**

Outro caso muito parecido com o anterior é o que segue:

Policial que tem notícia de um aluno que simula cheirar cocaína na sala de aula é chamada para intervir. O caso foi levado à direção da escola e os pais foram chamados. A partir de conversa informal com o aluno percebeu que este fica muito tempo sozinho por conta do trabalho dos pais e que este ato dele é para chamar a atenção. Neste caso o papel da policial foi de conversar com o aluno e tentar encontrar a motivação para o seu comportamento. Tem também o papel de cobrar dos pais mais comprometimento com as necessidades do filho. Depois do caso concluído cabe também ao policial continuar acompanhando o caso de perto para observar melhoras ou não. (Resumo do relato). **(24)**

Nos dois casos acima o envolvimento emocional dos policiais com o caso é evidente. Sentem-se na obrigação de dar proteção e escuta ao jovem. Mesmo tendo pouco ou nenhum conhecimento de psicologia tentam entender a motivação dos comportamentos da criança ou adolescente para inferir o que o leva a usar drogas. Na maioria das vezes interpretam as ações das crianças e adolescentes como dificuldade de relacionamento familiar principalmente motivado pelo afastamento dos pais de suas residências para trabalhar.

Policial pede que os alunos façam uma redação com o tema drogas e um dos alunos coloca na redação que a mãe o incentiva a usar maconha e que ele já se envolveu com o tráfico de drogas da região, mas que agora estava abstinente e tem de se manter em endereço desconhecido. O policial resolveu conversar com o aluno e ficou sabendo que o conteúdo da carta era verdadeiro e quis que o aluno contasse para a coordenação da escola o que acontecia com ele. Como não tomou iniciativa o policial levou o caso à direção que agora entendia o mau comportamento e as notas ruins do aluno. Na formatura apresentou o texto do aluno para ser premiado como uma forma de incentivo. Depois disso o comportamento e as notas do aluno melhoraram. O policial entende que seu papel é o de observar e ouvir o educando quando perceber algo estranho. Tem o papel de orientar que o aluno leve suas dificuldades para a coordenação para que esta possa ajudá-lo. Percebe que o seu papel também passa pela iniciativa própria quando houver um estudante que não informar à direção da escola que tem problemas envolvendo drogas o policial deve tomar essa iniciativa. (Resumo do relato). **(68)**

Este caso também serviu para exemplificar o que já foi dito sobre os policiais que tentam atuar como terapeutas. Neste caso em especial, o aluno encontrou na carta uma forma de denunciar o que se passava em sua casa. Apesar de o policial não ser o terapeuta efetivo do jovem, procurou orientá-lo e tentou de alguma forma incentivá-lo pela iniciativa de se colocar e se expor, mas que entende ter servido para que o aluno desabafasse e pudesse trabalhar este conteúdo e conseguir parar de usar drogas e deixar seu envolvimento com o tráfico.

Adolescente que inicialmente era muito agressivo e que com a paciência do policial para tolerar as provocações o jovem foi ficando menos agressivo e um determinado dia informou ao policial que tinha conseguido ficar sem usar drogas. O policial sentiu-se gratificado. Ele considera que é seu papel entender e tratar com amor e compreensão o adolescente usuário de drogas e nunca desistir dele. É sua função lidar com eles respeitando e acreditando na sua recuperação e superação. Faz parte de o seu papel ser empático e obter a confiança do jovem. É papel do policial ser persistente. (Resumo do relato). **(43)**

Com o passar do tempo estes policiais tornam-se mais tolerantes para com os jovens e conseguem lidar melhor com as dificuldades no contexto escolar. Muitos destes jovens usam a agressividade e comportamentos de ameaça como forma de demonstrar autoconfiança e poder na relação com os pares, corpo docente e policiais que atuam na escola. Muitos policiais que ainda não conseguem lidar com esta ameaça, como se pode notar em alguns casos na Categoria I desta pesquisa sentem-se ameaçados e imediatamente criam uma barreira entre eles e o adolescente. Contudo, no caso acima, percebe-se que o policial consegue conduzir com cautela e carinho o caso. Aos poucos consegue a confiança do adolescente chegando ao ponto de ele lhe confidenciar que não usa mais drogas.

Este caso acima também é um bom exemplo da persistência de alguns policiais. Mesmo trabalhando sozinhos no cuidado com o aluno não desanimam e continuam otimistas apostando no poder de persuasão deles e no potencial que o jovem tem de fazer boas escolhas.

Professora se torna agressiva durante aula sobre malefício dos medicamentos para emagrecer. O policial já conhecia a professora e na escola era considerada como problemática. Foi difícil a situação por se tratar de uma educadora. O policial considera que é seu papel observar os comportamentos não só dos alunos, mas também dos funcionários da escola que possivelmente estejam envolvidos com drogas sejam elas lícitas ou ilícitas. Cabe ao policial tentar amenizar o conflito gerado quando o próprio educador usa algum tipo de droga e defende este uso. Considera que é necessário que as secretarias de educação fizessem algum trabalho nas escolas para atingir também os professores e funcionários. (Resumo do relato).
(47)

Apesar de o tema estar voltado para a criança e adolescente envolvido com drogas, o caso acima chama atenção por ser outra vertente do trabalho do policial na escola. Apesar disso, entende-se que a maioria da população se preocupa muito mais com as drogas ilícitas e as lícitas são deixadas de lado. O caso acima é importante para lembrar que no ambiente escolar tem-se o traficante que oferece, na maioria das vezes, drogas ilícitas, mas tem também os profissionais que atuam na instituição que por vezes usam substâncias que são drogas, mas que para a sociedade não é considerado um problema.

Neste caso acima citado, se pode ver que quando o policial aborda um tema que

afeta diretamente a profissional de ensino, esta se coloca como ofendida na situação por não considerar que o medicamento que toma seja droga. Claro que o policial em uma situação como esta teve de ter um jogo de cintura para não tornar a situação mais constrangedora, não tirar a autoridade da professora e nem voltar atrás no que considerava certo e que fazia parte de sua aula naquele dia.

Todas estas situações pelas quais estes policiais passam os deixam cada vez mais experientes e com uma gama de estratégias para lidar com situações difíceis. Entende-se que isto também se deve à característica dos policiais que estão elencados nesta categoria, pois eles acreditam que podem ajudar alterar muitos comportamentos das crianças e adolescentes a partir da empatia e da educação.

A partir da análise dos relatos dos policiais desta terceira categoria se pode entender que os policiais além de se encontrarem em um paradigma inovador onde a escuta ao adolescente é priorizada, o respeito aos direitos são atendidos, eles em todo caso impõem a lei e a norma com respeito e dedicação às crianças e adolescentes e também se colocam no exercício da Função Paterna trazida por Freud em seus estudos.

Quando se analisa a maneira como estes policiais se colocam diante das situações percebe-se que a eles é direcionada uma demanda diferente e que dão conta desta demanda de maneira amorosa e com afeto. Apresentam aos jovens a Lei como deveria ser. Apresentam-se como aquele que coloca a regra para favorecer o desenvolvimento do jovem e fazem questão de acompanhar como estão se comportando diante desta Lei.

Assim, é possível entender que muitos jovens aqui apresentados, mães e escola se reportam aos policiais que detém o conhecimento e podem ajudar. Nos casos aqui apresentados se percebe também que os policiais não vêem nos alunos uma ãrevoltaõ ou õdisputaõ pelo poder quando lhes aconselha ou lhes dita as normas institucionais ou os conduzem a delegacias e conselhos tutelares.

No processo de fazer valer a Função Paterna os policiais possibilitam a algumas crianças e adolescentes se desenvolverem. Acabam servindo como modelos de identificação. Este processo identificatório é de extrema importância para estes jovens, pois muitas vezes lhes faltam qualquer tipo de referência. Como surgiu em alguns

relatos, pais são obrigados a deixar os filhos sozinhos para trabalhar. Não que a Função Paterna deixe de ser exercida por outro, mas que quando o policial serve de referência há a possibilidade de a Lei não ser apresentada pelo traficante ou outro aliciador, pois esta identificação fará parte da personalidade do sujeito e ele a levará para o resto da vida.

Quando o policial se coloca e impõe a Lei, mas dando-lhe sentido, como já foi dito anteriormente, esta significa afeto e condição para relacionamento saudável. Sendo assim, na identificação são assimilados aspectos, propriedades e atributos do outro e a partir daí o sujeito pode se transformar total ou parcialmente no modelo com o qual se identificou (Laplanche & Pontalis, 2001).

Assim, defende-se neste caso, que a prevenção deve ocorrer nos mais diversos setores sociais. Deve envolver a escola, família, segurança pública e comunidade. Neste sentido, o sujeito também poderá ter diversos modelos de identificação saudáveis e minimizar os efeitos das identificações que porventura tenham adquirido no contato com os traficantes ou usuários de drogas da comunidade. Muitas vezes o contexto familiar da criança ou adolescente está fragilizado, seja pelo consumo de drogas ou por ter os pais envolvidos com o tráfico ou presos, neste caso pode-se perceber a importância do papel do policial auxiliando, dando apoio e ouvindo o jovem em suas aflições diárias.

O papel identitário destes policiais tem sido importante em vários sentidos na vida das crianças e adolescentes que atendem, e como diz Gaulejac, (2006, p. 67 como citado por Pereira, 2009) "Esta dialética existencial lhe permite afirmar-se como sujeito único, singular, -igual a nenhum outro- e, portanto, parecido com todos os seus. Para a autora, portanto, identidade ao mesmo tempo em que significa singularidade requer similaridade. É único, mas necessita de algo em que se espelhar. É como se não tivesse personalidade própria. Depende de outro para sua existência. Desse modo, a passagem por esta etapa possibilita a maturidade psicológica com a possibilidade de "libertação das figuras paternas da infância" (Scivoletto, 2011).

Alguns jovens que estes policiais acompanham sentem falta de ter em quem se espelhar ou em quem confiar. Este é outro aspecto da função paterna, o de passar ao sujeito em formação confiança para que ele possa experimentar e saber que tem um

oportuno seguro para onde retornar caso algo dê errado. Por isto, é necessário entender que para haver formação da personalidade do sujeito é indispensável a presença de outro significante.

Nos relatos dos policiais tinham alguns que reconheciam a demanda dos jovens pela Lei, não a lei de papel, mas aquela que não foi introjetada pelo pai simbólico e que deixa o jovem desorientado e sem saber ao certo o que fazer. É necessário que haja o interdito. Esta interdição é importante quando no seu processo de individuação e identificação não puderam descobrir o aspecto de proteção da Lei.

Somente com a Lei imposta com significado é que haverá possibilidade de o sujeito ser inserido na cultura, pois este é o pressuposto da função paterna, que é cavar uma falta por meio da interdição para que se funde o desejo.

Considerações Finais

Por tudo o que foi dito até então, é preciso refletir sobre a inocuidade, do ponto de vista protetor, do slogan que se repete por toda parte ôdiga não às drogasö. A falta de adesão dos jovens torna evidente a falha em reconhecer a inadequação das propostas moralistas e autoritárias que não se fundam na visão complexa dos fatores de risco e de proteção analisados.

Assim, analisar e discutir o papel do Educador Policial nas intervenções com crianças e adolescentes como representante do Estado no contexto de rede de enfrentamento do uso e tráfico de drogas é parte integrante e extremamente importante do processo educacional e preventivo em relação às drogas. Percebeu-se durante as análises realizadas que o policial transita nos paradigmas: entender as drogas como um mal a ser combatido a qualquer custo e de total responsabilidade de outros órgãos e instituições, e, portanto, não faz parte do seu papel intervir. Sendo assim, ficam paralisados diante das situações-problema que relatam; há aqueles que entendem a necessidade de sua intervenção, mas quando procuram aplicar o que a lei prevê percebem que há falhas e que como estão postas não resolverão o problema, ou seja, é necessário algo a mais. Contudo, não sabem como atuar de forma diferente e permanecem em conflito entre o que consideram correto e o que a lei prevê; e por fim percebeu-se no decorrer da análise dos relatos aqueles que procuram aplicar o que a lei estabelece, mas durante os seus atendimentos tentam ir além do que é previsto nas leis e/ou Constituição Federal no que se refere ao seu papel. Para tanto, buscam ouvir os jovens com o intuito de conhecer os contextos motivadores para o uso e tráfico de drogas praticados por eles e quando aplicam o que é legalmente previsto tentam dar sentido à lei e norma. Neste caso, atuam com carinho, amor e afeto demonstrando maior resistência que os demais às afrontas e tentativas de crianças e adolescentes em burlar as normatizações sociais.

Diante do que foi encontrado e acima exposto, entende-se que é preciso não se esquecer de que as drogas cumprem funções para os adolescentes, tanto do ponto de vista pessoal quanto social. Os comportamentos de enfrentamento de risco são funcionais, intencionais, instrumentais e dirigidos para o desenvolvimento normal do adolescente. Fumar, beber, dirigir perigosamente ou exercer atividade sexual

precocemente podem ser atitudes tomadas pelo jovem visando ser aceito e respeitado pelos pares; conseguir autonomia em relação aos pais; repudiar normas e valores da autoridade convencional; lidar com ansiedade, frustração e antecipação do fracasso; e afirmação rumo à maturidade e à transição da infância para o status de adulto.

Como já foi colocado, entendemos que a postura dos policiais diferem muito umas das outras, como no caso dos três paradigmas apresentados (Categoria I, Categoria II e Categoria III). Alguns até tentam passar de uma postura proibicionista para aquela em que entende-se o problema das drogas como uma questão social que deve ser tratada com cuidado, atenção e levando em conta a complexidade do tema. Isto não quer dizer que não apliquem as leis. Em todos as categorias eles aplicam as leis, mas com suas especificidades e formas de lidar com a legislação e com as crianças e adolescentes envolvidos com o uso e tráfico de drogas.

Quanto à responsabilidade em relação atitudes a serem tomadas, na primeira categoria a maioria dos policiais procuram responsabilizar outros órgãos e instituições percebendo que há falhas nas legislações, mas no caso desta categoria em especial ficam paralisados diante das situações e se colocam à parte do problema e as vezes dá a sensação de que não pertencentes à Polícia Militar, e neste caso, fora da rede de apoio a crianças e adolescentes envolvidos com o uso e tráfico de drogas no contexto escolar. Contudo, foi interessante perceber que a maioria dos Educadores Policiais (Categoria III) são os que estão saindo do paradigma do proibicionismo para tentar entender o contexto do jovem envolvido com drogas, se dispondo a ouvi-lo independentemente de serem flagrados com drogas lícitas ou ilícitas.

As ações dos policiais analisados são: abordagem, encaminhamento para tratamento, contato com a escola, família, conselho tutelar, juizado da infância e adolescência e encaminhamento à delegacia. Portanto, se veem como parceiros. Entretanto, percebe-se que os da Categoria I ainda são reticentes e preferem se isolar das parcerias possíveis, fazendo apenas os encaminhamentos legais e necessários para cumprir as normas estabelecidas. Por outro lado, na Categoria III encontramos policiais que estão em extremo oposto e vão muito além e, a partir da confiança, muitos jovens os procuram pedindo conselhos ou informando quando param de usar drogas, por exemplo.

Muitos dos policiais da pesquisa até que reconhecem seus limites legais e emocionais, mas reclamam em algumas situações por entenderem que as instituições de ensino lhes demandam ações que não são de sua competência e que deveriam ser tratadas no âmbito escolar por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. Neste caso, reclamam por melhor definição de papéis para que tudo que aconteça não se torne caso de polícia.

Diante da análise realizada ficou claro que há uma grande divergência no trato e entendimento do que seja a qualidade de criança e adolescente, principalmente em situação de risco. Alguns policiais ainda pecam em não entender a fase de experimentação do jovem e colocam todos em um mesmo embrulho. É necessário que haja maior conhecimento sobre o desenvolvimento do jovem para que compreendam que não há nada de perverso, irracional ou psicopatológico em seus objetivos, pois eles são característicos do desenvolvimento psicossocial. A campanha antiga não às drogas, por exemplo, não oferece alternativas à promoção de comportamentos saudáveis, revelando-se moralmente cínica e teoricamente contraditória, na medida em que omite as normas sociais que favorecem o uso de drogas (Birman, 2001).

Para pensar o uso de drogas tem de ir além do produto, é necessário pensar também nos efeitos afetivos, psicológicos, de contexto e crença envolvidos. Não se pode negar que o contexto é muito relevante para pensar o tema drogas. O jovem a todo momento está exposto ao ambiente fornecedor de drogas (traficante) o provedor (fonte para aquisição) e convívio com os pares (compartilhar os efeitos da droga).

Não deixando para trás os demais fatores, é necessário entender o efeito da dependência afetiva com relação às drogas. O adolescente por estar em uma fase de transição separação-individuação, enfrenta uma crise de identidade e muitas vezes a drogadição ou ato infracional surge como sintoma da dificuldade de separação do contexto familiar (Sudbrack & Penso, 2004).

Vale ressaltar que o cuidado e a proteção vão além do acesso ao tratamento. Passa pelo espaço de escuta diferenciado e não repressor visando a saúde e a qualidade de vida. Isso, em parte, é o que policiais da Categoria III tentam fazer, ouvir e se envolver emocionalmente com o problema para de dentro ter mais acesso e confiança do jovem.

O profissional que vai atuar no contexto que envolva criança e/ou adolescentes deve abandonar as diversas formas de preconceito e entendê-lo, principalmente, como um sujeito que está passando por um momento especial que pressupõe experimentação. Por isto é comum a curiosidade ao lidar com coisas novas. Assim, contrariando o senso comum que considera estranhas as atitudes dos adolescentes, um adolescente que não seja curioso é um adolescente empobrecido (Zemel, 2010).

Percebe-se então que aqueles que destoam dos padrões estabelecidos são tratados como ãos dissonantes, os perigosos, os anormais, os subversivos. Neste caso, o tráfico surge como uma economia paralela. Esta gera empregos e está infiltrada em diversos setores da sociedade o que possibilita a lavagem de dinheiro e a corrupção (Feffermann, 2006).

Talvez no período da ditadura militar tenha sido o marco histórico e que até hoje não conseguimos nos desvencilhar dele. Tão arraigada está a violência resultante desta época que o Estado ainda não conseguiu redução da violência, estabelecer e aplicar leis justas e garantir a segurança da população (Feffermann, 2006, p. 87).

Tudo que justificava as atrocidades cometidas no regime militar se desfizeram e o Brasil não tem mais inimigos políticos com quem gastar suas energias. Passou a ter outro foco de ação que é o delinquente ou o traficante.

Diante de tanta turbulência e mesmo com tantas mudanças institucionais o Brasil ainda não conseguiu dar aos seus cidadãos o Estado de direito pleno, onde todos cumpram suas obrigações e possam gozar dos direitos inerentes ao convívio social. Percebe-se que a violência depois da ditadura militar deixou de ser monopólio do Estado e passou a ser amplamente assumida pela sociedade civil.

O que prima, de um lado, é a intolerância, é se lidar com o diferente, a necessidade de homogeneidade e controle, implicando no exercício da disciplina e no controle de corpos e mentes, na regulação de condutas individuais. De outro lado, o emaranhado de relações de poder: a falta de limites entre o que é legal e ilegal, a impotência perante as redes do tráfico existentes internacionalmente e a falta de definição do papel do Estado e das relações entre os Estados. (Feffermann, 2006. pp. 58)

Já faz parte do senso comum que os procedimentos arbitrários realizados pela polícia são justificados quando se leva em conta a ideologia que relaciona a pobreza à violência. O problema encontrado aqui é que a desigualdade social não justifica essa

relação, pois ela por si só já reproduz a vitimização e a criminalização dos pobres, impossibilitando seu acesso aos seus direitos e, conseqüentemente, à justiça.

Perceber as pessoas como seres que tem suas peculiaridades e diferenças é o que torna o convívio social tão ímpar, mas ao mesmo tempo tão difícil. A maior dificuldade encontrada neste processo é tentar encaixar todos em um padrão. Portando, õa homogeneidade determina que a sociedade segregue seus marginais e disponha de meios para controlá-los, transformando-os muitas vezes em enfermos legaisõ (Feffermann, 2006).

No espaço abandonado pelo Estado se acomoda o õespaço de vida e morte e de cultura da drogaõ (Feffermann, 2006). As ruas e praças deixam de ser centros de socialização e são deixadas para os pobres e excluídos. O cidadão com maior poder aquisitivo se enclausura dentro de sua residência pensando estar protegido, utilizando dos meios oferecidos de segurança particular, crendo que o de fora não o atingirá.

Neste contexto, podemos citar Adorno (1995) que usa o termo õbarbárieõ para se referir a um lugar de fracasso da cultura. Neste caso, há regresso à violência física tanto por parte dos traficantes como por parte do próprio Estado quando não dá conta de reprimir a expressão da violência e produz mais violência, contudo, agora, esta tem a conviência da sociedade que clama por atitudes contra a insegurança instalada.

No texto de Freud, õMal estar na civilizaçãoõ de 1929, o autor traz em sua teoria o dilema humano da necessidade de controle social para sua sobrevivência em sociedade. Esta sociedade dita por Freud tem de ser mais forte que qualquer de seus indivíduos e capaz de sozinha manter-se unida em detrimento dos desejos individuais. É o que Freud chama de mal necessário para o estabelecimento de normas capazes de conter os instintos humanos de sobrepujar os mais fracos. O poder comunitário em substituição ao poder do indivíduo é o passo inicial para que se estabeleça a civilização (Feffermann, 2006). Apesar disso, o sujeito vai tentar constantemente burlar as normas estabelecidas e a comunidade deve estar unida para dar conta da demanda constante de adaptação às novas realidades que surgem a cada momento.

Para exercício do controle social o Estado tem como seu melhor instrumento e representante ó a polícia. Nestas condições, o policial é visto pela comunidade como

bandido, repressor, corrupto e não como alguém incumbido para prevenir o crime. Isto se deve muitas vezes à confusão gerada entre polícia violenta e de autoridade. Nos discursos não é defendida uma polícia cumpridora do seu dever de autoridade e que garanta a lei, mas sim aquela que se imponha, mesmo que por meio da violência. Assim, a culpa é sempre do outro que não toma as devidas providências. Neste jogo de õpassar a bolaõ, coloca-se a estrutura do tráfico como algo maior que a do Estado e suas instâncias. Na fala de alguns, o tráfico é indestrutível, portanto, justifica-se a violência aplicada por falta de outras alternativas que possibilitem õcombater o traficanteõ. Pode-se perceber que o Estado estagna, paralisa diante do tráfico. õDiscurso do desencanto, da decepção, do cansaço, do desânimo diante de tudo issoõ (Feffermann, 2006).

A partir da análise destes relatos entendemos que a sociedade brasileira passa por um momento de repensar suas questões sociais e dentre elas rever o cuidado com a criança e o adolescente envolvido com drogas. Nesta mão vale ressaltar que é necessário abandonar o paradigma herdado histórico, cultural e politicamente de que os atos infracionais são praticados por pessoas socialmente inadaptadas e necessitam ser afastadas do convívio da sociedade com a finalidade de recuperação. Quando adolescentes são flagrados praticando atos infracionais imediatamente são rotulados e desqualificados, tratados como infratores, delinquentes, perigosos para a sociedade e automaticamente perdem a razão na procura dos seus direitos (Conceição, Tomasello & Pereira, 2003).

Quando pensamos em uma perspectiva preventiva é necessário apelar para uma ética da complexidade que é a da compreensão, da solidariedade, da tolerância e inclusão. Esta ética deve substituir a da intolerância, punição e exclusão (Sudbrack, 2003).

Para atender a complexidade do tema crianças e adolescentes envolvidos com drogas é necessário apelar para a multiplicidade do conhecimento numa relação transdisciplinar. É primordial a construção de novas possibilidades de intervenção e prevenção. É necessário integrar as políticas públicas da justiça, assistência social, educação, saúde e segurança. Somente assim, podemos pensar em transpor a ótica da criminalização para uma perspectiva de intervenção preventiva que possibilite mudanças reais e significativas.

Trabalhar com prevenção significa compreender a trajetória desses adolescentes conhecendo e respeitando suas razões e razões, e não apenas reduzi-los à perversidade e ao crime. É necessário ver para resgatar as potencialidades que foram embotadas pela violência de suas ações destrutivas. Para isto, é requisito básico abrir mão do julgamento precipitado e preconceituoso para conseguir alcançar o entendimento das carências ou violências que antecedem cada ato cometido por estes adolescentes.

Apostar no jovem é acreditar que o ser humano não é imutável, mas está sujeito a transformações e à medida educativa surge como um mediador do sujeito com a autoridade para reconhecer e integrar sua dimensão protetora, pois para que a lei faça sentido precisa estar ligada a dimensão de pertencimento e proteção (Carreteiro, 2002).

Neste caso, é que se defende como instrumento de intervenção a prevenção. Prevenir pode apresentar ou não resultados imediatos, mas o objetivo principal da prevenção é pensar em um resultado a *posteriori*, e é neste contexto que deve estar o interesse do Estado.

A violência social na contemporaneidade tem feito com que a cada dia seja mais necessária a presença da polícia dentro das escolas. A demanda por intervenções policiais nos ambientes escolares e seus arredores tem se tornado rotina e a escola e a polícia tem de atuar em rede para darem conta de tamanhas dificuldades. Percebe-se que a política do medo que assola a sociedade de modo geral também chegou às escolas e os docentes encontram-se como reféns dela. Muitos professores sofrem agressões que estão relacionadas ao uso e abuso de drogas nas salas de aula, nos corredores da escola e nos arredores.

É interessante pensar que somente a presença ostensiva da polícia nas escolas não é o suficiente para inibir a existência da violência, do uso e tráfico de drogas. O enfrentamento da violência com mais violência nunca foi forma de melhorar o convívio social, pelo contrário, é propiciador de abusos e guerras onde os dois lados perdem. Neste caso, seria interessante pensar no modelo de polícia de aproximação, de uma polícia comunitária que esteja presente representando um papel de segurança e não de

ameaça e truculência.

Em muitos casos a presença policial e suas armas como a única forma de contenção da violência, uso e tráfico de drogas na escola causa a sensação de que, primeiramente, a equipe docente não tem autoridade suficiente para resolver os conflitos internos necessitando assim de uma autoridade externa ao ambiente escolar para resolver as querelas. Outro fato interessante a destacar é que a arma e o policial apresentam-se como substitutos do diálogo que deveria existir na escola. Isto cria uma lacuna onde o espaço de educação muitas vezes repete o espaço de violência vivida por muitos jovens em suas casas e nas comunidades que vivem. Certamente, cria-se um clima de medo e desconfiança que impede o diálogo fluido da criança e adolescente sobre seus conflitos e aflições.

Então é necessário pensar o papel deste policial no contexto escolar e qual os limites de sua intervenção. Muitos não tiveram formação ou acesso a conhecimentos que pudessem auxiliá-los a lidar com conflitos diferentes dos que encontram nas ruas. Certamente isto traz um risco para a comunidade escolar e para os próprios policiais que constantemente se envolvem em processos que prejudicam suas carreiras.

Muito da intervenção policial nas escolas se deve à desvalorização e incapacidade dos docentes de exercerem sua autoridade dentro do ambiente escolar. Neste caso os policiais deixam de ser coadjuvantes e passam a ser os atores principais. Há, neste caso, uma inversão de valores e uma invasão de papéis. Alguns atos praticados por crianças e adolescentes que deveriam ser considerados como indisciplina escolar e tratados com abordagem psicopedagógica se tornam caso de polícia.

Aqui, abre-se espaço para um pequeno comentário, que é de extrema relevância para o trabalho. Como o tema deste trabalho centra-se no papel dos policiais, nas políticas de prevenção ao uso e tráfico de drogas nas escolas, surgiu o interesse em saber se dentro dos planos e programas apresentados pelo governo havia a definição ou proposta para o papel do policial neste contexto de forma detalhada e bem acessível, já que a proposta é de uma unificação das ações. Entretanto, para a surpresa do pesquisador, tudo que se encontrou foram medidas *õpreventivasõ*, mas que na realidade se classificam mais como medidas de repressão ao tráfico.

O mais próximo do que se encontrou foi que para atuação, os profissionais de segurança pública contarão com formação na doutrina de polícia de proximidade ou comunitária para incentivar a comunidade a participar nas áreas de uso de drogas visando o fortalecimento da prevenção à violência e do crime.

Quando pesquisamos, também encontramos no Plano Crack, *É Possível Vencer!* que havia espaço para formação dos policiais, mas direcionadas ao PROERD. As demais ações preventivas e investimentos são voltados para a repressão. Pensar o tema drogas de forma linear é impossível, devemos pensa-lo mais como uma teia onde muitas ações demandam outras e assim sucessivamente. Dentro do referido programa as ações de repressão ao tráfico estão colocadas no eixo autoridade, mas gostaríamos de pensar autoridade de outra forma. Gostaríamos de pensa-la como aquela que se coloca pela compreensão e não pela eliminação do mais fraco e desfavorecido.

Como se está analisando neste trabalho os policiais acompanhando e atendendo crianças em situação de risco, buscou-se na pesquisa sobre as políticas públicas sobre drogas se havia uma posição quando da atuação destes policiais em situações que envolvam crianças e adolescentes. Nada se encontrou de substancial. Entretanto, foram encontradas algumas ações pontuais e abrangentes nos programas e planos do governo e que a Senasp e Senad procuram disponibilizar cursos presenciais e a distância para estes policiais atuarem de forma a atenderem aos novos paradigmas sobre drogas. Com isto, como fora abordado na discussão e análise dos dados da pesquisa, foi possível ver policiais que diante da demanda e das situações para as quais não têm parâmetros, acabam por tomar decisões por sua conta e risco, sendo que alguns preferem não tomá-las e cumprir simplesmente a letra da lei.

A polícia tem atuado muito com a utilização do PROERD como parâmetro para suas ações, contudo, este programa é destinado às escolas e a uma determinada faixa etária. Pensando assim podemos dizer que este programa ou pelo menos o atendimento mais humanizado para com a criança e adolescente deveria se estender para os demais policiais. Não há como pensar o policial atuando apenas nas instituições de ensino. Estes policiais estão nas ruas onde podem enxergar os jovens como ameaça e inimigos. Então como lidar com esta divergência? Como fazer para que os ensinamentos passados por alguns poucos policiais possam ser colocados em prática também nas ruas.

Pensamos então que os cursos previstos de capacitação e qualificação profissional, como o que ora é analisado continue sendo disponibilizado para mais policiais e não somente para os do PROERD ou os que atuam nas escolas. Este curso que foi a base da pesquisa é direcionado para Educadores das Escolas Públicas, contudo foram disponibilizadas vagas para os Educadores Policiais, e isto foi muito enriquecedor tanto para eles quanto para o aprimoramento do curso e desenvolvimento de pesquisas na área.

Como vimos na análise dos conteúdos trazidos e das situações-problema, estes policiais também desempenham funções de educadores, mesmo que tenham outro enfoque. Não podemos negar a importância de sua atuação e representação para os jovens. Eles são a representação visível e defendida da Lei. Uma Lei com a qual não tiveram o contato bem sucedido e que poderão acessar por meio de policiais bem capacitados para lidar com esta população que tem outros anseios e desejos.

Portanto, pretendemos deixar o espaço aberto para venham mais produções de conhecimento e aprimoramento do que já foi realizado até o momento. Que outros pesquisadores possam se interessar e desenvolver parcerias com universidades e com as polícias dos seus Estados para tentar em rede atingir o principal objetivo que o de dar maior atenção e cuidado à criança e adolescente. Contudo, não pode-se esquecer que do outro lado está um profissional que apesar de disposto a atuar necessita ter apoio e capacitação condizentes com as mudanças sociais e de paradigmas tanto sobre o tema drogas quanto com relação ao que significa polícia que promova segurança de maneira cidadã.

Referências Bibliográficas

- Adorno, T. W. (1995). *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Aguiar, C. A. M. (2013) *Assistência Social no Brasil: a mudança do modelo de gestão*. Recuperado em 15 de agosto, 2013, de <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/TextosTecnicos/textec3.htm>
- Ballone G. J. *Alfred Adler*. Recuperado em 15 de janeiro, 2013, de <http://www.psiqweb.med.br>. Acesso em: 15/01/2013, 14:35hs.
- Baptista, G. C. (2013). *Impacto das relações intersubjetivas na implementação da política nacional de atendimento socioeducativo*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bergeret, J.; Becache, A. & Boulanger, J. J. (2006). *Psicopatologia: teoria e clínica*. (9a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Birman, J. (2001). *Mal-estar na Atualidade: a Psicanálise e as Novas Formas de Subjetivação*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bucher, R. (2007). *A Ética da Prevenção*. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 23 n. especial, pp. 117-123. Recuperado em 10 de março, 2014, de <http://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/view/1478>
- Carneiro, H. (2006). *As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX*. Recuperado em 15 de setembro, 2013, de http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/06/out6_10.pdf.
- Carlini, E. A.; Galduróz, J. C. F.; Noto, A. R. & Nappo, S. A. (2002). *I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país - 2001*. São Paulo: (CEBRID), Universidade Federal de São Paulo ó UNIFESP, 2002. Recuperado em 10 de março, 2014, de http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/levantamento_brasil/parte_1.pdf
- Cavalcante, M.B.P.T.; Alves, M.D.S. & Barroso, M.G.T. (2008). *Adolescência, álcool e drogas: Promoção da Saúde*. Revista Esc Anna Nery de Enfermagem 2008 set; 12 (3): 555-559. Recuperado em 10 de março, 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/eann/v12n3/v12n3a24>
- Chassaing, J. *Desintoxicar a França?* (2004). Revista Associação Psicanalítica de Porto Alegre. nº 26, abril, 82-92. Recuperado em 10 de março, 2014, de http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista26_-_desintoxicar_a_fran%C3%A7a.pdf
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado

em 10 de março, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

- Conceição, M. I. G. & Oliveira, M. C. S. L. (2012). A proteção de adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas. In SENAD. *Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas*. Edição 2012.
- Conceição, M. I. G., Tomasello, F. & Pereira, S. E. F. N. (2003). Prender ou Proteger? Caminhos e descaminhos da assistência à infância e à juventude no Brasil. In Sudbrack, M. F. O. (Org.) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. Brasília: Plano.
- Conte, M.; Oliveira, C. S.; Henn, R. C. & Wolff, M. P. *Consumismo, Uso de Drogas e Criminalidade: Riscos e Responsabilidades*. Revista Psicologia, Ciência e Profissão. Brasília, 2007. 27 (1), pp. 94-105. Recuperado em 10 de março, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100008
- Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1929. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Recuperado em 13 de março, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm
- Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Recuperado em 14 de março, 2014, de <http://www2.planalto.gov.br/especiais/caderno-destaques/marco-2012/gestao-em-destaque/plano-integrado-de-enfrentamento-ao-crack-e-outras-drogas>
- Decreto nº 7.443 de 23 de fevereiro de 2011. Regulamenta o art. 8º-E da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci e revoga os arts. 9º a 16 do Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008, que dispõem sobre o projeto Bolsa-Formação. Recuperado em 14 de março, 2014, de <http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7B13C32D06-E952-46DE-82AF-024C842C9D17%7D>
- Demo, P. (1998). Pesquisa qualitativa: Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. In *Revista Latino-Americana de enfermagem*. Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, 89-104. Recuperado em 10 de março, 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v6n2/13912.pdf>
- Enriquez, E. (2001). O vínculo grupal. In Nacgadam, N. N. M. (Org.); Castro, E. M.; Araújo, J. N. G.; & Roedel, S. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Feffermann, M. (2006). *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis ó Rio de Janeiro: Vozes.
- Feijó, R. B. & Oliveira, E. A. (2001). *Comportamento de risco na adolescência*. Rio de Janeiro: Jornal de Pediatria, 2001. Vol. 77 (Supl. 2: S125-S134). Recuperado em 10 de março, 2014, de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54698/000386001.pdf>

- Figueiredo, M. Z. A.; Chiari, B. M. & Goulart, B. N. G. (2013). Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. *Revista Distúrbios da Comunicação*. Vol. 25. nº 1, 2013. Recuperado em 15 de dezembro, 2013, de <http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931>.
- Fleury, S. (2005). *Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública*. *Revista Administração em Diálogo*. São Paulo, nº 7, 77-89. Recuperado em 10 de março, 2014, de <http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/671>
- Freitas, H.; Janissek-Muniz, R.; Andriotti, F. K.; Freitas, P. & Costa, R. S. *Pesquisa via internet: características, processo e interface*. *Revista Eletrônica Gianti*. Porto Alegre. Recuperado em 10 de março, 2014, de http://www.freitaspedro.com/artigos/outros/2004_140_rev_eGIANTI.pdf.
- Freud, A. (1936). *O Ego e os Mecanismos de Defesa*. São Paulo: Artmed.
- Freud, S. (2006). *Totem e Tabu e Outros Trabalhos*. Vol. XIII. São Paulo: Imago.
- Freud, S. (2006). *Futuro de uma Ilusão, O Mal-Estar na Civilização e Outros Trabalhos*. Vol. XXI. São Paulo: Imago.
- Garcia, M. L. T.; Leal, F. X. & Abreu, C. C. (2008). *A política antidrogas brasileira: velhos dilemas*. *Revista Psicologia & Sociedade*. Vol 20 (2). pp. 267-276. Recuperado em 10 de março, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000200014&script=sci_arttext
- Galduróz, J. C. F.; Noto, A. R.; Fonseca, A. M.; & Carlini, E. A. (2004). *V Levantamento Nacional Sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas Entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras ó 2004*. Brasília: Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina e Secretaria Nacional Antidrogas. Recuperado em 10 de março, 2014, de <http://200.144.91.102/sitenovo/conteudo.aspx?cd=644>
- Graciani, M. S. S. (2013). *A formação do educador social e a Pedagogia da Convivência*. Recuperado em 10 de agosto, 2013, de <http://www.fbb.org.br/reporter-social/artigos/artigo-a-formacao-do-educador-social-e-a-pedagogia-da-convivencia.htm>
- Heidegger, M. (1980). *(Coleção Os Pensadores)*. São Paulo: Abril.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. (4a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Lèvy, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Recuperado em 13 de março, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm

- Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado em 10 de março, 2014, de Diário Oficial da União. Seção 1. 16/07/1990. p. 13563.
- Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. (2006). Dispõe sobre a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes. e altera dispositivos das Leis no 6.368, de 21 de outubro de 1976, e a Lei no 10.409, de 11 de janeiro de 2002 e dá outras providências. Recuperado em 10 de março, 2014, de Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2006. Seção 1, p. 29.615.
- Maakaroun, M. F. (2002). *Violência e Adolescência: Reflexões Teóricas*. In Maakaroun, M. F. *Adolescência Aspectos Clínicos e Psicossociais*. Porto Alegre: Artmed.
- Macedo, R. S. A. (2000). *Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. Salvador: EDUFBA.
- Macedo, L. (2007). Situação-problema: Forma e Recurso de Avaliação, Desenvolvimento de Competências e Aprendizagem Escolar. In Perrenoud, P. & Macedo, L. *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed.
- Marques, W. E. U. (2003). Exclusão Social e Inclusão Marginal no mundo das drogas. In Sudbrack, M. F. O. (Org.). *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. Brasília: Plano.
- Marques, L. F. (2003). A política de redução de danos e sua contribuição à proteção de adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas. In Sudbrack, M. F. O. (Org.). *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. Brasília: Plano.
- Meirieu, P. (1998). *Aprender sim, mas como?* (7a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Mendes, C. (2009). *A pesquisa on-line: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual*. Revista Digital Hipertextus. Recuperado em 25 de agosto, 2012, de <http://www.hipertextus.net/volume2.html>.
- Ministério da Saúde (1988). Declaração de Adelaide: Segunda Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. 5-9 de abril 1988; Adelaide; Au. In Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (2011). *Programa Crack, É Possível Vencer!*. Recuperado em 14 de março, 2014, de <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes/cartilhas/329302.pdf>
- Penso, M. A. (2010). *Adolescentes na Corda Bamba: aspectos psicossociais na relação com a lei*. Revista Psicologia Política. Vol. 10. nº 20. pp. 275-292. Jul. ó Dez. 2010. Recuperado em 13 de março, 2014, de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519->

549X2010000200007&script=sci_arttext

- Pereira, S. E. F. N. (2009). *Redes sociais de Adolescentes em contextos de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Perrenoud, P. & Macedo, L. (2002). *As competências para ensinar no século XXI: A Formação dos Professores e o Desafio da Avaliação*. Porto Alegre: Artmed.
- Rodrigues, T. M. S. (2002). *A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente*. São Paulo. Revista São Paulo em perspectiva, 16(2): pp. 102-111.
- _____, T. M. S. (2008). Tráfico, Guerra, Proibição. In Labate, B. C.; Goulart, S.; Fiore, M.; MacRae, E. & Carneiro, H. *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA.
- Saito, M. I. (2008). Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco: a prevenção em questão. (2a ed.). In Saito, M. I; Silvia, L. & Leal, M. *Adolescência: prevenção e risco*. São Paulo: Atheneu.
- Santos, V. E.; Soares, C. B. & Campos, C. M. S. (2010). *Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil*. Rio de Janeiro. Physis Revista de Saúde Coletiva, 20 [3]: 995-1015. Recuperado em 10 de março, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000300016
- Schenker, M. & Minayo, M. C. S. (2005). *Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência*. Rio de Janeiro. Revista Ciência & Saúde Coletiva. Vol. 10 (3): 707 ó 717, 2005. Recuperado em 10 de março, 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a27v10n3.pdf>
- Scivoletto, S. (2011). Mudanças Psicológicas na Adolescência e o Uso de Drogas nesta Faixa Etária. In Silva, E. A. & Micheli, D. (Orgs.). *Adolescência uso e abuso de Drogas: uma visão integrativa*. São Paulo: FAP-UNIFESP.
- Secretaria Nacional Sobre Drogas. (2006). *A Prevenção do Uso de Drogas e a Terapia Comunitária*. Brasília: SENAD.
- Silva, S. F. L. (2011). *Violência e drogas na escola e imediações: ótica dos educadores sociais de segurança pública*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Soares, L. E. (2007). *A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas*. Brasília. Revista Estudos Avançados. Vol. 21 (61), 2007. Recuperado em 10 de março, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300006

- Sodelli, M. (2010). *A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas*. Rio de Janeiro. Revista Ciência & Saúde Coletiva. Vol. 15 (3), 2010. pp. 637-644. Recuperado em 10 de março, 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000300005&script=sci_arttext
- Souza, C. (2006). *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Porto Alegre. Revista Sociologias, ano 8, nº 16, p. 20-45. jul/dez 2006. Recuperado em 10 de março de 2014 de <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>
- Sudbrack, M. F. O. (2003). Da obrigação à demanda, do risco à proteção e da dependência à liberdade: abordagem da drogadição de adolescentes em conflito com a lei. In Sudbrack, M. F. O. (Org.) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. Brasília: Plano.
- _____, M. F. O & Pereira, S. E. F. N. (2003). Avaliação das redes sociais de adolescentes em situação de risco. In Sudbrack, M. F. O. (Org.). *Adolescentes e drogas no contexto da Justiça*. Brasília: Plano.
- _____, M. F. O & Penso, M. A. (2004). *Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o papel de filho parental*. Revista Psicologia USP. 15(3), 29-54. São Paulo, 2004. Recuperado em 13 de março, 2014, de <http://repositorio.ucb.br/jspui/handle/123456789/50>
- _____, M. F. O; Conceição, M. I. G. & Ramos, M. E. C. (2012). Escola em rede: políticas públicas integradas na prevenção do uso de drogas para crianças e adolescentes. In SENAD. *Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Edição 2012*. Brasília: SENAD.
- _____, M. F. O & Pereira, S. E. F. N. (2012). Protagonismo dos grupos potenciais de adolescentes. In SENAD. *Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Edição 2012*. Brasília: SENAD.
- Teixeira, E. C. (2002). *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Bahia: AATR. Recuperado em 10 de março, 2014, de <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>
- Velho, G. (1998). *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquias*. Rio de Janeiro: FGV.
- Winnicott, D. W. (2000). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zemel, M. L. S. (2010). *Prevenção ó Novas formas de pensar e enfrentar o problema em Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias*. (2a ed.). Brasília: SENAD.
- Zimerman, D. E. & Osório, L. C. (1997). *Como Trabalhamos com Grupos*. São Paulo: Artes Médicas.

ANEXO 1 ó Questionário das Situações-Problema disponibilizado em ambiente virtual

Policiais

Vimos, por meio deste, solicitar sua autorização e colaboração para a Pesquisa desenvolvida pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas laboratório do Programa de Pós-graduação de Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (PRODEQUI/PCL/IP/UnB).

Este estudo tem como objetivo realizar um levantamento de situações-problema ocorridas no ambiente e/ou perímetro escolar relacionadas ao uso e tráfico de drogas envolvendo crianças e adolescentes relatadas por Educadores Sociais da Segurança Pública.

Convidamos você para participar preenchendo o questionário e enfatizamos que sua participação é voluntária, não havendo nenhum prejuízo para você no Curso caso não queira participar ou deseje sair em qualquer momento do preenchimento do questionário. Atendendo às exigências éticas, esclarecemos que é necessário contar com o seu consentimento para disponibilização dos dados como fonte de pesquisa. Está observada a preservação do anonimato e resguardado o sigilo.

Informamos que pode ser esclarecida através do seu e-mail: pesquisasegpublicaprodequi@gmail.com.

Sua participação é fundamental para o desenvolvimento desta Pesquisa!

Orientadora: Maria Fátima Olivier Sudbrack

Email: sec.prodequi@gmail.com

Secretaria Prodequi - SCS QD 04 Bl "A" Ed. Anápolis - 4º andar CEP: 70.317-900

Fones: (61) 3224-9471 (61) 3033-8970

1. Assinale seu sexo
 - () Masculino
 - () Feminino

2. Assinale sua idade
 - () Até 24 anos.
 - () De 25 a 29 anos.
 - () De 30 a 39 anos.
 - () De 40 a 49 anos.
 - () De 50 a 54 anos.
 - () 55 anos ou mais.

3. Assinale seu posto/graduação
 - () Soldado
 - () Cabo
 - () Sargento
 - () Suboficial
 - () Aspirante
 - () 2º Tenente
 - () 1º Tenente
 - () Capitão

- Major
 - Tenente-Coronel
 - Coronel
 - Outros
4. Assinale a opção que melhor descreve o seu nível máximo de escolaridade
- Ensino Médio - Magistério.
 - Ensino Superior Incompleto (não está estudando atualmente).
 - Nível superior (cursando).
 - Ensino Superior.
 - Especialização (mínimo de 360 horas).
 - Mestrado.
 - Doutorado
5. Se possui Nível Superior, em qual área de conhecimento?
6. Assinale as atividades desenvolvidas por você na sua Instituição
- Atividades Administrativas
 - Atividades de Policiamento Ostensivo.
 - Atividades do Programa de Polícia Comunitária
 - Instrutor no PROERD
 - Mentor
 - Master/Facilitador
 - Professor
 - Tutor EAD(Ensino a Distância)
 - Outras
7. Se assinalou "Outras" na questão anterior, especifique
8. Você atua em outro projeto/programas sociais voltados para adolescentes?
- Sim
 - Não
9. Se assinalou "Sim" na questão anterior, especifique
10. Se você participa do PROERD, quando iniciou sua trajetória? Usar o formato dia/mês/ano, ou seja, 14/3/1945 para 14 de Março de 1945
- Nessa segunda seção, solicitamos o relato de uma situação-problema, relacionada com drogas, presenciada no ambiente escolar e/ou perímetro de escolas da Rede Pública de Ensino, que mobilizou você como educador social. Para tanto, responda as questões abaixo sobre essa situação-problema de acordo com o que ocorreu na época. Se houve mais de uma situação, descreva aquela que mais lhe causou incômodo.
11. Assinale o Estado em que aconteceu o fato
12. Assinale em que tipo de município aconteceu o fato
- Capital
 - Interior
 - Região Metropolitana

- Sem resposta
13. Nome do município
14. Quais são os personagens que foram envolvidos nessa situação?
- Aluno
 - Pai
 - Mãe
 - Outro Responsável
 - Professor
 - Diretor
 - Policial
 - Orientador Educacional
 - Psicólogo
 - Pedestre
 - Motorista
 - Merendeira
 - Faxineiro
 - Porteiro
 - Bedel
 - Ciclista
 - Comerciante
 - Outros
15. Se assinalou "Outros" na questão anterior, especifique
16. Descreva o ambiente em que ocorreu a situação
- Sala de aula
 - Pátio da escola
 - Quadra de Esportes da escola
 - Cantina
 - Direção
 - Portão de entrada
 - Administração
 - Banheiro da escola
 - Corredor da escola
 - Coordenação
 - Imediações da escola
 - Internet
 - Outros
 - Sem resposta
17. Se assinalou "Outros" na questão anterior, especifique
18. Caso a situação de violência envolva o uso de drogas, quais os tipos estavam envolvidos no evento? (Considerando drogas lícitas e ilícitas)
- Cigarro
 - Cocaína
 - Inalantes

- LSD
 - Maconha
 - Crack
 - Álcool
 - Anfetaminas
 - Não sei
 - Outras
19. Se assinalou \"Outros\" na questão anterior, especifique
20. Conte o que aconteceu nessa situação. (O início, o desenvolvimento e o desfecho).
21. Quais as articulações e encaminhamentos?
- Com a escola
 - Outros segmentos
 - Sem resposta
22. Se assinalou \"Outros\" na questão anterior, especifique
23. Quem foi mobilizado além da polícia?
- Pais/familiares/responsáveis
 - Amigos
 - Professores
 - Diretor
 - Vizinhos
 - Outros
24. Se assinalou \"Outros\" na questão anterior, especifique
25. Você considera que a situação terminou bem? Justifique.
26. Na sua opinião, o que foi mais desafiador diante da situação relatada?
27. Que outro final você daria a essa situação?
28. Que tipo de conhecimento ou experiência você considera importante na abordagem desse tipo de situação?

ANEXO 2 ó Sistematização das Questões Analisadas de um dos sujeitos da pesquisa realizada pelo pesquisador

Participante	QUESTÃO 20	QUESTÃO 25	QUESTÃO 27	QUESTÃO 28
CRITERIO DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS TEM DE SER QUEM RESPONDEU DE FORMA COMPLETA (QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES)	CONTE O QUE ACONTECEU NESTA SITUAÇÃO (INÍCIO, O DESENVOLVIMENTO E O DESFECHO)	VOCÊ CONSIDERA QUE A SITUAÇÃO TERMINOU BEM?	QUE OUTRO FINAL VOCÊ DARIA A ESSA SITUAÇÃO?	QUE TIPO DE CONHECIMENTO OU EXPERIÊNCIA VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE NA ABORDAGEM DESSE TIPO DE SITUAÇÃO?
1.	O aluno de quarta série fumando cigarro no pátio da escola, mas fiquei sabendo pela professora, e trabalhei com a criança sobre isso, e não fiquei sabendo mais de ter ocorrido o fato.	Acredito que sim	Que a criança não quisesse me ouvir.	Os fatores que levam o uso de drogas.
RESUMO/DESCRIÇÃO				
A PROFESSORA informou ao policial que havia uma CRIANÇA da 4ª série fumando CIGARRO . Este foi até a criança e <u>trabalhou com ela o assunto</u> e não soube mais de reincidência do fato. Ele acredita ter agido bem, mas <u>ficou receoso das atitudes que teria de tomar caso a criança não o atendesse</u> . Sente que <u>necessita ter mais CONHECIMENTO QUE LEVAM AO USO DE DROGAS</u>				
REDUÇÃO				
<ul style="list-style-type: none"> - CRENÇA NO TRABALHO REALIZADO (ORIENTANDO DIRETAMENTE A CRIANÇA SOBRE CIGARRO ó A PEDIDO DA PROFESSORA) - CONFIA NO QUE FEZ E AINDA QUE NO SEU PAPEL CABE COBRAR A OBEDIÊNCIA - CONSIDERA QUE O POLICIAL DEVE TER CONHECIMENTO ESPECÍFICO SOBRE MOTIVAÇÕES DO USO DROGAS 				
INTERPRETAÇÃO				
Quando uma criança é flagrada fumando cigarro na escola o policial trabalha com ela o assunto acreditando ser seu papel orientar diretamente a criança, mas fica receoso de ter de tomar outras atitudes caso a criança não o atendesse, entendendo como seu papel também cobrar a obediências. Por isso necessita de mais conhecimentos do que leva as pessoas ao uso de drogas. (01)				

Participante	QUESTÃO 20	QUESTÃO 25	QUESTÃO 27	QUESTÃO 28
CRITERIO DE SELEÇÃO	CONTE O QUE ACONTECEU	VOCÊ CONSIDERA QUE A	QUE OUTRO FINAL VOCÊ	QUE TIPO DE CONHECIMENTO OU

DOS SUJEITOS TEM DE SER QUEM RESPONDEU DE FORMA COMPLETA (QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES)	NESSA SITUAÇÃO (INÍCIO, O DESENVOLVIMENTO E O DESFECHO)	SITUAÇÃO TERMINOU BEM?	DARIA A ESSA SITUAÇÃO?	EXPERIÊNCIA VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE NA ABORDAGEM DESSE TIPO DE SITUAÇÃO?
7.	Estava acontecendo festa junina na escola e de repente fui avisado por uma professora que um grupo de alunos havia entrado com uma garrafa de refrigerante, porém misturado com cachaça. Fui em busca, constatei, localizamos a garrafa e os copos descartáveis. Entreguei nas mãos do Diretor. Os alunos foram convocados, falamos sobre a gravidade da atitude deles e o Diretor os puniu de acordo com o regimento escolar. Logicamente os pais foram devidamente informados ainda que se tratasse de maiores de idade, mas para que a família soubesse o que estava ocorrendo com seus membros longe dos olhos dos pais.	Sim. Posso atestar que tenho tido contato com aqueles jovens e sei que a conversa ocorrida naquele dia foi produtiva.	Não... Seria o que aconteceu até porque decidimos juntos...	A forma de se relacionar com a drogadicção, pois como mostramos a eles: se eles não fossem dependentes eles aguentariam, esperariam até que terminasse o evento... para poderem desfrutar daquele direito que julgam ter (e a sociedade realmente concede)

RESUMO/DESCRIÇÃO

Durante uma **FESTA JUNINA** realizada na escola uma **PROFESSORA** avisou ao policial sobre alguns alunos que tinham adentrado à instituição com **BEBIDA ALCOÓLICA**. Foi à procura dos alunos detectou o fato e encaminhou ao **DIRETOR DA ESCOLA**. Os alunos foram punidos pelo regulamento escolar. **OS PAIS FORAM INFORMADOS** do fato apesar de os alunos serem **MAIORES DE IDADE**.

REDUÇÃO

- ENTENDEU QUE A ATITUDE TOMADA FOI O SUFICIENTE E EFICIENTE Ó CONTRIBUIR PARA IDENTIFICAR ALUNOS DENTRO DA ESCOLA USANDO BEBIDA ALCOÓLICA EM FESTA JUNINA Ó A PEDIDO DA ESCOLA (õFui em busca, constatei, localizamos a garrafa e os copos descartáveisõ)

- VALORIZOU A AÇÃO CONJUNTA COM A ESCOLA (õSeria o que aconteceu até porque decidimos juntosõ)

- ENTENDE QUE INFORMAR OS PAIS E À DIREÇÃO DA ESCOLA É O MAIS INDICADO, MESMO QUE OS ALUNOS SEJAM MAIORES DE IDADE

- PERCEBE-SE NO PAPEL DE ACOMPANHAR OS JOVENS ACOMPANHANDO E VERIFICANDO SE AS INDICAÇÕES FORAM SEGUIDAS.

- DESTACA A IMPORTANCIA DE DETECTAR O TIPO DE ENVOLVIMENTO COM AS DROGAS ó APROFUNDAR O CONCEITO SOBRE DEPENDÊNCIA
- ENTENDE SER UM DIREITO DO JOVEM USAR DROGAS, MAS LIMITA ISTO A DETERMINADOS LOCAIS

INTERPRETAÇÃO

Policia! informado de que alunos adentraram com bebida alcoólica na escola em uma festa junina realizada na instituição, foi em busca dos alunos e confirmou a veracidade do fato e encaminhou-os à direção e informou aos pais mesmo os alunos sendo maiores de idade. Considera que seu papel é o de contribuir para inibir a presença de bebida alcoólica na escola em ação conjunta com a escola. Considera que informar à direção e aos pais dos alunos é o mais indicado, mesmo que estes sejam maiores de idade. A partir dos fatos ocorridos considera que o seu papel é acompanhar e cobrar obediência às determinações e que os alunos devem ser punidos conforme regulamento escolar, apesar de considerar ser o direito deles usar drogas, mas em locais determinados para isto. (07)

ANEXO 3 ó TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Vimos, por meio deste, solicitar a sua autorização e colaboração para a Pesquisa desenvolvida pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas ó Laboratório do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (PRODEQUI/PCL/IP/UnB).

Este estudo tem como objetivo realizar um levantamento de situações-problema com vistas a subsidiar projetos de prevenção às drogas por meio de conhecimento do tipo ou natureza das situações-problema vivenciadas pelos educadores policiais, bem como avaliar os principais desafios vivenciados pelo policial ou apontados no seu cotidiano, com o intuito de verificar as demandas de capacitação e outras demandas para o enfrentamento de tais situações-problema na perspectiva da prevenção seletiva.

Informamos que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética conforme Resolução CNS 196/96 e posteriores. Dessa maneira, garantimos que todas as suas informações serão preservadas e mantidas em sigilo e sua identidade em total anonimato.

Além disso, as informações coletadas nessa pesquisa comporão um banco de dados que possibilitarão a análise de várias respostas, não permitindo a identificação de pessoas específicas. Os resultados serão divulgados por meio de artigos científicos de maneira que se torne possível compreender melhor o atual contexto que estamos lidando.

Desse modo, convidamos você para participar preenchendo o questionário e enfatizamos que sua participação é voluntária, não havendo nenhum prejuízo para você com relação ao seu desempenho nesse curso. Afirmamos ainda que você é livre para escolher caso não queira participar ou deseje sair em qualquer momento do preenchimento do questionário, não havendo nenhum tipo de problema.

Sua participação é muito importante e desde já agradecemos!

Assim, se concorda com a participação nessa pesquisa, pedimos que você clique no link õLi e concordo com esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecidoõ para podermos dar início ao preenchimento do questionário.

CONTATO:

Pesquisadora Coordenadora: Maria de Fátima Olivier Sudbrack:
sec.prodequi@gmail.com

Comitê de ética em Pesquisa ó CEP/IH: Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC ó Centro, mezanino, Departamento de Serviço Social, Sala B1 432 ó Brasília, DF

Telefones: (61) 3340-2290 ó Fax: (61) 3274-5362 ó Ramais: 3307-2760 / 2761 / 2370

Secretaria Prodequi ó SCS QD 04 Bl õAõ Ed. Anápolis ó 4º Andar CEP: 70.317-900

Telefones: (61) 3224-9471 / 3033-8970

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Clicar: Li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido